



REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DAS PESQUISAS SOCIAIS

UMA EXPERIÊNCIA DO DOUTORAMENTO

ORGANIZADORAS
MARIA CRISTINA PIANA
ELAINE TEIXEIRA ALVES DOS SANTOS

**REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS
DAS PESQUISAS SOCIAIS:
UMA EXPERIÊNCIA DO DOUTORAMENTO**

**MARIA CRISTINA PIANA
ELAINE TEIXEIRA ALVES DOS SANTOS
(ORGANIZADORAS)**

**REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS
DAS PESQUISAS SOCIAIS:
UMA EXPERIÊNCIA DO DOUTORAMENTO**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
FCHS - UNESP/CÂMPUS FRANCA**



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Maria Cristina Piana; Elaine Teixeira Alves dos Santos [Orgs.]

Reflexões teóricas e metodológicas das pesquisas sociais: uma experiência do doutoramento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 198p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0081-1 [Impresso]
978-65-265-0082-8 [Digital]**

DOI: 10.51795/9786526500828

1. Reflexões. 2. Pesquisas sociais. 3. Experiência. 4. Doutoramento. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

APRESENTAÇÃO

Eu trago os duros punhos cerrados.
Cerrados como rocha, floridos como jardim.
Carlos de Assumpção

Em 2021 nasce a ideia deste livro. São tempos de pandemia, a realidade do mundo é marcada por grande insegurança, medo e incertezas. Foi um ano devastador, onde o Brasil ultrapassou a triste marca de 600 mil mortes por COVID-19, e este cenário se deu, principalmente, em função do não enfrentamento à pandemia por parte do governo Federal, que tornou esta realidade ainda mais dura com suas pautas anticientificistas, conservadoras e genocidas.

Em meio a esta realidade tão adversa, o projeto deste estudo é construído, com o intuito de propor reflexões sobre o protagonismo do Serviço Social e a centralidade da pesquisa neste contexto, sobre os caminhos percorridos e os nossos esforços na busca pelo rigor metodológico necessário ao processo investigativo. A disciplina de Seminários de Pesquisa II, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP – Franca, ministrada pela Professora Doutora Maria Cristina Piana, promoveu o encontro de um grupo de pesquisadores na complexa tarefa de nos debruçarmos sobre os estudos que estão sendo desenvolvidos. Se tratou de um movimento necessário ao amadurecimento das pesquisas, um exercício da práxis investigativa, compreendendo a fundamentação teórico-metodológica enquanto escolha política, que reflete posicionamentos frente a determinada realidade social, promovendo, desta forma, o pensamento crítico nas pesquisas em Serviço Social.

A pesquisa é parte integrante da mediação entre a realidade e o conhecimento científico, possibilitando uma densidade nas buscas, análises e interpretações dos fenômenos e objetos investigados. No

Serviço Social, as pesquisas têm o compromisso de conhecer os/as usuários/as de seus serviços sociais, bem como suas demandas e oportunizar posicionamentos políticos, críticos, com estímulos a autonomia e reconhecer-se como ser social e histórico.

A pós-graduação e toda a produção científica na área das Ciências Humanas e Sociais, têm sofrido sucessivos ataques materializados no desfinanciamento, na falta de suporte ou em função de métricas funcionalistas e produtivistas a que são submetidas as pesquisas no Brasil. Produzir conhecimento neste contexto se configura um grande desafio que este coletivo se propôs a enfrentar. Neste sentido, o registro dos nossos esforços frente a uma realidade tão dura, é de grande relevância histórica, pois somos um coletivo de pesquisadores, doutorandos e seus orientadores, que não se conhecem pessoalmente, mas que ainda assim, não sucumbiram aos desmontes que o projeto neoliberal tem submetido a Universidade Pública. Todos os nossos encontros, aulas, cursos e orientações se deram no meio digital, e este é um fato que atravessou todo o constructo deste livro, e evidencia os entraves vivenciados pelos pesquisadores no contexto da pandemia. Os desafios impostos à Pós-graduação em Serviço Social são imensos, e inversamente proporcional é o comprometimento deste grupo com a pesquisa e com o projeto ético-político da profissão.

O presente livro nos proporciona uma reflexão sobre quem desenvolve a investigação na área do Serviço Social e o perfil deste coletivo, formado basicamente por trabalhadores, que produzem conhecimento sem apoio das instituições de fomento, conciliando o exercício profissional com as exigências da Pós-graduação. Esta é uma análise que merece destaque, para pensarmos que os marcadores de raça, classe e gênero são elementos fundamentais que atravessam as pesquisas/pesquisadores da área das ciências sociais e humanas, sendo esta realidade uma expressão da própria questão social que revelam as desigualdades sociais.

Os estudos aqui reunidos, apresentam o percurso metodológico pretendido pelos pesquisadores. Pensar o método em investigações no Serviço Social, ainda se configura um grande desafio que este grupo pretensamente se propôs a refletir, com o objetivo de promover diferentes interpretações e subsidiar novas pesquisas, pois há contido neste trabalho, muitos caminhos e escolhas metodológicas possíveis. Dividir com os leitores as nossas reflexões sobre os métodos, técnicas, abordagens eleitas por nós, se tornou parte de um processo que possibilitou a qualificação das pesquisas, viabilizando a criticidade, lançando luz às diferentes formas de pensar a produção de conhecimento.

O livro foi organizado em 11 capítulos, cada trabalho expõe a pesquisa desenvolvida no processo de doutoramento, e apresenta a centralidade do método para um fazer investigativo que se pretende crítico, robusto, qualificado e bem fundamentado

Produzir ciências em um contexto tão adverso, é desafiador, e ao mesmo tempo, é extremamente potente, pois evidencia que, mesmo frente aos limites impostos ao doutoramento em Serviço Social, seguimos comprometidos com os princípios que norteiam a profissão, por uma sociabilidade livre de desigualdades e opressões de raça, classe e gênero, reafirmando o nosso posicionamento de luta junto à classe trabalhadora e seus extratos mais vulnerabilizados. Este livro apresenta pesquisas que lançam um olhar crítico ao contexto político, social e econômico da sociedade brasileira, profundamente marcada pela colonialidade, racismo, patriarcado, heterocisnormatividade, que precisam urgentemente ser enfrentadas, questionadas e debatidas.

Expressamos ainda, neste trabalho, nossos parabéns e agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Unesp campus Franca – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - que completa 30 anos de existência e vem cumprindo seu objetivo de “Formar pesquisadores e docentes, no âmbito do Serviço Social e áreas afins, com qualificação em nível de excelência acadêmica, contribuindo para o aprimoramento da docência superior em Serviço Social e demais áreas científicas e

profissionais correlatas, numa perspectiva interdisciplinar” (fonte: <https://www.franca.unesp.br>). São muitos anos de contribuição com o desenvolvimento social, científico e acadêmico de muitos pesquisadores espalhados no Brasil e em vários países. Muitas conquistas e serviços prestados à Ciência!

Enfim, somos um coletivo de pesquisadores, reunidos/as neste estudo para produzir ciência na pandemia, pois em tempos de negacionismo: Pesquisar é um ato de resistência!

Outono de 2022.

Elaine Teixeira Alves dos Santos
Maria Cristina Piana

PREFÁCIO

O livro “Reflexões teóricas e metodológicas das pesquisas sociais: uma experiência do doutoramento”, organizado por Maria Cristina Piana e Elaine Teixeira Alves dos Santos, nos apresenta, em seus capítulos, uma questão fundamental para aqueles que se dedicam à produção de pesquisas no âmbito acadêmico e vivenciam o difícil processo de elaboração e orientação de teses e dissertações: a construção teórico-metodológica dos trabalhos.

Tal questão, evidentemente ampla e complexa, possui uma relevância singular para o campo acadêmico, tanto para docentes como para estudantes de programas de pós-graduação. Neste livro, vemos apresentadas reflexões e discussões realizadas no âmbito da disciplina Metodologia de Pesquisa do curso de doutorado em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), em 2021.

A experiência vivenciada na disciplina resultou na publicação deste instigante livro em que acompanhamos os primeiros passos de estudantes/pesquisadores na difícil jornada de tornarem-se autores e produtores de conhecimento cientificamente validado. Certamente, produzir uma tese de doutorado não é uma tarefa corriqueira. Envolve todo um processo formativo e de orientação essencial para o resultado final objetivado. A escrita acadêmica, a problematização e delimitação de temas de pesquisa relevantes pode ser bastante desafiadora, e a possibilidade de apresentar suas questões, discuti-las em uma disciplina e poder apresentar sua construção teórico-metodológica em um texto é um excelente processo formativo a ser compartilhado.

Nossa tradição universitária ainda se encontra fortemente centrada no ensino, na aula expositiva e em seminários em que falamos e ouvimos sobre o que lemos e pouco escrevemos, embora o texto escrito seja o veículo característico da ciência. Na pós-graduação, ao terminarem os créditos das disciplinas os estudantes se deparam com o desafio da construção de suas teses e dissertações. Nesse processo, o domínio da escrita acadêmica e dos referenciais teórico-metodológicos que vão amparar o estudo constituem um divisor de águas para o resultado final da pesquisa.

Nesse sentido, este livro apresenta as primeiras reflexões empreendidas nesta longa jornada, estando repleto dos mais diferentes temas, objetos e propostas de pesquisa pertinentes ao campo do Serviço Social, amparados pela abordagem qualitativa de pesquisa com fundamentação teórica no materialismo histórico-dialético. Devemos notar que esse é um importante modelo explicativo e crítico da realidade, dos fenômenos que a compõe, de suas contradições e níveis de apreensão, demandando intensas e múltiplas aproximações do pesquisador com seu objeto de estudo, bem como seu desvelamento.

Enquanto método de pesquisa, o materialismo histórico-dialético viabiliza uma interpretação crítica, permitindo conhecer a realidade social impactada pelas políticas públicas, sendo, portanto, particularmente pertinente ao campo do Serviço Social e a seu movimento de reconceituação, assumindo pressupostos críticos que fundamentam tanto seu Projeto Ético-Político quanto o atual Código de Ética da profissão.

Além dessa opção teórico-metodológica, algumas propostas de pesquisa apresentadas no livro evidenciam a articulação do materialismo histórico dialético com a história oral como método de pesquisa interdisciplinar, adotando a memória de narrativas como fonte para a compreensão da sociedade, promovendo o diálogo entre registros e documentações históricas já existentes e as fontes orais. Um dos projetos propõe também a utilização da perspectiva decolonial para refletir sobre o processo de investigação, questionando assim a própria pesquisa e suas bases

coloniais, na medida em que o pensamento decolonial oferece a oportunidade de crítica e resistência ao processo de colonização, centrado na exploração de nações e povos subalternizados. Outro referencial teórico adotado em um dos projetos se refere à pedagogia crítica do educador e filósofo Paulo Freire, que ao propor o desenvolvimento da consciência crítica e participativa dos sujeitos busca promover a emancipação e libertação.

Com base em tais referenciais teórico-metodológicos, as autoras e autores se mobilizaram no estudo e aprofundamento teórico dos temas: políticas, programas e conselhos de assistência social; atribuições do profissional de Serviço Social frente à execução de diferentes políticas sociais; trabalho do Assistente Social; produção do conhecimento no Serviço Social; utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação na formação em Serviço Social; experiências da população em situação de rua (PSR) no que se refere à produção de cuidado e promoção de saúde; história e identidades étnico-raciais da população negra em Franca; e o trabalho com a leitura literária no contexto escolar de Franca.

A diversidade e variedade dos temas abordados demonstra a riqueza de discussões e reflexões vivenciadas na disciplina de Metodologia de Pesquisa ministrada pelas coordenadoras deste livro, refletindo o cuidado e rigor científico em torno de questões, abordagens, métodos e técnicas de pesquisa que não se esgotam e que envolvem um constante investimento intelectual por parte dos pesquisadores na produção de conhecimento.

O livro nos convida a dialogar sobre as diferentes problemáticas, por meio do materialismo histórico dialético e pela triangulação de dados pertinente à abordagem qualitativa de pesquisa. São utilizados diversos procedimentos de pesquisa que enriquecem e ampliam os olhares das pesquisadoras e pesquisadores sobre seus objetos de pesquisa, tornando-os instigantes e aprofundados.

Os problemas de pesquisa compartilhados neste livro nos trazem inquietações e provocações que ampliarão nossas análises e certamente suscitarão outras pesquisas, efetivando, assim, uma

das mais importantes funções da pesquisa: o desvelamento da realidade no contexto da busca constante pelo conhecimento.

Finalizando, ressalto minha felicidade em prefaciар uma produção que é resultado da dedicação de pessoas absolutamente comprometidas no tratamento de questões relevantes à produção do conhecimento científico e parabênizo às autoras e autores pela significativa contribuição que esta obra representa para a formação teórico-metodológica e ético-política no campo acadêmico do serviço social, requisitos fundamentais ao exercício de suas atividades em meio a uma sociedade tão diversa, desigual e complexa como a que vivenciamos na contemporaneidade.

São Carlos, 28 de julho de 2022.

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes
Departamento de Educação da UFSCar - DEd
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFSCar

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| CAPÍTULO I | 17 |
| A AUSÊNCIA DO CREAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E O ATENDIMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS | |
| Josiene Camelo Ferreira Antunes Erika Leite Ramos de Luzia Adriana Giaqueto Jacinto Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni | |
| CAPÍTULO II | 35 |
| A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA SOBRE OS CENTROS DA JUVENTUDE DO PARANÁ | |
| Leonardo Carvalho de Souza Maria Cristina Piana | |
| CAPÍTULO III | 53 |
| A DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A PESQUISA QUALITATIVA – ALGUMAS REFLEXÕES | |
| Márcia Maria Cunha Agnaldo de Sousa Barbosa | |
| CAPÍTULO IV | 65 |
| A PESQUISA CIENTÍFICA PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE EM ANGOLA | |
| Aires Muecália Julião Caneca Fernanda de Oliveira Sarreta | |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO V | 79 |
| O CAMINHAR CIENTÍFICO: INTERPRETANDO MEMÓRIAS, IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS NEGRAS FRANCANAS | |
| Rosicler Lemos da Silva Dagoberto José Fonseca | |
| CAPÍTULO VI | 99 |
| O CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL FORJADO NO SISTEMA DE TRABALHO ESCRAVO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX: OS IMPACTOS PARA A POPULAÇÃO NEGRA HOJE - UMA ANÁLISE NA CIDADE DE FRANCA/SP | |
| Marley de Fátima Moraes Borges Dagoberto José Fonseca | |
| CAPÍTULO VII | 117 |
| ORALIDADE E NARRATIVAS EM SAÚDE: A CONSTRUÇÃO DE ABORDAGENS DECOLONIAIS | |
| Elaine Teixeira Alves dos Santos Fernanda de Oliveira Sarreta | |
| CAPÍTULO VIII | 133 |
| PERCURSOS TEÓRICO E METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA QUANTIQUALITATIVA | |
| Marusa Fernandes da Silva Josiani Julião Alves de Oliveira | |
| CAPÍTULO IX | 141 |
| ERA UMA VEZ... LITERATURA, A ARTE QUE TRANSFORMA E LEVA A CRIANÇA AO PROTAGONISMO | |
| Rita Marta Mozetti Silva Maria Cristina Piana | |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO X | 163 |
| REFLEXÕES ACERCA DA PESQUISA: INDAGAÇÕES SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO NO DOUTORADO | |
| Ana Joice da Silva Peraro Josiani Julião Alves de Oliveira | |
| CAPÍTULO XI | 175 |
| A INVESTIGAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DURANTE 10 ANOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS | |
| Miriam Maria Coelho Maria Cristina Piana | |
| AUTORAS E AUTORES | 191 |

CAPÍTULO I

A AUSÊNCIA DO CREAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E O ATENDIMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Josiene Camelo Ferreira Antunes
Erika Leite Ramos de Luzia
Adriana Giaqueto Jacinto
Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

Introdução

O ingresso no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social, no curso de doutorado, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, teve como proposta de estudo a oferta da Proteção Social Especial nos municípios de Pequeno Porte I (com até 20 mil habitantes). O objetivo geral da pesquisa em andamento é compreender os desafios presentes nos municípios de pequeno porte I para ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e enfrentar as situações de violação de direitos.

Constituem como objetivos específicos constatar as estruturas físicas, humanas e materiais disponíveis nos municípios de pequeno porte I para ofertar o serviço de média complexidade, em especial, o acompanhamento dos indivíduos em situação de violação de direitos e as medidas socioeducativas; além de identificar a rede e a articulação entre os serviços socioassistenciais, as políticas setoriais e os órgãos de defesa de direitos para a cobertura do atendimento das situações de risco pessoal e social; e, por último, saber a opinião dos

usuários em relação aos atendimentos prestados no âmbito da Proteção Especial.

O interesse por essa temática eclodiu a partir do exercício profissional, enquanto assistente social, o qual se deu num cenário marcado pela opressão e pelo desmonte de direitos humanos retirados diariamente dos usuários. Vislumbrou-se essa possibilidade durante o curso de mestrado, quando se constatou que o território brasileiro é densamente composto por municípios pequenos, com até 20 mil habitantes, totalizando 67,7% das cidades brasileiras com essa faixa populacional.

Para dar conta de analisar essa temática, apropriaremos-nos do método marxista que, segundo Netto (2011, p. 18), parte do fenômeno aparente, imediato e empírico, de onde se inicia o processo de conhecimento, sendo a aparência apenas um nível da realidade, que é essencial e não pode ser deixada de lado, para buscar a essência do objeto. Este método permite o aprofundamento da temática, pois analisa o objeto a partir do contexto histórico em que ele se acha, a fim de identificar a gênese do problema.

Assim, espera-se que a pesquisa aponte as ofertas da Proteção Social Especial nos municípios de pequeno porte I, propondo estratégias de trabalho para a superação dos desafios levantados pelos participantes no que tange à organização da Política de Assistência Social.

O panorama da pesquisa

A Proteção Social Especial – PSE é parte integrante da Política de Assistência Social, estruturada a partir do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que define a hierarquização dessa política pública. A hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção protetiva e garantir formas de acesso aos serviços que atendem à complexidade requerida pelo caso, nos limites institucionais disponíveis.

Para a efetivação da proteção social especial, os municípios de pequeno, médio e grande porte, inclusive as metrópoles, dispõem do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, unidade pública estatal que presta atendimento especializado a famílias e indivíduos que se acham em situação de risco pessoal ou social em decorrência de ameaça ou violação de direitos.

Segundo Luzia (2018), os dados do IBGE (2021) mostram que o Brasil possui 3.770 municípios com contingente populacional de até 20 mil habitantes. Ao fazer uma comparação entre os dados do Censo SUAS/2019 e os do IBGE (2021), constatou-se que existe certa “invisibilidade das violações de direitos” nos municípios de pequeno porte I, marcada pela pouca quantidade de CREAS, pois totalizam apenas 844 unidades nesses territórios.

De acordo com Luzia (2018), a implantação dos CREAS deve ser antecedida de diagnóstico da realidade e do mapeamento dos serviços que integram a rede de proteção social básica e especial. Quanto aos critérios a serem seguidos para a instalação do CREAS, o Governo Federal através do Caderno de Orientações Técnicas do CREAS estabeleceu:

Quadro 1 – Parâmetros para definição de quantidade de CREAS conforme o porte do município

| Porte do Município | Número de habitantes | Parâmetros de referência |
|-------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pequeno Porte I | Até 20.000 | Cobertura de atendimento em CREAS Regional; ou a implantação de CREAS Municipal, quando a demanda local justificar. |
| Pequeno Porte II | De 20.001 a 50.000 | Implantação de pelo menos 1 CREAS. |
| Médio Porte | De 50.001 a 100.000 | Implantação de pelo menos 1 CREAS. |
| Grande Porte, Metrópoles Distrito Federal | A partir de 100.001. | Implantação de 1 CREAS a cada 200.000 habitantes. |

Fonte: Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (BRASÍLIA, 2011, p. 74, apud LUZIA, 2018).

É importante mencionar que o quadro acima apresenta critérios de referência para a implantação dos CREAS nos territórios brasileiros. Contudo, a quantidade de CREAS pode variar de acordo com o diagnóstico local e o número de habitantes. Quando a normativa não prevê no mínimo um CREAS nos municípios de pequeno porte I, a União demonstra certo “descaso” com as violações de direitos vivenciadas nessas cidades. Trata-se de uma forma de não assumir corresponsabilidade.

Neste cenário, o privilégio assim como o abandono e a negligência do poder público podem comprometer o desenvolvimento e a qualidade de vida da população, desencadeando um processo migratório, quer seja em direção do campo à cidade, quer seja da pequena cidade em relação aos médios e grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de acesso aos produtos e serviços essenciais para a qualidade de vida. (LANZA; BACKSCHAT, 2015, p. 9, apud LUZIA, 2018, p. 66).

Luzia (2018, p. 66) concorda com a visão das autoras ao afirmarem a falta de compromisso do poder público em relação aos municípios pequenos e a deficiência na qualidade de vida dessa população, pois, guardadas as devidas proporções, os casos de violação de direitos dos municípios pequenos são semelhantes aos municípios de porte médio, grande e das metrópoles, decorrentes da desproteção social. As populações das pequenas cidades também enfrentam dificuldades de acesso a bens e serviços públicos essenciais, baixa qualificação educacional e profissional, o que gera dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, ausência de renda e uma grande massa de desempregados e subempregados, resultando no agravamento da pobreza e das desigualdades sociais.

De acordo com o Censo SUAS (2019), o número de CREAS cofinanciados pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, saltou de 1.200 unidades em 2009 para 2.723 unidades em 2019. O maior número

de equipamentos concentra-se nas regiões Nordeste (1.056 unidades) e Sudeste (745 unidades) do país.

Quadro 2 – Evolução de quantitativo de CREAS de 2009 a 2019

| REGIÃO | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | TOTAL |
|--------|-------|----------|---------|-----|--------------|-------|
| 2009 | 124 | 373 | 335 | 215 | 153 | 1200 |
| 2019 | 261 | 1056 | 745 | 423 | 286 | 2723 |

Fonte: Censo SUAS (2019)

Luzia (2018) aponta, com base nos dados do Quadro 1, que o aumento dos CREAS se deu de forma rápida e num curto prazo de tempo. A maior quantidade ocorreu na região Nordeste, onde o número de CREAS triplicou num intervalo de dez anos. Certamente o aumento se deve ao acirramento das expressões da questão social, a qual explicita os antagonismos entre o capital e o trabalho e gera as bases da desigualdade social brasileira.

Quanto à distribuição de CREAS por porte de municípios, o Censo SUAS (2019) trouxe dados significativos:

Quadro 3 – Distribuição de CREAS por porte de municípios

| Porte dos municípios | Número de habitantes | Total de municípios | Número de CREAS | Porcentagem |
|----------------------|----------------------|---------------------|------------------------|-------------|
| Pequeno Porte I | Até 20.000 | 3.770 | 844 unidades | 31,00 % |
| Pequeno Porte II | De 20.001 | 1.120 | 1.002 unidades | 36,80 % |
| Médio Porte | De 50.001 | 354 | 329 unidades | 12,10 % |
| Grande Porte | De 100.001 | 309 | 376 unidades | 13,80 % |
| Metrópoles | Superior a | 17 | 137 unidades | 5,00 % |
| | | – | 34 CREAS regionalizado | 1,30% |
| | Total | 5.570 | 2.723 | 100% |

Fonte: Censo SUAS de 2019 (BRASIL, 2019)

Os dados evidenciam que a maioria dos CREAS brasileiros está instalada em municípios de Pequeno Porte II e representa 36,80% do total. Por outro lado, há apenas 844 unidades nos municípios de pequeno porte I, o que denota a pouca expressividade do CREAS na maior parte do território brasileiro

(BRASIL, 2019). Os dados reafirmam o descaso do Estado ante a realidade social complexa e reforça a ausência de cofinanciamento por parte do governo estadual e federal, já que os municípios pequenos não são obrigados a ter no mínimo uma unidade no CREAS na rede de serviço.

Ainda nessa linha, partimos do pressuposto de que caberia uma alteração nos parâmetros do SUAS a fim de estabelecer no mínimo uma unidade do CREAS nos municípios de Pequeno Porte I, visando fortalecer o sistema de proteção social e ampliar a rede de serviços públicos, que costuma ser tão reduzida. Pois o CREAS, em conjunto com os CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e as políticas setoriais são capazes de criar estratégias em conjunto para prevenir a incidência e o agravamento dos riscos sociais e pessoais (LUZIA, 2018).

Assim, levantamos a consequências de que a ausência do CREAS pode se dar por três motivos: 1) ausência de cofinanciamento do governo federal e estadual que garanta a implantação do CREAS nos municípios de pequeno porte I; 2) falta de orçamento próprio destinado à execução das ações de proteção social especial; e/ou 3) baixa demanda de violações de direitos, a partir das quais não se justifica a implantação dessa unidade pública.

Pretende-se aprofundar esse problema da pesquisa de mestrado, quando se observou a crítica realidade social dos municípios de Pequeno Porte I no âmbito da Proteção Social Especial, pois se entende que a ausência do CREAS na rede de serviços socioassistenciais pode fazer com que os gestores improvisem os atendimentos das violações de direito, reforçando a desproteção do Estado em face das demandas extremamente complexas.

Na sequência, refletiremos sobre a temática pesquisada e discutiremos a metodologia da pesquisa.

A pesquisa em Serviço Social e o percurso metodológico

A produção do conhecimento em Serviço Social, segundo Sposati (2007), intensificou-se a partir das décadas de 1980 e 1990, quando as pesquisas realizadas pelos assistentes sociais trouxeram uma direção social orientada pelo projeto ético-político profissional. “Falo da orientação de compromisso entre a prática profissional e os compromissos das classes populares, subalternas, exploradas” (SPOSATI, 2007, p.17-18). O Serviço Social buscou produzir pesquisas tendo forte compromisso com os interesses da classe trabalhadora e sobre as relações sociais.

Sposati (2007) cita a relação mimética entre o Serviço Social e a política social. De fato, a política da assistência social não é campo inimigo do Serviço Social ou do assistente social, sendo na realidade um campo privilegiado para a construção do conhecimento. Ao analisar a sociedade, o Serviço Social, pela sua inserção concreta no real, vem disponibilizando uma rica contribuição para a transformação da realidade social.

A produção científica na perspectiva crítica começa pela escolha do método de estudo, pois o método é o caminho, o processo e o instrumento que possibilitam direcionar a busca do saber (Gohn, 2005, p. 260). Nesse processo investigativo, optamos pelo “método do abstrato ao concreto”, que possibilita compreender a realidade social como fluente e contraditória.

De acordo com Munhoz (2006), o método de abstrato ao concreto é compreendido a partir da relação dialética com um conjunto de princípios que orientam a apreensão da realidade de forma científica.

No processo de estudo da realidade, o fenômeno que se deseja conhecer (a população de um determinado contexto, a violência familiar, a ineficiência do Poder Judiciário, a educação fundamental, a diversidade étnica ou de orientação sexual), inicialmente se dá ao sujeito cognoscente como concreto figurado, como aparência, como visão caótica. É um concreto sensível (porque pode ser captado pelos sentidos mais imediatos), mas que ao

mesmo tempo é um abstrato porque, na verdade, pouco se sabe dele (do fenômeno), num primeiro contato. (MUNHOZ, 2006, p. 26).

A autora afirma que nesse movimento entre o concreto e o abstrato é que se dá o processo dialético de análise, em direção à essência do problema (fenômeno). Então aquele problema, que é abstrato por não ser conhecido na sua essência, vai se tornando cada vez mais percebido pelo pesquisador, no seu íntimo e aos poucos deixa de ser abstrato para constituir-se como compreensão em termos de essência (MUNHOZ, 2006, p. 28). Assim, optou-se por esse método para se aproximar de uma percepção mais clara e precisa das determinações que constituem, interna e externamente, a realidade social estudada.

O fomento de métodos para uma investigação social, num prisma crítico, é de suma importância para o Serviço Social, dada a sua relevância ao desvelar as expressões da Questão Social que se exteriorizam atualmente. Daí decorre a importância de investigações pautadas por fundamentos teóricos, éticos e políticos, que norteiam o exercício profissional do assistente social.

As obras marxianas são reconhecidas pela categoria dos assistentes sociais como um aporte mediador das análises de intervenção da realidade social, a qual se expressa por informações quantitativas e qualitativas, universais e particulares, subjetivas e objetivas. Conforme Lefebvre (1991), essas expressões necessitam ser entrelaçadas para contemplar o método dialético.

Os elementos temporais são integrados pela realidade, fenômenos e sujeitos como explicações das transformações em diversos momentos. Nesse sentido, é de suma importância a escuta qualificada partilhada pelos sujeitos demandados para abarcar o planejamento de uma política social. Para implementar a referida política é importante quantificar os recursos disponíveis. Conforme Marx (1989), a concretização do diagnóstico está intrinsecamente ligada à qualificação e à quantificação para a investigação ampla e de qualidade.

Utilizar-se-á neste estudo as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. De acordo com Fonseca (2002):

A partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

A visão de Fonseca (2002) condiz com a de Gil (2002), pois a pesquisa bibliográfica é elaborada por meio de materiais já produzidos, que “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45). A revisão bibliográfica tem o intuito de ampliar os aportes teóricos com base nos estudiosos da temática abordada.

Os principais autores escolhidos para estudar a Política de Assistência Social foram Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Carlos Simões, Raquel Raichelis, Raffaella Pedroso Pereira, Ana Elizabete Mota, Marilda Villela Iamamoto, Berenice Rojas Couto, Ney Luiz Teixeira Almeida, Monica Alencar, entre outros teóricos do Serviço Social e das Políticas Sociais.

Behring e Boschetti analisaram a trajetória das políticas sociais e verificaram que, historicamente, o Estado sempre adotou as políticas como solução para combater as desigualdades sociais, sem levar em conta a natureza do capitalismo, realizando a distribuição da riqueza na forma de serviços focalizados no atendimento da população pobre, numa visão redistributivista e de alcance extremamente limitado (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 17).

Pereira (2013) adverte que essa ideia de política social, implícita nas postulações clássicas associadas a um Estado ativo, não promove nem emancipa quem se encontra em posição socialmente desigual. Ou seja, a política serve para perpetuar a

dominação do Estado como instrumento manejável pelos grupos do poder, pois a classe dominante sempre fez do Estado seu instrumento econômico privado por excelência.

Ao assumir um compromisso com o capital financeiro, o Estado brasileiro restringiu os gastos com as políticas públicas, “coerente com os postulados neoliberais para a área social, que provocam desmonte das políticas de caráter universal e investem em programas seletivos de combate à pobreza e na mercantilização dos serviços sociais, favorecendo a capitalização do setor privado” (IAMAMOTO, 2014, p. 148).

Almeida e Alencar (2011, p. 143) asseveram que “as políticas públicas não escapam às armadilhas de conversão do fundo público em elemento de fomento ao processo de acumulação sob a hegemonia do capital financeiro”; por isso, a apropriação do fundo público se torna “privada” aos interesses particulares e não coletivos.

No que tange à Política de Assistência Social, Raichelis (2011) afirma que é preciso repensar as categorias da assistência social, que surgiram principalmente na década de 1990 e hoje se caracterizam por seu conteúdo vazio. O termo “vulnerabilidade, por exemplo, por seu conteúdo demasiado abstrato e genérico, uma vez que vulnerável é a condição humana, vulneráveis somos todos nós” (RAICHELIS, 2011, p. 132). As vulnerabilidades podem expressar desde “situações de isolamento até casos danosos, reparáveis e irreparáveis; são graves ameaças, exposição ao perigo e à morte, postas pela sociedade e não pela condição humana” (RAICHELIS, 2011, p. 132).

A respeito desses conceitos, Couto (2017) aduz que “[...] é preciso lembrar que muitas situações de vulnerabilidade e riscos sociais são determinadas pelos processos de produção e reprodução social, sendo uma condição social coletiva vivenciada por um amplo conjunto de trabalhadores” (COUTO et al., 2017, p. 53).

Quando aprofundamos o olhar para o Sistema Único de Assistência Social, buscamos o conceito de Mota (2013). A autora entende que “O SUAS trouxe a possibilidade de superar a cultura

assistencialista, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliada às práticas fisiológicas e ao nepotismo” (MOTA, 2013, p. 190). Segundo Mota (2013), a criação do SUAS pode viabilizar uma normatização no sentido de romper com a sobreposição de papéis, com as ações fragmentadas e duplicadas pelas políticas setoriais.

Além disso, a pesquisa pede um estudo sobre o CREAS, que é a principal unidade de referência do SUAS no âmbito da Proteção Social Especial. De acordo com Simões (2014, p. 337), as unidades de alta complexidade garantem a proteção integral para famílias, seus membros ou indivíduos que se encontrem sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de sua vida familiar.

As violações de direitos humanos e sociais também é objeto de estudo desta pesquisa. Atualmente, existem diversas formas de risco pessoal e social, entre elas o abuso sexual, abandono, negligência, maus-tratos físicos, psicológicos, a situação de rua por uso de substâncias psicoativas, entre outras circunstâncias gravíssimas de sobrevivência humana. Para elencar a temática teremos como referencial teórico, metodológico o aspecto atinente aos direitos humanos e sociais, demarcarmos pela violações parte da combinação de autores ARAÚJO, AZAMBUJA e CASTRO.

Além dos aportes teóricos, utilizaremos a pesquisa documental, que é uma informação abstraída de fontes primárias visando compreender uma dada realidade. Conforme Lakatos e Marconi (2003), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 174). Na pesquisa documental serão consultadas leis e normativas da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, além de documentos dos órgãos públicos e arquivos dos serviços socioassistenciais.

A pesquisa de campo será realizada nos municípios de pequeno porte I da região de Bauru, situada no interior do estado

de São Paulo, que foi dividido em seis regiões. Bauru compõe a VI Macrorregião do Estado de São Paulo, integrada por 39 municípios. Nessa região existem 27 municípios com até 20 mil habitantes; por isso, a pesquisa será realizada com uma amostra de 20% desse universo, totalizando cinco municípios de pequeno porte I. A escolha será a partir de sorteio. A pesquisa terá cinco participantes profissionais da Política de Assistência Social e cinco participantes usuários da Política de Assistência Social.

O instrumental questionário foi utilizado por Marx em 1880 para descrever a realidade vivenciada pela classe operária francesa explorada. Segundo Thiollent (1985), o questionário é um método elaborado como investigação social. Na interpretação dialética, expressa a verificação das formas e fenômenos sociais.

É importante salientar que previamente à realização do questionário, os participantes serão orientados quanto aos objetivos da pesquisa e será solicitada a cada um a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os cuidados éticos que serão tomados nesta pesquisa, terão por base a Resolução do Conselho Nacional da Saúde (CNS) nº 510/2016, que trata sobre ética em pesquisa; e em casos omissos, a Resolução nº 510 e também a Resolução do CNS nº 466/ 2012.

Vale ressaltar que se trata de uma pesquisa que empregará a “triangulação de métodos”, que combina a abordagem quantitativa e qualitativa tanto para a coleta quanto para a análise de material empírico. No que se refere aos dados quantitativos, buscar-se-á levantar as estruturas físicas, humanas e materiais disponíveis nos municípios de pequeno porte I para a oferta da Proteção Social Especial, bem como identificar a rede de serviços socioassistenciais presentes nos municípios e a cobertura do atendimento das demandas em situação de risco pessoal e social.

Na abordagem qualitativa, conforme Martinelli (2011, p. 35):

Os pressupostos da pesquisa qualitativa são contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa próprios [...]. Deixam a verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que indivíduos dão às suas ações, no espaço que constroem as

suas vidas e suas relações, ou seja, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais, assim como os vínculos das ações particulares com o contexto social mais amplo em que estas se dão. Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (MARTINELLI, 2011, p. 35).

Espera-se que com a abordagem qualitativa os participantes possam trazer à tona o que pensam sobre os problemas a serem pesquisados a partir de sua realidade social, envolvendo dessa forma os sentidos que eles dão as práticas sociais cotidianas. Dessa maneira, pretende-se observar como os municípios operam a articulação da Política de Assistência Social com os órgãos de defesa e responsabilização para o enfrentamento das violações de direitos e, ainda, verificar se o acompanhamento dos sujeitos em situação de violação de direitos se faz de forma compartilhada entre as diversas políticas sociais.

As abordagens quantitativas e qualitativas exigem teoria e métodos próprios e se prestam a fins de natureza diferenciada: as primeiras visam a dimensionar e a quantificar os dados de processo ou resultado. E as segundas são apropriadas para aprofundar a história; captar a dinâmica relacional de cunho hierárquico, entre os pares ou com a população; compreender as representações e os símbolos e dar atenção, também, aos sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais. (MINAYO, 2010, p. 369).

A combinação dos métodos (qualitativo e quantitativo) na investigação de mesmo objeto de estudo é definida por Minayo (2010) como triângulo de métodos; seu objetivo consiste em proporcionar um olhar detalhado sobre o objeto de estudo. Entende-se que as duas abordagens tornam-se necessárias nesta pesquisa, pois facultarão uma compreensão ampliada do objeto pesquisado.

Na compreensão dialética, as categorias constituem um instrumento básico de produção do conhecimento. (Gohn, 2005, p. 260). Segundo a autora, elas servem de mediação para a decomposição do objeto de estudo e são o ponto de partida para a análise proposta. As categorias filosóficas e teóricas servem para

problematizar a tese. No entanto, ao adotar categorias, o pesquisador deve evitar o dogmatismo, que consiste em reconhecê-las como verdades absolutas, pois elas não determinam a realidade.

O sujeito que investiga é agente dessas mediações. Ele faz contínuas perguntas; novas categorias são continuamente recriadas. O processo de conhecimento vai explicitá-las, articulando-as ao movimento do pensamento, indo das mais gerais às mais simples, que captam a singularidade dos fenômenos, possibilitando, assim, a explicitação dos conflitos e contradições presentes. (GORTARI, 1972 APUD GOHN, 2005, p. 264).

Na decomposição do objeto de estudo, as categorias são mediações para a construção de novos conhecimentos. Como categorias filosóficas, elegeram-se a totalidade e a historicidade. Quanto às categorias teóricas, o Estado, o trabalho e o direito. Existem ainda as categorias emergentes ou empíricas, que surgem como marcas particulares do problema em distintos momentos históricos. Nesse ponto, pretende-se investigar as categorias invisibilidade e violação de direitos.

O ponto de partida é a recolha, a organização e o mapeamento dos dados. Posteriormente, entram em cena as categorias capazes de fazer uma releitura da realidade, baseadas nos referenciais teóricos pesquisados, a fim de responder aos objetivos específicos propostos no projeto de pesquisa. Bourguignon (2019) ressalta que o processo de análise não se inicia com a organização dos dados, pois está presente em todas as etapas da pesquisa, inclusive no momento de construção do referencial teórico.

Posteriormente à análise dos dados, será elaborado um relatório final da tese; em seguida, a revisão ortográfica do texto e a encadernação da pesquisa, para entrega e defesa da tese. Além da entrega da versão final do relatório ao programa de pós-graduação.

Caminhamos com a certeza de que essa temática não se caracteriza como algo simples, porquanto é um tema emergente e complexo que requer aprofundamento teórico, levantamento de

dados empíricos e análise crítica da realidade levantada, buscando situar o problema no contexto histórico brasileiro, carregado de atrocidades e desigualdades sociais.

Dessa forma, entendemos que o processo de investigação exige habilidade em trabalhar com o conjunto de informações necessárias à construção da análise do material empírico em todo o percurso da investigação, bem como criatividade para resolver as questões não previstas (BOURGUIGNOM, 2019, p. 95).

Contudo, espera-se que a pesquisa aponte as ofertas da Proteção Social Especial nos municípios de pequeno porte I, propondo estratégias de trabalho para a superação dos desafios levantados pelos participantes no que tange à organização da Política de Assistência Social.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ARAÚJO, Eliane Aparecida Campanha; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque (Orgs.). **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay; FERREIRA, Maria Helena Mariante [et al.]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2). São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional De Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004.

BOURGUIGNON, Jussara A. **O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados na pesquisa social e qualitativa**. Revista Humanidades em Perspectivas. Vol 1. N 1. Jan./Jun. 2019.

CASTRO, Gabriela Brito de; FRANÇA JUNIOR, Ivan. Abuso sexual infantil sob o olhar dos direitos humanos. *Fazendo gênero 9 - Diásporas, diversidades, deslocamentos de 23 a 26 de agosto de 2010*, p. 1-13, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277949826_ARQUIVO_Abusesexualinfantilsoboolhardosdireitoshumanos-FazendoGenero.pdf Acesso em: 29 outubro de 2021.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA e SILVA, Maria Ozanira da; RAICHELIS, Raquel. **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021>. Acesso em 05 out. 2021.

JOSÉ FILHO, Maria. **Pesquisa**: contornos no processo educativo. In: Mário José Filho; Osvaldo Dalbério. (Org.). *Desafios da Pesquisa*. 1ed. Franca: UNESP, v. 1, p. 63-75, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LANZA, Líria Maria Bettiol; BACKSCHAT, Tânia Mara da Silva. **Território usado e Políticas Públicas em pequenas cidades**. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7, 2015, São Luís-MA. Anais do evento. Universidade Federal do Maranhã, Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo11/territorio-usado-e-politicas-publicas-em-pequenas-cidades.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUZIA, Erika Leite Ramos de. **O trabalho do Assistente Social nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social da Região de Bauru/SP**. 2018, 143 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca – SP. 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro 1, v. 1, 1989.

MINAYO Maria Cecília de Souza. (Org.) **Bibliografia Comentada da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Panorama/Ensp, 1990.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2013.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade**. Revista Emancipação. Editora UEPG, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Raffaella Pedroso. **O Projeto Profissional Crítico e a Intervenção dos Assistentes Sociais nos Hospitais Gerais do Município de Juiz De Fora – MG.** 2013. 264f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado:** desafios frente às violações de seus direitos. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Serviço Social.** (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.3). 7 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora da Unesp, p.218, 2004.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA SOBRE OS CENTROS DA JUVENTUDE DO PARANÁ¹

Leonardo Carvalho de Souza
Maria Cristina Piana

Introdução

Nesse capítulo, apresentamos o percurso teórico e metodológico para investigar as repercussões de uma política pública, Centros da Juventude do Paraná, frente às vivências dos jovens que acessam os serviços prestados nesse equipamento. Salientamos que existe pequena quantidade de trabalhos deste teor, que tenham tomado como fonte e/ou objeto de estudo as relações desenvolvidas nos CEJU's, bem como suas características e peculiaridades, fato que evidencia em tal instituição as possibilidades de estudos.

É histórica a negação da garantia de direitos sociais no Brasil e nos países de capitalismo periférico, especialmente se comparados aos países de capitalismo central, nos quais existiu o que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar Social. Contudo, as disputas de interesses entre as diferentes classes sociais têm contado com avanços dos trabalhadores,

¹ O texto aqui apresentado resulta de reflexões e discussões preliminares realizadas pelos autores no âmbito da disciplina de Metodologia de Pesquisa no curso de doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), em 2021.

especialmente após a promulgação da Constituição Federal Cidadã de 1988, que legitimou direitos sociais e possibilitou a elaboração de serviços voltados aos grupos historicamente violados do atendimento de suas necessidades e excluídos do acesso a bens e serviços (NETTO, 2007; BEHRING; BOSCHETTI, 2009; LESSA, 2013).

Em meio ao histórico de negação de direitos, os avanços conquistados pela classe trabalhadora apresentam contradições inerentes ao capital, sendo que algumas políticas públicas e sociais podem ser entendidas como resultado da articulação dos trabalhadores a fim de reduzir os danos sociais, resultantes das crises capitalistas que influenciam em todas as esferas da vida social. Ademais, as conquistas, por meio de políticas sociais estiveram em grande medida dentro dos limites do capitalismo e sua sociabilidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A partir dos direitos conquistados após 1980 no Brasil, foram reconhecidos os direitos das crianças, adolescentes e jovens e nesse sentido, é preciso reconhecer a diversidade juvenil e que o recorte etário não deve ser único, para definir a juventude, pois os contextos econômicos, socioculturais e políticos, bem como marcadores de classe, raça e gênero interferem na forma como cada grupo juvenil vive. No entanto, para efeitos de recorte da pesquisa e para fins de análises, utilizamos o critério etário de 15 a 29 anos, em acordo com o proposto pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2014). A respeito da conquista dos direitos infanto-juvenis, muito se trabalhou para construir uma concepção de infância, adolescência e juventude, que têm ajudado a legitimar o pressuposto de que há uma diferenciação desses públicos, bem como entendê-los enquanto sujeitos prioritários de direitos (ARIÈS, 1981; DEL PRIORI, 1991; FUZIWARA, 2013; SCHERER, 2017).

Contudo, para além dos marcos legais, tem sido um desafio materializar o reconhecimento de particularidades do público jovem e promover a efetividade de seus direitos, considerando a

complexidade e demandas² apresentadas por esse público. Ao passo, que no decorrer dos anos 2000 foram iniciados avanços mais significativos em relação aos direitos dos jovens no Brasil, mas somente em 2013 houve a legitimação de uma legislação, o Estatuto da Juventude, focada nesse grupo jovem e que autentica a concepção de jovem como sendo aqueles com idades entre 15 a 29 anos e como sujeitos de direitos (SILVA; SILVA, 2011; SCHERER, 2017).

No conjunto de propostas de políticas públicas que começaram a ser formuladas para a juventude, que resultou em 2005, na criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Juventude (Projovem), no estado do Paraná, a partir de 2009 é elaborado o projeto e posteriormente são implementados os Centros da Juventude (CEJU's), que constituem uma política pública articulada pelo governo do estado do Paraná, que são espaços de convivência para a realização de atividades múltiplas, focadas no público de adolescentes e jovens, como esporte, cultura, lazer, formação profissionais e outras a fim de prevenir riscos sociais e vulnerabilidades existentes nas comunidades e cidades em que foram instalados. Se a construção desses espaços se deu por meio de recursos do governo do estado do Paraná, via Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR), a manutenção e desenvolvimento das atividades são realizadas por meio de recursos dos municípios e das Secretarias Municipais que os gestam. O Estado do Paraná, por meio da

² Entre as diversas reivindicações da juventude brasileira, destacamos com finalidade de exemplificação, o ativismo da plataforma política "Juventudes contra Violência", que propõe "acesso à justiça, democratização das comunicações, direito à cidade, enfrentamento ao genocídio da juventude negra, fortalecimento da democracia participativa, fortalecimento do sistema socioeducativo, novo modelo de política sobre drogas, novo modelo de segurança pública e desmilitarização das polícias, orçamento público para a juventude e políticas sociais" como eixos de demanda na formulação desse tipo de política pública. Disponível em: <http://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/>. Acesso em out. 2021.

Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) executa até 40 bolsas por CEJU, por meio do Programa Bolsa Agente de Cidadania no valor de 306,00 reais por mês para adolescentes que participam das atividades e presta assessoria aos CEJU's (IPARDES, 2011; PARANÁ, 2018).

A gestão dos vinte e nove CEJU's se depara, conforme Dombrowski, Albiero e Silva, (2019) com alguns desafios e dificuldades como a insuficiência de equipe técnica mínima exclusiva, dificuldades em atender adolescentes e jovens, como públicos prioritários, por exemplo, aqueles oriundos de medidas socioeducativas (MSE), falta de recursos para a oferta de serviços entre outras. Todo esse contexto tem se colocado como um desafio para aqueles que defendem as causas juvenis e se preocupam com a garantia de direitos dos jovens na sociedade contemporânea, pois há demanda de promoção de políticas públicas voltadas aos jovens, qualificação dos serviços, projetos, programas, pela participação juvenil no processo de constituição do exercício e protagonismo dos jovens de maneira crítica e não com a finalidade de contenção juvenil (LULIANELLI, 2003; SCHERER, 2013, 2017).

A partir dos desafios acima destacados, apresentamos alguns pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa de doutoramento em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp de Franca-SP, que focaliza as políticas públicas juvenis, suas contribuições para as vivências e pertencimento dos jovens atendidos no equipamento Centro da Juventude do Paraná. Ressaltamos que apresentamos inicialmente pressupostos históricos e teóricos e em seguida pressupostos metodológicos da pesquisa, contudo tal divisão se faz somente para fins didáticos, ao passo que coadunamos com a premissa de que teoria, metodologia, objeto de estudo, sujeito cognoscente e os demais elementos que compõem as pesquisas são indissociáveis, e estão, portanto, conectados e precisam ser tratados em um debate reflexivo, processual e crítico (CARVALHO, 2014).

Aproximações históricas e teóricas ao objeto de estudo

Como já demarcado anteriormente, o construto de nosso estudo refere-se a uma análise das contribuições dos Centros da Juventude (CEJU's) do estado do Paraná à garantia de direitos dos jovens, nos municípios³ em que essa política pública é desenvolvida/executada, isto é, estamos focados em compreender as repercussões dos CEJU's nas vivências juvenis.

A teoria é um modelo explicativo da realidade, dos fenômenos que a compõe e, portanto, precisa considerar suas contradições e níveis de apreensão. Ademais, a compreensão de algo nunca se apresenta de modo imediato, mas demanda intensas e múltiplas aproximações do pesquisador ou sujeito cognoscente ao objeto de estudo, bem como seu desvelamento. Salientamos que os acúmulos teóricos aos quais nos vinculamos são os do método do Materialismo histórico-dialético (MHD), o qual nos remete buscarmos uma abordagem ontológica e histórica-social do objeto de estudo, bem como a análise de suas múltiplas relações e determinações (TONET, 2013; CARVALHO, 2014).

Outro pressuposto teórico adotado é o de entender a juventude enquanto uma categoria sociológica que contribui para estudar um grupo com particularidades que vai além da especificidade etária, influenciado pelos contextos econômicos, culturais, sociais e políticos que cada sujeito jovem vive. Nesse sentido, refletir sobre categorias como juventude, geração e vivências juvenis tem o potencial de generalizar e especificar determinadas trajetórias de jovens a partir de aspectos sociais e políticos, mostrar como as desigualdades, a educação, as políticas públicas, as formas de organização da sociedade se expressam e

³ Almirante Tamandaré, Apucarana, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Piraquara, Pitanga, Prudentópolis, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama (IPARDES, 2011a, 2011b; PARANÁ, 2018).

nesse sentido, possibilita compreender também fenômenos da estrutura de nossa sociabilidade (SAINTOUT, 2009; MAYORGA, 2013; SCHERER, 2013, 2017; SOUZA, 2019).

Podemos considerar como tardia a concepção de infância e juventude no Brasil ao passo que a garantia de direitos para as crianças e adolescentes foi gradual e permeada por disputas. Quanto aos direitos dos jovens isso não tem sido diferente. Tanto o reconhecimento de particularidades biopsicossociais da juventude, como alterações hormonais, aproximações às mudanças nas dimensões da escolarização, trabalho, formação das famílias entre outros e a promoção de direitos e serviços voltados aos jovens tem promovido muitos embates. Os recentes direitos da juventude, também podem ser entendidos como advindos de dispositivos da Constituição Federal de 1988, especialmente, por meio do artigo 227 e a promulgação da lei n. 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que legitima a proteção integral às crianças e adolescentes, que juntos contribuíram, mais tarde, para fomentar a formulação dos direitos dos jovens (ARIÈS, 1981; DEL PRIORI, 1991; SAINTOUT, 2009; SILVA; SILVA, 2011; FUZIWARA, 2013; BRASIL, 2014).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se jovem aquele com idade entre 15 e 29 anos, que representam da população brasileira, cerca de 49,95 milhões de pessoas. Tais dados, junto com as diversas políticas públicas com foco nos jovens enquanto sujeitos de direitos, que foram formuladas nas últimas duas décadas e os problemas sociais puderam ser percebidos a partir da análise das vivências juvenis contribuem à justificativa de pesquisas com ênfase na especificidade dessa faixa etária (SILVA; SILVA, 2011; IBGE, 2020).

Corroboramos, assim, com o uso do termo juventude no plural (juventudes), como meio de expressar a pluralidade de contextos que permeiam a multidimensionalidade juvenil e as diferenças oriundas de aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que incutem na formação das identidades juvenis, em cada período. Ainda a utilização do termo no plural serve para indicar

e denunciar desigualdades e efeitos da questão social⁴, e não apenas para reconhecer a diversidade juvenil. Desse modo, a compreensão acerca da juventude deve considerar aspectos sociais e culturais que possibilitam a caracterização desse grupo e as representações que se faz dele (DAYRELL, 2003; NETTO, 2009; MAYORGA, 2017; SCHERER, 2017).

Os estudos sobre a juventude não se restringem à compreensão exclusivamente desse grupo de sujeitos e de microfenômenos que os envolvem, mas permite-nos entender igualmente relações sociais amplas de nossa sociabilidade. Nesse sentido, pode-se identificar pesquisas que enfocam diferentes aspectos e relações da juventude como, por exemplo, juventude e trabalho, culturas juvenis, juventude e política, políticas públicas juvenis, juventudes universitárias, entre outros enfoques que visam compreender o fenômeno da juventude e os fenômenos que se interseccionam com a mesma (SPOSITO; CARRANO, 2003; MAYORGA, 2013; PARTICIPATÓRIO, 2013; SCHERER, 2013, 2017).

Com base nessas apreensões, ressaltamos que a juventude é, então, permeada pela diversidade, se considerarmos a subjetivação e especificidade de cada sujeito. Ademais, se analisamos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais, tal diversidade passa a ser ainda maior, especialmente, se incluirmos na análise da juventude variantes como o acesso à educação, ao mercado de trabalho, ao consumo de bens, a violência, a formação da família, política e outras expressões que se interseccionam com a Questão Social que se inter-relacionam com a juventude como racismo, machismo e a desigualdade social. Assim, estudar sobre juventudes e as políticas públicas voltadas a esse público vai além de estudar particularidades de um grupo etário, é, ao mesmo tempo, estudar os movimentos, tendências e problemáticas presentes na sociedade (CATANI; GILIOLI, 2008; NETTO, 2009; SAINTOUT, 2009; SCHERER, 2013, 2017).

⁴ Para saber mais sobre como o conceito de Questão Social ajuda a entender os processos de desigualdade, leia Netto (2009).

Ademais, os estudos sobre as juventudes e políticas públicas permitem identificar lógicas e dinâmicas da sociabilidade capitalista, sendo necessário a essas pesquisas uma compreensão não estática, única ou polarizada do ser e estar jovem. Ao passo que alguns autores alertam para o risco de que as políticas públicas voltadas aos jovens passem a tomá-los apenas como capital humano, abalizem investimentos com intenções restritas à promoção do desenvolvimento econômico de grupos e parcelas específicas da sociedade (SPOSITO; CARRANO, 2003; CATANI; GILIOLI, 2008, NETTO, 2009).

Além dessa perspectiva de reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direitos ser recente, lidamos com problemas múltiplos que permeiam as trajetórias juvenis como por exemplo, o fato de que os jovens têm sido os principais alvos e vítimas da violência no Brasil como indica o mapa da violência, sendo o público que mais sofre violências, fato que sugere para uma barbárie ao indicar que tantos jovens morrem por ano, vítimas de homicídios. Em 2015, foram 31.264 homicídios de sujeitos com idade entre 15 e 29 anos, tal violência também evidencia desigualdades de raça, sendo que 71%⁵ das vítimas de homicídios são negros, apresentam baixa escolaridade, menor acesso à renda e ao trabalho. Dados que sugerem a existência de evidente desproteção desse público (WAISELFISZ, 2017; SCHERER, 2017).

Em relação aos avanços significativos dos direitos dos jovens no Brasil, pode-se mencionar a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2004 e a criação e a formação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), em 2005, pela Lei n. 11.129, que atuaram na elaboração e promulgação da lei n. 12.852, em 2013, que institui o Estatuto da Juventude, lei que contribuiu para legitimar e efetivar legalmente alguns direitos dos jovens brasileiros. Há que se destacar, que a promoção dos direitos da

⁵ Dado semelhante, de 2020, permite verificar nas mortes de jovens com idades entre 15 e 19 anos, que 80% dessas vítimas são pessoas negras. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/22/mortes-violentas-criancas-e-jovens-brasil.htm>. Acesso em out. 2021.

juventude brasileira contemporânea, que é a primeira geração a nascer e crescer num regime democrático, levou ao desenvolvimento de diversos mecanismos, instituições e espaços de participação política⁶, como conselhos de direitos, conferências, audiências públicas e outros nos âmbitos nacional, estaduais e municipais (SILVA; SILVA, 2011; SCHERER, 2017).

Tais avanços permearam as políticas educacionais, na qual se democratizou o acesso, por meio de vagas, dos ensinos Fundamental e Médio e houve relativa ampliação do acesso ao Ensino Superior, que pode ser identificada a partir do número de estudantes que, de 2000 a 2014, cresceu cerca de 141%, sendo que em 2014 havia em torno de 5,9 milhões de alunos em instituições privadas (75%) e 1,8 milhão de estudantes matriculados nas Instituições de Ensino Superior (IES) da rede pública (25%), num total de 7,8 milhões de matrículas (SEMESP, 2016).

Ainda, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012), é perceptível um crescimento de 1,5 milhão de matrículas em 1991, para 6,4 milhões em 2010, e 7,1 milhões em 2012. Isso se faz também visível nos dados do Semesp (2016), que evidenciam o aumento de 1.180 instituições de Ensino Superior no ano de 2000, para 2.368 em 2014. A expansão do Ensino Superior e as políticas educacionais decorrentes desse período possibilitaram o acesso de novos perfis de estudantes a esse nível de ensino, fato que demanda o planejamento de políticas públicas estudantis voltadas para a permanência e elevação do nível de escolarização da população brasileira no geral (INEP, 2012)

⁶ “Participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. É fácil de ver que um tal uso da expressão reflete praxes, orientações e processos típicos das democracias ocidentais” (BOBBIO, 1999, p. 888).

A exemplo dessas políticas, pode-se destacar Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento estudantil (FIES) no setor privado. E o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Lei de Cotas Raciais no setor público, entre os quais, além do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificado (SISU), este último que passou a ser o modelo de ingressar nas universidades federais e em algumas estaduais no Brasil, sendo que países como Portugal também usam a média do ENEM como critério de seleção de estudantes brasileiros. As medidas supracitadas, contribuíram para o acesso de camadas populares ao Ensino Superior e à elevação da formação em nível acadêmico da população brasileira, que por muitos anos foi excluída desse espaço. Contudo, questões referentes índices de evasão, desistência e atraso escolar ainda permeiam as juventudes brasileiras e cortes de classe, raça e gênero são significativos na reprodução de desigualdades educacionais (RODRIGUES, 2011; LIMA, 2007, 2015; VASCONCELOS, 2016; SOUZA, 2019).

Este esboço de alguns pressupostos sobre as políticas públicas juvenis enquanto tema de pesquisa e suas contribuições para compreensão da realidade nos evidencia problemas estruturais, como o desemprego, desigualdade de classe, raça, escolaridade e gênero que se materializam nas vivências juvenis. Na próxima seção apresentamos alguns dados metodológicos que permitem o desenvolvimento da pesquisa em andamento.

Desenho metodológico da pesquisa sobre os Centros da Juventude do Paraná

A construção metodológica parcial da pesquisa aqui apresentada é de cunho bibliográfico e documental, tem como fonte materiais produzidos pela Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF) e Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS). E ainda, obras de

autores, entre os quais Saintout (2009), Scherer (2013, 2017), Vasconcelos (2016) e outras que dialogam com a temática e possibilitam fundamentar o estudo. As análises bibliográficas e documentais serão acompanhadas tendo em vista o trabalho *in loco* que se pretende realizar, para tal nos apoiaremos em abordagens qualitativas, sondagem e possível realização de entrevistas, junto a 10 coordenadores ou integrantes da equipe técnica que estiveram ou estão atuando nos CEJU's e 4 gestores do programa, lotados na SEJUF. Ademais, desenvolveremos e enviaremos questionários online (*SurveyMonkey*), à 10 jovens de cada CEJU (290 questionários no total), que foram ou são atendidos nos serviços do programa e selecionaremos a partir da análise dos questionários 2 jovens de cada CEJU (58 no total) para posterior realização de entrevista (MINAYO, 2012; GIL, 2019).

Desse modo, a pesquisa trabalhará com dados qualitativos e quantitativos, pois entendemos que ambas se complementam. Segundo Minayo (2012) a pesquisa qualitativa demanda compreender e interpretar em todo o processo de estudo, que a definição do objeto de estudo demanda problematizações e em seguida elaboração de estratégias de aprofundamento do estudo, o estranhamento e o questionamento das hipóteses, bem como dos pressupostos teóricos que precisam ser confrontados com o real, discutidos, a partir dos referenciais e dados empíricos apreendidos, que devem ser organizados, questionados e para os quais se precisa atribuir sentido, interpretação e análises que superem o imediato.

Após essa discussão sobre avanços e demandas emergentes das políticas públicas para a juventude e exposição de alguns acúmulos que fundamentam nossa proposta de pesquisa em termos metodológicos, apresentamos os objetivos construídos. O objetivo geral é analisar as contribuições do programa Centros da Juventude (CEJU's) do estado do Paraná à garantia de direitos dos jovens a fim de entender a implementação, oferta de serviços e o desenvolvimento desse programa; e os objetivos específicos são:

a) Investigar materiais e publicações científicas produzidos sobre

os CEJU'S a fim de entender a gênese da instituição e suas conexões com o contexto das políticas públicas para a juventude no Brasil e no Paraná; **b)** Perquirir a documentação (Projeto, Proposta Pedagógica e relatórios) da instituição com o intento de compreender o funcionamento, contribuições e desafios do trabalho; **c)** Analisar as categorias, tipos de projetos desenvolvidos nos CEJU'S e o perfil do público atendido com a intenção de identificar as principais características, potencialidades e demandas na efetivação dos direitos; **d)** Averiguar as compreensões e percepções dos agentes presentes (jovens, equipe técnica e gestores) na instituição a fim de entender como a instituição contribuiu ou não para efetivação e promoção de direitos e repercute nas vivências das juventudes;

O estado da arte tem o mérito de contribuir para historicizar as fontes de pesquisa, retirar a aparência naturalizante dos objetos de estudo, por meio de interrogações de suas diversas dimensões e possibilidades, por isso, pretendemos realizar pesquisa de cunho bibliográfico e documental, tendo como fonte materiais produzidos pela SEJUF, trabalhos científicos, como artigos, resenhas, livros que discorram sobre o objeto de estudos ou assuntos consonantes. A pesquisa será também qualitativa, no sentido em que pretendemos entrevistar gestores que estiveram ou estão à frente da coordenação dos CEJU'S tanto em nível de gestão local quanto estadual. Buscaremos ainda, desenvolver questionário online a ser aplicado junto aos jovens atendidos nos CEJU'S e/ou com as equipes técnicas de atendimento (MINAYO, 2012; GIL, 2019).

A pesquisa visa desenvolver instrumentais metodológicos a partir das orientações do método do Materialismo Histórico-dialético (MHD) o qual nos remete a uma abordagem das múltiplas relações, determinações e contradições do objeto de estudo. Para tanto, a ideia inicial é realizar o trabalho junto às fontes em duas etapas, conforme explicamos a seguir: no primeiro momento, iremos identificar e organizar os documentos e dados já produzidos pela SEJUF, os quais serão tabulados e analisados.

Num segundo momento, o foco é realizar entrevistas com jovens atendidos, equipe técnica e gestores a fim de identificar compreensões sociais de usuários, técnicos e outros a respeito dessa política pública e dos serviços prestados (CARVALHO, 2014; GIL, 2019).

Por ser uma política pública do Paraná voltada aos jovens, os CEJU's se apresentam como um significativo lócus de pesquisa ao Serviço Social. E ainda, os resultados da pesquisa podem vir a contribuir com o entendimento de uma política pública voltada aos jovens paranaenses e a projeção de novas. Ademais, projetamos oferecer algumas oficinas sobre políticas públicas juvenis e sobre o trabalho com jovens em dois dos Centros da Juventude estudados, pretende-se também socializar achados parciais e finais da pesquisa, durante e após o processo de realização em eventos técnicos e científicos. Assim, o estudo pode vir a auxiliar para conhecer as relações de interesses e poder que permeiam a instituição, bem como entender se a existência desse programa rebate nas trajetórias juvenis e possibilidades de realização material e simbólica dos direitos dos jovens nas comunidades nas quais existem.

Esperamos ao final da pesquisa contribuir com a análise crítica da política pública e ainda com a compreensão de como tem sido os rumos dos serviços ofertados e suas conexões com a realidade e demais complexos sociais, bem como colaborar com novos estudos acadêmicos e técnicos referentes à temática.

Referências

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. LTC: 1981.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 1 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei n. 10.260**, de 12 de julho de 2001, que institui o Fundo de Financiamento estudantil (Fies). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm.

Acesso em: 12 de jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Federal**, 05 de outubro de 1988.

Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf. Acesso em: 09 de fev. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude SNJ. **Estatuto da Juventude**: lei n. 12.852, de agosto de 2013. Brasília: SNJ, 2014.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. **Culturas juvenis**: múltiplos olhares. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARVALHO, A. M. P. de. O ofício da pesquisa em tempos contemporâneos: a ousadia da construção teórica e da criação de vias metodológicas. In: ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. dos (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014, p. 11-27.

DEL PRIORI, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. Contexto: São Paulo, 1991.

DOMBROWSKI, E. do S.; ALBIERO, C. E.; SILVA, M. B. da. Gestão pela intervenção da estagiária de Serviço Social: redesenhando o assessoramento dos Centros Da Juventude. **Anais do 7º Congresso Paranaense dos Assistentes Sociais**: O trabalho dos Assistentes Sociais em tempos de retrocessos: Defesa de Direitos e Lutas Emancipatórias. Ponta Grossa, 2019.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FUZIWARA, A. S. Lutas sociais e direitos humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 527-543, jul./set. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior (1991, 2000, 2010 e 2012)**. Brasília: Inep; MEC, 2012.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa Centros da Juventude: relatório de pesquisa.** Curitiba: IPARDES, 2011a.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa Centros da Juventude: sumário executivo.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2011b.

LESSA, S. **Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LIMA, K. **Contra reforma na educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, K. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. Brasília-DF, **ANDES-SN**, n. 55, fev. 2015.

LULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; LULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo Real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 54-75.

MAYORGA, C. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 18, n.2, p. 343-350, abr./jun. 2013.

MAYORGA, C. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil – entrevista concedida a FONTANELLA, A. O. F.; CAMPOS, L. S. B. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 11-24, jan./jun. 2017.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3):621-626, 2012.

NETTO J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO J. P. A construção do Projeto Ético-Político de Serviço Social. In: MOTA, A. E. S. da; GOMES, L.; BRAVO, M. I. S.; TEIXEIRA, M; MARSIGLIA, R. M. G.; UCHÔA, R. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: Cortez, 2007.

PARANÁ. **Programa Bolsa Agente de Cidadania nos Centros da Juventude**. Curitiba, 2018. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Capa_citacao/Agente_da_Cidadania/Programa_Bolsa_Agente_de_Cidadania_-_Centros_da_Juventude_-_revisado_2018.pdf. Acesso em dez. 2021.

PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/estatisticas/agenda_juventude_brasil_vs_jan2014.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

RODRIGUES, M. L. O programa Universidade para Todos: limites e proposições In: LIME, M. M.; GATTI, B. A. (Orgs.). **Prouni e inclusão social**. São Paulo: Xamã, 2011, p. 113-120.

SAINTOUT, F. **Jóvenes, el futuro llegó hace rato**: percepciones de un tiempo de cambios: familia, escuela, trabajo y política. 1 ed. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2009.

SCHERER, G. A. **Juventudes, (in)segurança e políticas públicas**: a proteção social no Brasil. Curitiba: Juruá, 2017.

SCHERER, G. A. **Serviço Social e arte**: Juventudes e Direitos Humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.

SEMESP Sindicato de Mantenedoras de ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**, 2016. Disponível em: http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, R. S. da; SILVA, V. R. da. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SOUZA, L. C. de. **“Um assunto meio forte”**: os sentidos da política para jovens universitários. 117 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2019.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

VASCONCELOS, A. M. Juventude e Ensino Superior no Brasil. In: DWYER, T. [et al]. **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016, p. 125-138.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2016.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

CAPÍTULO III

A DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A PESQUISA QUALITATIVA – ALGUMAS REFLEXÕES

Márcia Maria Cunha
Agnaldo de Sousa Barbosa

Introdução

O Serviço Social é uma profissão de natureza eminentemente interventiva, que visa dar respostas concretas às demandas cotidianas apresentadas pela população usuária. A categoria profissional é chamada a atuar em diferentes espaços socio-ocupacionais, especialmente na esfera pública, tendo como objeto de trabalho as múltiplas expressões da questão social¹.

Essa atuação profissional, por meio de suas competências e atribuições legais, demanda uma atitude investigativa, partindo da compreensão de que toda intervenção deve estar fundamentada em conhecimento técnico e científico sobre a realidade de forma a superar a dicotomia entre a teoria e a prática. Sobre esse assunto, Guerra (2009, p. 15) aponta o seguinte: “A dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a

¹ Segundo Iamamoto (1998, p. 27) “a questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra”.

As pesquisas na área do Serviço Social devem buscar conhecer a realidade e seus fenômenos e, nestes intervir com vistas ao cumprimento dos princípios éticos e políticos profissionais, tendo como valor central a liberdade, de forma a contribuir com processos emancipatórios e novas formas de sociabilidade que superem a ordem vigente.

Uma das formas utilizadas para realizar pesquisas na área social é a de abordagem qualitativa. Este modo de construção de conhecimento confere maior relevância aos significados dos fenômenos e processos os quais estabelecem as relações sociais do que a quantificação destes.

Considerando a natureza da pesquisa qualitativa e suas contribuições no processo de investigação e de construção do conhecimento nas pesquisas sociais, este estudo tem como objetivo refletir sobre algumas de suas características, bem como a dimensão investigativa do Serviço Social que demanda dos profissionais a busca pelo conhecimento da realidade.

Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema proposto que envolve a produção de conhecimento no Serviço Social, discutindo também o aporte teórico-metodológico do Projeto ético-político considerado por Netto (2005) como hegemônico na profissão, a partir da década de 1990, e a pesquisa qualitativa.

A pesquisa no Serviço Social

De acordo com Sposati (2007), a preocupação em produzir conhecimento no âmbito do Serviço Social se fortaleceu com o movimento de reconceituação da profissão que instaurou um processo de desconstrução e reconstrução crítica da profissão e de seu exercício, tendo como base a perspectiva socio-histórica da análise da realidade difundida pela reforma curricular de 1982.

As mudanças que aconteceram no interior da profissão do Serviço Social na década de 1980 estavam atreladas aos processos de redemocratização do país, de organização e mobilização dos movimentos sociais em um contexto de crise política e econômica.

Como resultado do esforço da categoria em romper com o conservadorismo e construir um novo direcionamento social para a profissão, houve um amadurecimento intelectual. Este, levou à elaboração de um projeto profissional em favor da classe trabalhadora e vinculado a um processo de construção de uma nova ordem de sociedade. Tal projeto se materializa nas diretrizes curriculares de 1996, Código de Ética Profissional de 1993 e Lei de regulamentação da profissão de 1996, todavia sempre está em disputa com outras perspectivas.

A partir das diretrizes curriculares de 1996, a pesquisa passou a ser um elemento imprescindível para a formação profissional, sendo incorporada como matéria e parte do tripé acadêmico de ensino-pesquisa-extensão (OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

Também está previsto e assegurado a realização de pesquisas no âmbito do Serviço Social na Lei que regulamenta a profissão e no Código de Ética, no que se refere a atribuições, competências, direitos e deveres do assistente social.

Para alcançar os objetivos e compromissos profissionais assumidos pela categoria, seja no campo da intervenção profissional ou da produção de conhecimento científico no Serviço Social, entendemos como essencial a busca por métodos e um conjunto de técnicas para realizar pesquisas que deem conta de desvelar o real em sua complexidade de forma crítica.

Dito isso, antes de discutir alguns aspectos da pesquisa qualitativa, é válido ressaltar que entende-se como fundamental debater sobre o método de análise que se utiliza no processo de investigação. Partindo da compreensão de que ele, através de suas teorias explicativas da realidade, é o responsável por direcionar e fundamentar os caminhos que o estudo vai seguir e, assim, apontar as metodologias mais adequadas. Sem essa definição, o

uso de qualquer abordagem, técnica ou instrumento se torna evasivo e carente de elucidação.

Para Manayo (2002, p.29), as teorias oferecem “explicações parciais da realidade” que nos auxiliam na compreensão dos fenômenos sociais e orienta o processo de levantamento, sistematização e análise de dados, e se apresenta como um “sistema organizado de proposições” com as seguintes características:

- a) serem capazes de sugerir questões reais;
- b) serem inteligíveis;
- c) representarem questões abstratas entre as coisas, fatos, fenômenos e /ou processos (MINAYO, 2002, p. 19).

Compreendendo a necessidade de apontar a referência teórica que vai nortear a construção do conhecimento, este estudo vai se apoiar no método de análise do real hegemônico na profissão do Serviço Social, sendo ele o materialismo histórico-dialético, que tem como base a Teoria Social de Karl Marx.

Este enfoque metodológico passou a ser incorporado no desenvolvimento de pesquisas pelo Serviço Social, principalmente, a partir da década de 1980 (SETUBAL, 2007).

Na intenção de descrever algumas características do referido método, não sendo possível neste trabalho aprofundá-lo, recorreremos aos estudos de autores como Leite et. al. (2019), Triviños (1987 e 2006), José Paulo Netto (2011) e Tonet (2013).

O método de análise da sociedade baseado na teoria de Marx parte do entendimento que a sociedade está organizada em classes sociais, suas características referem-se ao estágio de desenvolvimento social e econômico de cada período da história no qual as condições materiais estão relacionadas ao acesso aos meios de produção, ou seja, ao acesso aos diversos meios que possibilitam a produção de bens de consumo, que, por sua vez, direcionam como as relações sociais se estabelecem, como os indivíduos interagem entre si e quais os interesses e conflitos envolvidos.

Ao se vincular à defesa da classe trabalhadora, tal método de análise oferece ao Serviço Social condições de compreender como se dá as relações no sistema capitalista ao se constituir como método materialista, que está relacionado à questão material da vida humana, e histórico, que se baseia na concepção de que existência do ser humano está condicionada aos processos históricos, e dialético, por considerar o movimento contraditório desse modo de produção e reprodução social (MARX, 2002, apud LEITE et. al. 2019).

Para Triviños (1987, p. 51), o materialismo histórico é “a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens”.

Sobre prática social o autor pontua que ela se constitui pela unidade da teoria e da prática em que a teoria é resultado das mais variadas experiências práticas e objetivas que indivíduos e grupos desenvolvem historicamente e, a partir delas, criam condições de construção e acúmulo de conhecimento (TRIVIÑOS, 2006). Assim, pode-se considerar que a prática social se destaca pela sua relevância ao apresentar a sua capacidade de transformar a realidade.

Para Netto (2011, p. 52), outra característica do método em Marx é que ele não indica “um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação”. O autor também menciona que Marx nos ofereceu:

a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011, p.53).

Em relação a esta discussão, Tonet (2013) explica que todo objeto é resultado de um processo histórico e social, formado por

essência e aparência, e, por este motivo, ele nunca é de todo desconhecido, pois possui características que estão ligadas a uma totalidade maior que podem ser apreendidas de modo aproximado.

Apoiados em uma perspectiva crítica que fundamenta seu direcionamento político, assistentes sociais, na busca de apreender os processos sociais, historicamente situados em seu cotidiano profissional, podem se apropriar de diferentes abordagens metodológicas, sendo o foco deste estudo a qualitativa, que será discutida no próximo item.

Alguns aspectos da pesquisa qualitativa

Para Minayo (2002), a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa está em sua natureza. A abordagem quantitativa se volta para ao que é visível e passível de ser contabilizado, já a qualitativa busca compreender os significados, não podendo ser percebido pelas estatísticas.

Martinelli (1999), enfatiza os seguintes pressupostos que fundamentam as pesquisas qualitativas:

Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito [...]. Como decorrência disso, o segundo pressuposto é que as pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito [...]. Isso nos remete ao terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida o sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (MARTINELLI, 1999, p. 22-23).

A natureza da pesquisa qualitativa vem se opor à influência da vertente positivista, presente nas ciências sociais, que considera a objetividade na pesquisa quando ela é desenvolvida por meio de “instrumentos padronizados e pretensamente neutros” (MINAYO, 1994, p. 23).

Considera-se não ser possível aderir a uma neutralidade no âmbito do exercício da profissão do Serviço Social e de sua pesquisa científica, uma vez que a categoria assumiu seu

direcionamento social e político com base na perspectiva teórica com viés crítico.

Sobre essa questão Netto (2011) aponta que:

[...] a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isto mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, geralmente identificada com “objetividade” (acerca do debate que sobre a “objetividade” se acumulou nas ciências sociais e na tradição marxista, cf. Löwy, 1975, p. 11-36) (NETTO, 2011, p.23).

Para o desenvolvimento de pesquisas de abordagem qualitativa existe um conjunto de métodos e técnicas de coleta e análise de dados disponíveis para serem utilizadas. Podendo citar, por exemplo, entrevista, estudo de caso, observação participante, grupo focal, análise de conteúdo, história oral, etc.

Cada uma das técnicas apresenta possibilidades e limites, passíveis de serem utilizadas de forma complementar, inclusive com dados quantitativos, dependendo dos objetivos da pesquisa e do processo inventivo do pesquisador.

Em relação a alguns dos aspectos da pesquisa qualitativa, Chizzotti (2000) elege o pesquisador como um elemento essencial da obra e aponta para sua necessidade de deixar de lado seus preconceitos, colocando-se de forma receptiva diante da realidade a qual observa, no intuito de buscar uma melhor percepção.

No que se refere ao participante da pesquisa, o autor pontua que este deve ser reconhecido como sujeito detentor de conhecimento que deve ser “elevado a reflexão coletiva ao conhecimento crítico” (CHIZZOTTI, 2000, p.83).

Discutindo a conceituação do que é pesquisa qualitativa, Demo (1998) pontua que, muitas vezes, as definições se tonam vagas. Por exemplo, como dizer que ela não é quantitativa ou que vai para além desta abordagem. Sobre esse debate o autor também aponta:

[...] não faz sentido apostar na dicotomia entre quantidade e qualidade, pela razão simples de que não é real. Pode-se, no máximo, priorizar uma ou outra, por qualquer motivo, mas nunca para insinuar que uma se faria às expensas da outra, ou contra a outra. Todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em *contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual. A própria “qualidade total” está enredada nesta trama complicada. É comum bastar-se com quantidades insatisfatórias, como cursos que não vão além de treinamentos, por vezes relâmpago. Como é comum aceitar qualidade como certas “lavagens cerebrais”, que cultivam encontros muito emocionalizados, cujo resultado principal é o adesismo.* [...] (DEMO, 1998, p.92-93).

Sob o risco de cair no amadorismo e na ausência de cientificidade o autor ainda chama a atenção para a formalização nas pesquisas qualitativas, sendo necessário:

[...] saber definir termos, precisar a hipótese de trabalho como roteiro reconstrutivo abertamente direcionado, construir bases teóricas, selecionar relevâncias, e assim por diante, todas atividades no fundo lógico-formais. Caso contrário, vendemos a pesquisa qualitativa como diletantismo e, na prática, incompetência metodológica (DEMO, 1998, p. 92).

A abordagem qualitativa traz um enfoque importante voltado aos significados dos fenômenos e procura, a partir do ponto de vista dos sujeitos, compreender aquilo que não se apresenta na realidade aparente.

Todavia, Minayo (2013) alerta que compreender não se trata de procurar os propósitos do sujeito pesquisado, nem analisar de forma passiva seu discurso ou sua prática, uma vez que estes não traduzem de forma absoluta todo o contexto social em que vive. Sendo assim, cabe ao pesquisador, munido de diferentes tipos de conhecimentos, assimilar profundamente os processos pesquisados, partindo da realidade imediata para a concreta.

Ademais, convém considerar que tal forma de elucidar os fenômenos sociais propostos pela pesquisa qualitativa, encontra

acordo com Bourguignon (2008) quando aponta que o desafio do assistente social pesquisador é:

se preocupa com a centralidade do sujeito enquanto condição ontológica e não como estratégia metodológica de pesquisa, é possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos mesmos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social (BOURGUIGNON, 2008, p. 303).

Por conseguinte, nota-se na pesquisa qualitativa um potencial técnico e político gerador de conhecimento, do qual o Serviço Social pode se apoderar para embasar de forma mais qualificada e crítica suas intervenções.

Considerações Finais

A pesquisa é parte essencial no trabalho do Assistente Social, estando presente em seu Código de Ética Profissional, Lei que regulamenta a profissão e Diretrizes Curriculares.

O amadurecimento intelectual da profissão rompeu com a visão conservadora e inseriu, de forma hegemônica, um novo direcionamento social para a categoria, sendo este fundamentado na teoria social crítica.

O avanço teórico trazido pelas mudanças no interior da profissão é demonstrado pelo aumento da produção de conhecimento na área.

Diante da breve discussão sobre algumas características da pesquisa qualitativa, pode-se ponderar as possibilidades que sua abordagem traz para profissões como o Serviço Social na busca de desvendar o real, priorizando os significados, representações, valores, opiniões a respeito do cotidiano e do mundo vivido, a partir da perspectiva dos participantes inseridos no contexto estudado.

A realidade está em constante movimento, é contraditória, complexa e composta por muitas determinações. E, ao ser analisada a partir de um processo conduzido pelo rigor teórico e metodológico, pode ser melhor apreendida, e, como resultado, oferecer novos conhecimentos de forma crítica e ao mesmo tempo criativa, auxiliando no desenvolvimento de novas reflexões e práticas profissionais com relevância social e científica.

Referências

BOURGUIGNON, J.A. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 7 n. 2 p. 302-312. jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/4830/3635>. Acesso em: 22 dez. 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000 (Biblioteca da Educação. Série Escola, v. 16).

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto - v. 6 - n. 2 - p. 89-104 - abril 1998.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In: Serviço Social – direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009.

LEITE, Edna Xenofonte. Et al. Materialismo histórico dialético: Contribuições para a realização da pesquisa científica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 11, Vol. 05, pp. 47-54. Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/materialismo-historico>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. *In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & saúde coletiva**, 2014, Vol.19, p.1103-1112.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. CFESS. Brasília. 2005.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Rayane Noronha; SANTOS, Tássia Monte. A relevância da pesquisa para o Serviço Social: conquistas e desafios permanentes das Diretrizes Curriculares. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 63-71, jan. / apr: 2020. .

SETUBAL, A. L. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 64-72 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DMfXf9SHQFPyBFK7KKBZtbn/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 20 set. 2021.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRIVIÑOS, A. S. A dialética materialista e a prática social. **Movimento** (Porto Alegre), v.12, n. 02, p. 121-142, maio/agosto de 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2899/1535>. Acesso em: 20 dez. 2021.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO IV

A PESQUISA CIENTÍFICA PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE EM ANGOLA

Aires Muecália Julião Caneca
Fernanda de Oliveira Sarreta

Introdução

O texto é fruto de reflexões e análises produzidas na Disciplina de Pesquisa em Serviço Social II, sobre a relevância da pesquisa na produção do conhecimento e sua aplicabilidade na vida prática, servindo como fonte para solução dos problemas do cotidiano. Do mesmo modo, sobre o caminho a ser percorrido durante a pesquisa, considerando a opção dos procedimentos na abordagem, escolha metodológica, técnicas, participantes, entre outros aspectos, relacionados aos resultados que a pesquisa pretende alcançar.

É um estudo bibliográfico e essencialmente exploratório. A partir de autoras(es) que tratam profundamente do tema e de seus fundamentos, é possível compreender que o ser humano, enquanto ser social, desde os tempos remotos se preocupou com a realidade que o circunda, ou seja, com tudo aquilo que lhe pareceu ser de difícil compreensão.

Minayo (2007) explica, que essa busca pela compreensão dos fenômenos sociais sempre procurou sua universalidade, particularidade, situando-os em diferentes contextos. Uma vez que “cada sociedade humana existe e se constrói num

determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras” (2007, p.12).

Para a compreensão da realidade, dos fenômenos, das indagações, não basta a simples observação, correndo o risco de conhecermos a realidade de forma superficial; porém, “a observação constitui sem dúvida uma importante fonte de conhecimento”, ensina Gil (2009, p.1). Portanto, essa compreensão de totalidade deve partir de um estudo mais profundo, que contemple o caminho para a solução dos problemas que são do interesse da nossa sociedade e que afligem a realidade, que é observável e perceptível.

Isso só é possível se recorrer ao instrumento que é a pesquisa, segundo Minayo et al (2009, p.16), como “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. Deste modo, podemos perceber que embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido em primeiro lugar um problema da vida prática” (2009, p.16).

Afirma Gil (2009, p.3) que a “pesquisa é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. O autor contribui para compreender que o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos.

A partir dessa conceituação, podemos apreender que a pesquisa é um processo que procura dar respostas aos problemas existentes na sociedade, por intermédio da produção de novos conhecimentos que permitem intervir na realidade de forma mais detalhada, profunda, minuciosa, a partir de vários paradigmas.

A pesquisa é um processo de ordem intelectual, quando baseada e motivada no desejo de conhecer pela simples satisfação para agir. Desse modo, as finalidades básicas da pesquisa, segundo Gil (2009, p. 3): “busca o progresso da ciência, [...] procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas; [...] seu desenvolvimento tende a ser formalizada e objetiva a

generalização [...]”. Assim, a partir dessas finalidades, a pesquisa tem a intenção de produzir um conhecimento novo e útil, para intervir na realidade.

A reflexão proposta está organizada no texto, nos seguintes itens, primeiro pensar a pesquisa enquanto atividade de produção do conhecimento e de intervenção; e, apresenta a reflexão sobre o caminho metodológico de interpretação da realidade, a partir do referencial marxista, adotado no desenvolvimento da pesquisa de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A opção pela abordagem marxista tem a intenção de subsidiar a produção do conhecimento e a relação teoria-prática, sendo a interpretação mais adequada para o Serviço Social e as necessidades de saúde.

A pesquisa enquanto atividade de produção do conhecimento e de intervenção

A pesquisa enquanto atividade para a produção do conhecimento, é um desafio e não é uma tarefa fácil. Envolve o planejamento, organização das etapas e de todos os elementos que compõem um projeto de pesquisa; ou seja, envolve a dedicação, interesse, oportunidade, inspiração, inquietação, essencialmente, uma questão de motivação.

Portanto, tratar do tema da pesquisa envolve o desejo da produção científica ou acadêmica, para que ela possa produzir um conhecimento e desvendar uma realidade pouco conhecida, ou mesmo desconhecida; para que tenha utilidade e possa melhorar a vida da sociedade.

O conhecimento é o que motiva o ser humano para revelar o significado e a essência dos fenômenos, de acordo com a percepção da realidade, envolve crenças, culturas, entre outras questões. Tem o propósito de dar respostas aos problemas que a realidade nos oferece, é um caminho para ampliar a compreensão do mundo, das relações em determinado espaço social. É uma

necessidade que remete a uma ação, sobre a realidade em transformação constante e dinâmica.

Para Luckesi (1985) o conhecimento envolve as seguintes dimensões: um mecanismo de compreensão e transformação do mundo, necessidade para ação e elemento de libertação. Para o autor, essas três dimensões ajudam na compreensão do porquê cada sujeito é por excelência um procurador, conquistador e produtor de conhecimentos. A compreensão do mundo, da natureza, do que produzimos e do que sabemos, o que nos faz ser, estar e fazer, depende do conhecimento que temos sobre a realidade. É o conhecimento que move nossa ação.

A busca pelo conhecimento a partir da pesquisa científica, amplia nossas possibilidades de reflexão crítica e profunda sobre a nossa realidade. A procura incessante do conhecimento, do mesmo modo, amplia a nossa forma de agir sobre o mundo, de maneira intensa, explorando significados, valores, atitudes, concepções etc. Assim, podemos dizer que para termos conhecimento verdadeiro da realidade, complexa e em transformação, precisamos da pesquisa científica.

Esse é um processo dialético, histórico e social, ensina Minayo (2007). A pesquisa enquanto um processo de produção do conhecimento é uma reprodução sócio-histórica das relações existentes que os sujeitos estabelecem, entre o seu pensamento e a sua ação com o ambiente circundante. A partir desse pressuposto, compreendemos que a atitude de entender, analisar e interpretar a realidade na sua complexidade e totalidade, é fundamental apreender a essência da realidade.

Neste sentido, recorreremos à contribuição de Sposati (2007, p. 12):

[...] a essência de uma realidade só se revela após o ato investigativo que procura no mesmo processo identificar a estrutura da realidade concreta, não na sua manifestação fenomênica, mas pela identificação das múltiplas determinações que elas são peculiares e que lhes dão sentido e força para existir em determinado tempo e sociedade.

O ser humano enquanto um intelectual, profissional, autor, é por excelência um pesquisador e, também, em constante processo de aprendizagem, profissionalização. Daí resulta o desafio da pesquisa acerca da realidade em que atua ou que deseja conhecer, por se tratar de realidade complexa e contraditória, que se produz e reproduz a partir de interesses e relações de forças antagônicas.

Nesse sentido, a pesquisa é uma atividade que estabelece um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e na capacidade de intervenção (DEMO, 2007). Desse modo, o pesquisador é integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

Essa reflexão relacionada ao cotidiano profissional do Serviço Social mostra os desafios complexos e os limites da nossa intervenção, em especial, na área da saúde. Sobretudo, os limites institucionais determinados pela estrutura da sociedade contemporânea. É nesse sentido, que a pesquisa científica contribui para conhecer o problema, suas particularidades, apontar caminhos, possibilidades, aproximando a sua relação com a nossa intervenção, ou melhor, a sua utilidade aos problemas.

O Serviço Social é uma profissão de natureza essencialmente interventiva, reflete Martinelli (1999). Apresenta uma atuação em vários espaços socio ocupacionais, reconhece a complexidade da realidade social e procura subsidiar sua intervenção indo além da aparência dos fenômenos e como se apresentam. A intervenção profissional crítica e comprometida, procura descobrir caminhos que conduzam à apreensão da essência dessa realidade.

Assim, o Serviço Social configura-se como uma profissão onde a pesquisa assume a função de qualificadora do exercício profissional, da relação teoria-prática, com base no conhecimento científico. Pois, a orientação da pesquisa está voltada tanto para a produção de conhecimentos como para a capacidade interventiva, contribuindo em caminhos para a melhoria do planejamento, elaboração de programas, ações, atividades, entre outros, na realidade social.

Desse modo, a atividade de investigação da realidade é requisito indispensável da atuação nessa realidade, uma vez que é a natureza das relações estabelecidas na prática cotidiana, que faz desse profissional um autor privilegiado intervindo na realidade e observando sua ação de intervenção. A pesquisa para a produção de conhecimento é transversal, é uma tarefa de todos os profissionais enquanto sujeitos de intervenção na realidade social.

No contexto contemporâneo, exige dos profissionais a compreensão dos fenômenos e a intervenção com um conhecimento de totalidade, voltado para melhoria da vida na sociedade. Sobretudo, quando se trata de uma sociedade que enfrenta problemas de diversas ordens carecendo de respostas, onde a pesquisa passa a ter um campo muito fértil.

A relação do Serviço Social com a pesquisa, de acordo Bourguignon (2015), insere-se num processo histórico de amadurecimento intelectual e de ampliação das demandas sociais, o qual vai revelando uma profissão capaz de gerir conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teóricos e metodológicos, coerentes com a natureza e com as exigências societárias.

Neste sentido, Setubal (2007) afirma que a pesquisa, enquanto procedimento teórico e metodológico, ao se incorporar à prática profissional poderá levar o Assistente Social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para a profissão, a partir da ruptura com a postura acomodada.

Assim, a pesquisa oferece elementos importantes para a intervenção profissional no Serviço Social, a partir da construção do conhecimento. Além, de contribuir para melhoria da atuação profissional frente às expressões da questão social, podendo gerar conhecimentos que reconheçam os usuários dos serviços como sujeitos políticos capazes de conhecerem e intervir em sua própria realidade com autonomia. Esse processo contribui para avanços significativos em diferentes campos da ação profissional, na esfera das políticas públicas e no enfrentamento das manifestações da questão social, entre outros aspectos.

O caminho metodológico da pesquisa

A importância de abordar o caminho metodológico da nossa pesquisa em desenvolvimento no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da UNESP, demonstra o compromisso com os desafios envolvidos para o alcance dos resultados pretendidos.

O estudo com o título “Política de Saúde e o trabalho do Assistente Social: atribuições da prática profissional na saúde em Angola”, parte do concreto e da construção do conhecimento relacionado ao cotidiano profissional do pesquisador. A escolha do tema tem relação com as variadas formas de manifestações da questão social, onde se produz e reproduz a realidade social, por intermédio de relações entre profissionais de saúde (exercendo atividade vital e consciente) e utentes na satisfação das necessidades de saúde.

Para Minayo et al (2009, p.14) a metodologia “é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Esse caminho envolve as escolhas do pesquisador, tais como, a teoria e o método de abordagem, “os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (2009, p.14). Ampliando essa reflexão, Gil (2009, p.9) afirma que:

[...] para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. E define método como o caminho para se chegara determinado fim. E metodologia como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para se atingir o conhecimento (2009, p. 9).

Assim, a partir das orientações desses autores, descreveremos o caminho da nossa pesquisa. O processo de construção do pensar, apreender, entender, desvendar os

fenômenos na realidade da atuação do Serviço Social na política de saúde em Angola, para a busca de respostas dos problemas que envolvem essa realidade social. Reconhecendo que esse processo exige várias etapas durante a sua construção, que inicia com a definição do tema, sua delimitação, a definição dos objetivos, os referenciais teórico e metodológicos a serem utilizados no estudo, bem como, o estabelecimento de um cronograma que possibilita termos um horizonte temporal sobre as atividades a serem desenvolvidas.

Dessa forma, o Serviço Social utiliza a pesquisa social para investigar as situações através de métodos e técnicas, ou seja, para desvendar a realidade social e a busca de respostas aos problemas existentes. A profissão se identifica com a perspectiva marxista, isto é, o materialismo histórico dialético para a análise crítica dessa realidade, permitindo a apreensão e compreensão da realidade estudada.

O nosso estudo adota o materialismo histórico dialético, que fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade estudada, compreendida por Monteiro (2016, p.120) como “a capacidade humana de apreensão do movimento contraditório da realidade social sob a perspectiva de totalidade (articulada e dinâmica), com base em análise concretas de situações concretas e diz respeito à posição do sujeito”.

Esta perspectiva expressa a interpretação mais viva e próxima da realidade, por intermédio da construção do cotidiano, do concreto, onde os indivíduos constroem suas relações no processo de produção e reprodução social manifestadas pela contrariedade, historicidade e totalidade (MINAYO, 2009).

É uma abordagem atuante e dinâmica, servindo como fonte de apropriação do Serviço Social, quando propõe desvendar as manifestações da questão social, sobretudo quando Martinelli (2005, p.12) afirma que “a nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteira, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro”.

A autora expressa o significado dessa abordagem, na medida que o Serviço Social deve compreender a historicidade do contexto investigado, em que esta ou aquela realidade surge e que influência sofreu para se dar o presente contexto. Para que possamos conhecer a sua essência e termos a capacidade de atuar nessa realidade, a partir do olhar investigativo.

A pesquisa tem como tema central o Serviço Social e a atuação profissional na política de saúde de Angola, com a preocupação de compreender as atribuições no exercício profissional do país, desvendar a sua história, desafios, avanços e a própria organização da categoria profissional. E, tem como problema a seguinte questão: quais são as atribuições dos Assistentes Sociais na saúde em Angola? Desse modo, esclarecemos que seguimos a orientação de Gil (2009), o problema da pesquisa deve ser delimitado a uma dimensão viável e ter clareza, ou seja, “deve ser preciso e apresentar referências empíricas” (2009, p. 57).

A partir desses elementos, o estudo tem como objetivo geral analisar o trabalho do assistente social e as atribuições profissionais, nos espaços de atuação na política de saúde em Angola. A partir desse objetivos delimitado, trata-se de um estudo descritivo, que Gil (2009, p.28) define para “descrever e caracterizar uma determinada comunidade ou fenômeno ou, ainda, estabelecer relações entre variáveis, levantar as opiniões, atitudes e crenças, para o atendimento das políticas públicas, nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade entre outros”.

Em relação a abordagem, Gil (2009, p.175) esclarece que “a quantitativa permite conhecer a extensão ou tamanho do objeto de estudo de maneira, mais objetiva, e a qualitativa que não se interessa pelo tamanho, mas pelos sentimentos, percepções e experiências dos sujeitos de pesquisa”. Na abordagem qualitativa, reflete Martinelli (2012, p. 26), “importante não é o número de pessoas que vai prestar informações, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa”.

Assim, a pesquisa adota a abordagem mista qualitativa e quantitativa para ampliar a compreensão da realidade social, não apenas do ponto de vista da extensão dos problemas, mas dos sujeitos e seus sentimentos, desejos, expectativas e experiências nos espaços da saúde, onde os assistentes sociais atuam. A escolha sobre o uso da abordagem mista para nossa pesquisa é reforçada na afirmação de Martinelli (2012, p.28), “o uso da abordagem mista, é de complementaridade e de articulação. Pois, depende da opção do pesquisador em função da natureza e dos objetivos da pesquisa”.

O estudo será desenvolvido com o recurso da revisão bibliográfica e documental, e coleta de dados em campo, o que permitirá compreender a temática a partir das obras já elaboradas e das informações e análises. O universo de estudo será os espaços de atuação dos Assistentes Sociais na saúde em Angola, tendo como sujeitos participantes os Assistentes Sociais que exercem suas atividades profissionais na saúde do país.

A seleção da amostra adotada será a amostra não probabilística por acessibilidade ou intencionalidade, definida por Gil (2009, p.94) “como aquela em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma representar o universo”. Quanto à representatividade da amostra para o nosso estudo, trabalharemos com todos aqueles que acessarmos atendendo o tipo de amostragem para a coleta dos dados. Assim, pensamos que será uma amostra representativa, dentro dos critérios adotados.

Quando se fala ‘a minha subjetividade’ a ‘minha opinião’, o ‘meu desejo’, não se trata de algo interno que se revela no exterior. As formas subjetivas são compostas socialmente. Todo sujeito é sempre coletivo. Assim, quando falo, muitas vozes falam em mim, muitas histórias atravessam a minha história e isso se torna mais complexo quando se pensa no terreno da intervenção e nos postos de trabalho profissional. Embora haja uma composição singular em mim, que me difere dos demais que difere de cada um, somente a composição é singular. Os pedaços de que é feita são partilhadas por muita gente. (DUARTE, 2010, apud MONTEIRO 2016, p.231).

Desse modo, a concepção que os sujeitos têm sobre a atuação nos serviços de saúde são elaborados a partir das objetivações existentes e do conjunto de interações em que o ser singular – sujeitos participantes do estudo), se insere na totalidade – realidade social angolana.

A coleta de dados em campo será realizada através da técnica da entrevista semiestruturada, por intermédio do questionário. Essa técnica de investigação para Gil (2009, p.120) é “composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado”. Assim, o questionário usado como instrumento de coleta de dados será constituído por uma série de questões, com perguntas fechadas e abertas, oferecendo aos participantes a opção de respostas que interessa, como também, a liberdade de exprimir suas opiniões, significados, ideias, sobre a realidade em estudo.

A escolha deste instrumento de coleta de dados se dá pelo fato de, por um lado, limitar o participante às questões formuladas e, por outro, privilegiar em certa medida a abordagem qualitativa, explorando a contribuição dos sujeitos e com as suas próprias palavras, as suas experiências, conhecimentos, aspirações, expectativas, sentimentos, crenças, ideias, diante dos fenômenos sociais.

A análise e interpretação dos dados, segundo Gil (2009), pressupõem dois processos distintos e relacionados: um que visa o resumo e organização dos dados de forma a que possa fornecer respostas para o problema em estudo, e outro que tem por finalidade a busca de um sentido mais amplo das respostas, usando como suporte conhecimentos anteriormente adquiridos sobre a problemática de estudo.

Para o nosso estudo, utilizaremos a análise estatística e a análise de conteúdo, que fornecerão as bases para a abordagem quanti-qualitativa deste estudo, conforme orienta Minayo (2009). Os resultados obtidos permitirão a organização dos dados, de acordo as

categorias previamente definidas, a frequência e a distribuição dos sujeitos participantes da pesquisa em relação as variáveis.

Considerando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, e do Serviço Social como profissão que possui e defende valores e princípios fundamentados no respeito, dignidade e na promoção dos direitos humanos, o estudo será previamente autorizado pelo órgão responsável da saúde em Angola. E, será submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da UNESP, Brasil. Desse modo, a coleta de dados em campo será após a observância dos requisitos e da sua aprovação.

Considerações finais

Consideramos algumas notas, nessas conclusões. A primeira é que a pesquisa representa o mais profundo caminho para procurar aprofundar o conhecimento existente e atingir os objetivos pretendidos. A segunda, é que o caminho percorrido durante a pesquisa determinará a eficiência dos resultados, uma vez que todos os detalhes envolvidos durante o seu desenvolvimento devem ser tratados de forma rigorosa e minuciosa, para que tenhamos consistência nos resultados alcançados.

E, por fim, se a produção do conhecimento emana de uma abordagem teórica e, necessariamente, de um problema da vida prática, podemos dizer que grande parte da solução dos problemas enfrentados no cotidiano exigem a produção do conhecimento.

Nesse sentido, o Serviço Social é uma profissão que deve se fundamentar afincadamente na pesquisa, na procura incessante de desvendar a realidade para conhecer suas particularidades e encontrar respostas às demandas da saúde.

Portanto, não há pesquisa sem antes escolhermos o caminho, a direção, o horizonte a ser percorrido, para se alcançar os objetivos propostos. Sendo que toda orientação acadêmica deve

ser fundamental, pois todo esse percurso não é tarefa fácil, exige todo discernimento possível, a etapa exploratória e toda a interação necessária com os sujeitos envolvidos, o que evidencia que toda pesquisa é coletiva.

Enfim, o desenvolvimento da Disciplina de Pesquisa contribuiu de maneira significativa para repensar o nosso estudo, proporcionando espaço para repensar a complexidade desse processo, a interação entre os participantes, as reflexões coletivas nas aulas (via remota). Sobretudo, contribuiu para ampliar a nossa forma de pensar a pesquisa e os caminhos que serão percorridos durante todo o seu processo.

Referências

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico** [livro eletrônico]. [S.I.]: Saraiva, 2007.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**, 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUCKESI, C.C. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARTINELLI, Lúcia Maria(org). **Pesquisa Qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Veras Editora. 1999.

MINAYO, de Souza Cecília Maria (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MONTEIRO, A. A. **Natureza do Serviço Social em Angola**. São Paulo: Cortez, 2016.

SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Renda mínima e crise mundial: saída ou agravamento?** São Paulo: Cortez, 1997.

SETUBAL, Alencar Aglair. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional**. Florianópolis v.10, 2007.

CAPÍTULO V

O CAMINHAR CIENTÍFICO: INTERPRETANDO MEMÓRIAS, IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS NEGRAS FRANCANAS

Rosicler Lemos da Silva
Dagoberto José Fonseca

Introdução

A cidade de Franca está localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, com população estimada para o ano de 2021 de 358.539 pessoas. Ao observar o quesito cor e raça da população Francana no último censo do IBGE (2010), verifica-se que 1.840 pessoas se autodeclararam amarelas, 387 indígenas, 220.348 brancas, 75.979 pardas e 20.077 pretas. Comparando com os dados nacionais, em que 1,1% da população brasileira se declarou amarela ou indígena, 42,7% branca, 46,8% como parda e 9,4% como preta, nota-se uma divergência entre tais dados, haja vista que somando pretas e pardas, nacionalmente totaliza-se 56,2% e em Franca, somente 30%.

Outro aspecto relevante constatado através do trabalho profissional de uma das autoras deste artigo, que é assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Franca - SP, se refere a dificuldade da maioria das pessoas negras atendidas declararem a sua cor e raça, bem como, muitas vezes não se identificarem e não se sentirem pertencentes à raça negra, apresentando em alguns casos, sofrimento e revolta por essa não identidade, como o caso de uma criança de quatro anos de idade

que chorou por não querer ter a pele escura como a do pai ou o adolescente que estava revoltado devido não ter os fenótipos da mãe que é branca, com o cabelo liso e loiro, enquanto ele é negro, com o cabelo crespo.

Ainda, menciona-se a existência de pessoas negras que residiram e/ou ainda residem em Franca/SP e são importantes referências nacionais e internacionais, contudo, não possuem o mesmo reconhecimento por parte das/os moradoras/es da cidade, como por exemplo, Abdias Nascimento, Carolina Maria de Jesus e até mesmo o poeta Carlos de Assumpção, que só recentemente tem sido mais reconhecido diante a participação em um programa de televisão. O mesmo aconteceu com a Joana Félix, que só teve um certo reconhecimento após aparecer em uma emissora de televisão.

O francano, Abdias Nascimento, falecido em 2011, foi ator, diretor e dramaturgo. Militante ativo na luta contra o racismo, integrou a Frente Negra Brasileira em São Paulo. Estudou no Teatro Del Pueblo em Buenos Aires e ao retornar ao Brasil em 1941, foi preso por crime de resistência. Durante o período que ficou recluso na penitenciária do Carandiru, fundou o Teatro do Sentenciado em que as peças eram escritas e encenadas por um grupo de presos. Em 1944, inaugurou o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro, sendo a primeira companhia a valorizar e promover a inclusão dos artistas e atrizes negras no teatro brasileiro, além de promover cursos de interpretação teatral, aulas de alfabetização e oficinas de iniciação a cultura. Dirigiu o jornal Quilombo, realizou a Conferência Nacional do Negro em 1949 e o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Devido perseguição política, ficou exilado por treze anos nos Estados Unidos, período em que trabalhou como conferencista e professor universitário, escreveu vários livros, dedicou-se também a pintura e pesquisas relacionadas à religião afro-brasileira. Ao retorno ao Brasil, foi deputado federal e senador, sempre atuando na defesa da cultura negra. Publicou vinte e quatro obras, entre elas, destacam-se: Dramas para Negro e Prólogos para Brancos (1961), o Genocídio

do Negro Brasileiro (1978), O Quilombismo (1980) e Quilombo (2003). (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2021).

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento/MG em 1914, morou em Franca durante sete anos onde trabalhou como empregada do lar. No ano de 1947 foi morar na favela do Canindé em São Paulo, juntamente com seus três filhos. Trabalhou como coletora de recicláveis e apesar de ter estudado pouco, começou a escrever o cotidiano vivenciado. Auxiliada pelo jornalista Audálio Dantas, publicou em 1960 o livro “Quarto de Despejo”, que teve uma venda recorde de trinta mil exemplares na primeira edição, chegando em um total de cem mil exemplares vendidos na segunda e terceira edição. O livro foi traduzido em treze idiomas e vendido em mais de quarenta países. Escreveu mais três livros, Casa de Alvenaria (1961), Pedacos de Fome (1963) e Provérbios (1963). Ainda foram feitas as seguintes publicações póstumas: Um Brasil para os Brasileiros (1982), Diário de Bitita (1986), Meu Estranho Diário (1996) e Antologia Pessoal (1996). A biblioteca do Museu Afro-Brasil de São Paulo/SP, leva o nome de Carolina, que faleceu em 1977. (LITERAFRO, 2021).

O poeta Carlos de Assumpção, considerado um dos decanos da literatura negra brasileira, completou 94 anos de idade em maio de 2021, apesar de ter nascido em Tietê – SP, reside na cidade de Franca – SP desde a juventude. Formado em Direito e Letras, Português e Francês, foi colaborador da Revista Literária Veredas, do Suplemento Cultural Arte Agora e do Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado. É membro da Academia Francana de Letras, do Movimento Negro Francano e responsável pelo Sarau Protesto realizado em diversos eventos da cidade e região, inclusive em escolas, onde através de poesia, música e tambores, denuncia o racismo perpetuado na sociedade. Recebeu diversos títulos e homenagens em São Paulo, Franca e Tietê. Participou de algumas publicações do “Cadernos Negros” e escreveu os livros “Protesto” (primeira edição em 1982 e segunda edição em 1988), Quilombo (2000), Tambores da Noite (2009) e em 2020, lançou o livro “Não pararei de Gritar” pela Companhia das

Letras. Seu poema “Protesto” recebeu diversas premiações e foi traduzido para o inglês, francês e alemão. Em 1988, gravou o CD Quilombo de Palavras em parceria com o poeta Cuti e em 2019 teve sua história e obras contadas no longa metragem “Carlos de Assumpção: Protesto”. (LITERAFRO, 2021).

Joana D’Arc Félix de Souza,¹ nasceu em Franca no ano de 1963. cursou a graduação, o mestrado e o doutorado em Química na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora e coordenadora do curso técnico em Curtimento na Escola Técnica Estadual Professor Carmelino Corrêa Junior na cidade de Franca – SP, onde desenvolve projetos de pesquisas a partir do reaproveitamento de resíduos sólidos do setor coureiro-calçadista. Possui sete patentes registradas em seu nome e recebeu diversos prêmios, inclusive o Prêmio Kurt Politzer de Tecnologia na categoria Pesquisadora do Ano em 2014.

Diante o exposto, constitui como objetivo geral da pesquisa referente ao doutoramento em Serviço Social, interpretar o processo de construção das identidades étnico-raciais da população negra da cidade de Franca - SP, através do registro de suas memórias. E como objetivos específicos: registrar as memórias de negras e negros residentes em Franca/SP e interpretá-las diante a história oficial do município; compreender quais influências a população negra francana sofreu e sofre nos processos de construção de suas identidades étnico-raciais; aprofundar o estudo sobre a questão étnico-racial brasileira, em especial da região do nordeste paulista e instigar outros trabalhos que corroborem para o reconhecimento, a existência, a resistência e o fortalecimento das identidades da população negra.

Ao se questionar sobre a memória da população negra em qualquer parte do Brasil, deve-se lembrar do longo período de escravização que a mesma sofreu e das consequências vivenciadas até os dias atuais, expressas nas diversas formas de racismo e

¹ Dados extraídos do currículo lattes (<http://lattes.cnpq.br/6738191075034828>). Acesso em: 21 nov. 2021.

violações de direitos. É importante destacar que memória apagada é a inexistência e os traumas também selecionam a memória.

Por mais que o direito à história e à memória esteja previstos na Constituição Federal de 1988, historicamente a população negra teve suas memórias e tradições alijadas das histórias oficiais legitimadas pelo governo brasileiro. Ainda, deve-se ponderar a política de embranquecimento pautada pelo Estado e o mito da democracia racial que:

[...] bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. (MUNANGA, 2003, s/p.).

Nesse contexto tem-se também a fragilidade da tradição oral no país, sendo que muitas memórias de negras e negros se perderam diante o falecimento de suas/seus antepassadas/os. Majoritariamente, a/o negra/o aparece na história do Brasil como escravizada/o, alinhado a isso, a inexistência de registros de suas memórias, culturas, religiões e tradições, dificultam a construção e o fortalecimento étnico-racial, o que muitas vezes, fragiliza a luta antirracista e reforça a desigualdade racial no país.

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravização, isso há apenas 133 anos. Foram 400 anos de escravização das africanas e africanos, que em solo brasileiro foram denominadas/os como negras e negros e, mesmo após a abolição, não tiveram acesso de forma justa e digna aos meios para prover sua sobrevivência, o que acarretou graves consequências que permanecem até os dias atuais. Ser negra e negro em qualquer parte do Brasil é estar exposta/o, de forma direta ou velada, há vários tipos de violência:

Em todas as esferas da vida social, as populações negra e indígena são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de representação em espaços de poder e decisão. Inúmeras pesquisas retratam que, na saúde, por exemplo, são as mulheres negras que representam os maiores

índices de mortalidade materna. São elas também que exercem, majoritariamente, os trabalhos domésticos e recebem os mais baixos salários. Na educação, são os/as negros/as que ingressam mais tardiamente aos espaços escolares e são os/as que saem (“evadem”) mais precocemente. Em relação ao acesso à justiça, a desigualdade se mantém. As penas mais duras são aplicadas aos/às negros/as, mesmo quando cometem os mesmos crimes praticados por brancos/as. (CFESS, 2016, p.7).

Inclusive, nos anos de 2020 e 2021, durante o período de pandemia da COVID-19², em todos os aspectos, sejam econômicos, sociais, relacionais e de saúde, a população negra foi e permanece a mais afetada diante a agudização das violações de direitos já vivenciadas anteriormente. A incidência de óbitos entre a população negra em decorrência do vírus é o dobro em relação à população branca, além de outros aspectos, como a dificuldade de acesso a serviços públicos e condições práticas para cumprir os protocolos de saúde e realizar o isolamento e distanciamento social. (PIZZINATO, 2020).

Destarte, entende-se a dificuldade em se identificar como negra e negro em um país como o Brasil, no entanto, a não identidade pode gerar sofrimento e sentimento de solidão. Como a identidade está vinculada ao sentimento de pertença e consiste em um processo subjetivo e interativo, haja vista que a essência do ser humano é mutável devido estar em relação com a/o outra/o e com o meio-ambiente, a mesma sofre influências externas do território vivido e de instituições como o Estado, a família, a igreja, as escolas, entre outras. Sobre isso Ciampa (1984, p. 64) expõe que “o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc”.

Todavia, quando a pessoa não se sente pertencente a um grupo social e não se reconhece na/o outra/o, sabe que não é

² O Ministério da Saúde brasileiro, através da portaria nº188, de 03 de fevereiro de 2020, declarou emergência em Saúde Pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). (BRASIL, 2020).

branca, porém, não se identifica enquanto preta, por vezes, sofre de forma solitária e silenciosa as sequelas do racismo que afetam diretamente a sua saúde mental. Fato constatado através do exercício profissional de uma das autoras deste estudo, que durante várias ações desenvolvidas no CRAS desde o ano de 2017, identificou esse sofrimento, que atinge diversas faixas etárias, desde crianças que não aceitam suas características físicas, até idosas/os que relataram ser a primeira vez que puderam falar sobre o racismo vivido ao longo de suas vidas.

Assim, justifica-se a importância desta pesquisa ao registrar as memórias subterrâneas das negras e negros que foram e são importantes para a formação socioeconômica, política e cultural do município de Franca - SP. Sendo que elas e eles irão narrar as suas histórias de vida, as formas de existências e resistências diárias, momentos alegres, afetivos, festivos, de conquistas e realizações, e não somente a violência e violação de direitos corriqueiros em alguns livros brasileiros de educação formal, retratadas através da escravização e da abolição.

Para tanto, a metodologia consiste em parte fundamental para que este estudo seja exequível e produza resultados, tanto no que tange a definição do método e referencial teórico, quanto ao tipo de pesquisa, instrumentais e técnicas que orientarão o diálogo da pesquisadora com a realidade estudada. Assim, neste capítulo será apresentada a metodologia da referida pesquisa que está em andamento.

Caminhos a serem percorridos

Optou-se pela pesquisa qualitativa por entender que ela possibilitará maior alcance dos resultados esperados, haja vista que o estudo se refere ao registro e a interpretação das memórias de negras e negros.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou

não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2015, p. 21).

O método materialista histórico-dialético embasará a pesquisa, a sua escolha deve-se ao fato de a pesquisadora utilizá-lo na orientação de seu exercício profissional, haja vista que este foi o método ao qual o Serviço Social se aproximou para realizar seu movimento de reconceituação com a intenção de romper com outros métodos e práticas conservadoras³, fundamentando o Projeto Ético-Político e o atual Código de Ética da profissão em pressupostos críticos.

Compreende-se o materialismo histórico-dialético enquanto:

[...] teoria social que possibilita a apreensão crítica sobre as mediações da realidade social. Método que se vincula a um projeto revolucionário, pautado também em razões ideopolíticas, que visam ao desvendamento dos alicerces da sociedade burguesa e permite a construção de ações práticas orientadas para a transformação. Movimenta-se pelo olhar político sobre o real, que nega neutralidade e, por isso, passa a firmar conexões e entender as mediações ocultas nas relações da sociedade capitalista. (DINIZ, 2019, p.43-44).

Entretanto, apesar do materialismo histórico-dialético possibilitar a interpretação dos dados a partir da singularidade, totalidade e contradições que permeiam a realidade das/os participantes da pesquisa e dos determinantes históricos, sociais, econômicos e políticos, pelo fato de ser uma pesquisa sobre memórias, identidades raciais e resistências, optou-se em também utilizar a história oral enquanto método.

³ A prática profissional do Serviço Social era tradicionalista, com forte influência da igreja católica e subsidiada pelo método positivista, as ações eram educativas e doutrinárias com viés assistencialista e paliativo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Paul Thompson (2009) apresenta a história oral como método de pesquisa interdisciplinar que utiliza a memória de uma narrativa como fonte para a compreensão de uma sociedade, realizando o diálogo entre a documentação escrita já existente e a fonte oral. O método da história oral possibilita “[...] a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas por meio da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (THOMPSON, 2009, p. 9).

Martinelli cita que:

O método de pesquisa é sempre uma opção política e, no caso da história oral, um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre os interlocutores, fundado na confiança mútua, num verdadeiro interjogo de subjetividades. (MARTINELLI, 2019, p. 29).

A autora ainda afirma que a história oral possibilita o enfrentamento dos desafios contemporâneos, sendo a memória e a linguagem importantes ferramentas para “[...] romper com os silêncios da história oficial, para desafiar as ideologias dominantes, para alimentar as lutas por igualdade e para manter vivo e renovado o diálogo, através do exercício democrático da palavra!” (MARTINELLI, 2019, p. 37).

A priori, será realizada a revisão bibliográfica e documental para identificar autoras/es e dados que possam contribuir com a temática. Deslandes (2015) destaca a importância de se realizar uma pesquisa bibliográfica ampla que possibilite a/ao pesquisadora/or aproximar dos debates atuais do assunto pesquisado e verificar os consensos, as polêmicas, o que é amplamente ou pouco conhecido.

Torna-se necessário realizar um estudo, mesmo que sinteticamente, sobre a história da África, período de escravização das africanas e africanos no Brasil e pós-abolição, resgatando autoras/es que possibilitem apreender o processo histórico de formação do Brasil com um viés não eurocêntrico. Também será estudado o processo de formação da cidade de Franca - SP e a chegada de negras e negros no município.

Posterior à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, será iniciada a pesquisa de campo, estabelecendo como cenário a cidade de Franca - SP. A identificação e seleção das/os participantes da pesquisa se dará através da técnica de amostragem em bola de neve, entendida como:

[...] uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. (VINUTO, 2014, p. 203).

As sementes serão as lideranças dos coletivos e movimentos negros da cidade, principalmente com integrantes mais antigos do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON⁴), para que indiquem e auxiliem no contato inicial com negras e negros que trarão memórias sobre sua chegada e/ou nascimento em Franca -

⁴ O COMDECON está ativo em Franca (SP) há 18 anos e se encontra vinculado ao órgão gestor municipal da Política de Assistência Social. Apresenta composição não paritária entre governo e sociedade civil, possui caráter deliberativo, normativo, propositivo e consultivo, sendo seus principais objetivos resgatar o espaço de participação da/o negra/o no sentido de que sua raça, seus costumes, seus valores culturais e seus anseios sejam rigorosamente preservados, buscando políticas e programas para o fortalecimento do combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial, rompendo com o preconceito, a discriminação e a exclusão social. (FRANCA).

SP; infância, juventude, fase adulta e idosa no referido município; sobre a trajetória da população negra na construção da cidade, principalmente quanto aos seus aspectos econômicos, políticos e culturais; lembranças e/ou histórias contadas sobre o período de escravismo; formas de resistência diante os racismos atuantes na sociedade civil e nas instituições de/do Estado; além do reconhecimento e processo de construção das identidades étnico-raciais da população negra francana.

Durante as entrevistas será perguntando as/aos participantes se conhecem outras pessoas que devem fazer parte deste estudo. Se necessário, serão coletados dados e informações através de contatos e visitas a instituições públicas e privadas como o Museu Histórico Municipal José Chiachiri, Museu da Imagem e do Som, Museu do Calçado de Franca, Casa da Cultura e do Artista Francano Abdias do Nascimento, sede de jornais, escolas de samba, igrejas, terreiros de candomblé e umbanda, centros comunitários e outros.

Contudo, por utilizar a história oral, torna-se necessário delimitar a quantidade de participantes para que se consiga atingir os objetivos esperados dentro do prazo previsto no cronograma do projeto e determinado pelo programa de pós-graduação. Martinelli (1999, p. 23) afirma que a abordagem qualitativa não se trata “[...] de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando”. Diante o exposto, definiu-se a quantidade de doze pessoas, considerando a diversidade quanto à identidade de gênero e orientação sexual⁵, bem como quanto a religiosidade.

Para a coleta de dados, utilizar-se-á como técnica de entrevista os depoimentos de histórias de vida, que:

⁵ Compreende-se orientação sexual como a maneira em que a pessoa se relaciona sexualmente e/ou afetivamente (hétero, gay, bissexual, lésbica, pansexual, demisssexual, assexual, polissexual, etc) e identidade de gênero a forma como ela se reconhece (mulher, transexual, não-binário, homem, travesti, queer, trans homem, mulher trans, etc). (REIS, 2021).

Constitui-se por depoimentos aprofundados e, normalmente, mas prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstituir, através do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado sujeito (anônimo ou público), desde a sua mais tenra infância até os dias presentes (DELGADO, 2010, p. 21).

As entrevistas serão individuais e poderão ocorrer em mais de uma sessão, sendo agendadas nos dias, horários e locais que melhor atendam às necessidades das/os participantes. Será elaborado um roteiro contendo perguntas semiestruturadas com vocabulário o mais acessível o possível a pessoas com qualquer nível de escolaridade. Pretende-se realizar pré-teste com duas pessoas idosas negras que possuam proximidade com a pesquisadora, para avaliar se o roteiro atenderá aos objetivos propostos; se as perguntas estão compreensíveis; seus sentimentos em relação ao estudo; tempo médio necessário para cada entrevista e possíveis situações que possam ocorrer durante a pesquisa de campo.

O diálogo será priorizado enquanto forma de se aproximar e criar vínculo com as pessoas que farão parte da pesquisa, para que assim, se possa registrar suas histórias de vida e memórias subterrâneas. Minayo cita que:

[...] em geral, os melhores trabalhadores de campo são os mais simpáticos e que melhor se relacionam com os entrevistados. A inter-relação, que contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia a dia, as experiências e a linguagem do senso comum no ato da entrevista é condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2015, p. 68).

Desde o primeiro contato, a pesquisadora buscará estabelecer vínculo com as/os possíveis participantes, sempre utilizando uma linguagem o mais acessível possível. Em um primeiro momento, de maneira informal, fará sua apresentação pessoal, da pesquisa e da instituição de ensino, explicará o porquê a pessoa foi escolhida e a importância de sua participação para o estudo. Também informará sobre a garantia do anonimato para que ela não seja

identificada e procurará elucidar todas as dúvidas, além do que procurará em nenhum momento do estudo prejudicar essas/es participantes da pesquisa.

O segundo contato, se possível, acontecerá no local em que ocorrerá a entrevista, para verificar com antecedência se ele apresenta as condições necessárias para o sigilo, bem como a existência de barulhos internos e externos que possam prejudicar a conversa. Nesse dia, será entregue uma cópia do projeto de pesquisa, do roteiro da entrevista e do contato do programa de pós-graduação e do orientador, caso a/o participante queira confirmar a veracidade do estudo. Será falado sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em especial as questões éticas, inclusive sobre os possíveis riscos que envolvem a pesquisa e a forma como ocorrerá a devolutiva dos resultados obtidos durante o seu processo de construção e término.

No dia e horário agendado para entrevista, será colhida a assinatura do TCLE e solicitado permissão para o uso do gravador de voz, que “[...] dentre os instrumentos de garantia da fidedignidade o mais usual é a gravação da conversa” (MINAYO, 2015, p. 69). Ainda, “as gravações demonstram como é rica a capacidade de expressões de pessoas de todas as condições sociais” (THOMPSON, 1992, p. 41), sendo possível registrar também os silêncios, risos, choros e entonação de voz, que consistem em elementos importantes para a pesquisa. As entrevistas serão transcritas, impressas e entregues para a revisão das/os participantes.

Todas/os entrevistadas/os serão convidadas/os para uma roda de conversa pautada na metodologia de grupo focal e a partir de suas autorizações, os encontros serão filmados com objetivo de posteriormente, se produzir um documentário, sendo solicitado o apoio do COMDECON e de outras instituições educativas e culturais da cidade de Franca, bem como da UNESP e das instituições, agências e fundações de fomento à pesquisa e à cultura. Será elaborado um roteiro contendo perguntas que possibilitem a interação e diálogo entre as/os participantes, caso necessário, se

utilizará ferramentas facilitadoras como música, poesia, trechos de filmes, fotos, imagens, entre outras. Gomes (2007, p. 44) relata que “em um grupo focal, a interação entre seus participantes é uma característica central, uma vez que por meio das discussões em grupo, seus participantes podem rever suas opiniões e refazer suas afirmações enquanto expõem seus pontos de vista”.

Torna-se pertinente mencionar que devido ao período de pandemia da COVID-19, observar-se-á os períodos de menor contágio e propagação do vírus, bem como de flexibilização das medidas restritivas para se realizar tanto as entrevistas individuais quanto o grupo focal, seguindo todos os protocolos determinados pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Comitê COVID da UNESP. Entretanto, caso seja necessário, as mesmas se darão de forma remota, por meio de plataformas como o *google meet*, verificando se as/os participantes possuem acesso a elas e/ou precisarão de auxílio de terceiras/os.

Ao falarem e lembrarem de alguns momentos vividos, existe a possibilidade das pessoas se emocionarem durante as entrevistas, sendo este, um dos possíveis riscos da pesquisa. Contudo, elas irão falar somente o que desejarem e não será aprofundado em situações que a pesquisadora perceba que há grande desgaste emocional. Destaca-se que o exercício profissional enquanto assistente social propiciou a pesquisadora experiência para escuta qualificada de relatos de vida, seja durante atendimentos individuais ou coletivos, em que as pessoas expõem suas vivências, sentimentos, frustrações, inclusive questões referentes às violências físicas, psicológicas e sexuais, sendo comum elas se emocionarem durante as falas. Assim, ressalta-se que a pesquisadora possui habilidades para lidar com o possível risco mencionado e conhece os encaminhamentos necessários caso haja a necessidade de atendimento psicológico ofertado pela rede pública municipal de saúde.

Quanto às devolutivas do estudo, Martinelli (1999, p. 26) expõe que “pesquisa qualitativa, exatamente porque é um exercício político, porque trabalha com significados de vivências,

precisa ser devolvida aos sujeitos que dela participaram. " Assim, as devolutivas ocorrerão no decorrer de toda a pesquisa: no espaço sócio ocupacional em que a pesquisadora atua, tanto para a equipe de trabalho quanto para o público atendido; nos grupos de estudos e pesquisa em que é integrante; no Fórum de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social da Região de Franca (FORTTSUAS-RF); no COMDECON no qual é membra titular; através da submissão de artigos para publicação em periódicos e participação em eventos. Ao final da pesquisa, será proposto o desenvolvimento de rodas de conversa com a população atendida pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referências Especializados em Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) da cidade e com as/os integrantes do COMDECON, além de outras atividades que possam surgir, sendo que as/os participantes da pesquisa e suas famílias serão convidadas/os para tais ações, sem que precisem ser mencionadas nominalmente, mas dentro do sigilo e do comprometimento que foi estabelecido desde o TCLE.

No que se refere à interpretação das narrativas, Gil (2008, p. 157) entende que as respostas obtidas durante a pesquisa podem ser diversas, sendo necessário agrupá-las em categorias o que facilitará a sua interpretação. Inicialmente, classifica-se enquanto categorias as memórias, as identidades raciais, classe social, gênero, a raça-etnia, a origem/região, a geração e a religião que serão dialogadas com autoras e autores como Michael Pollack, Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Antonio da Costa Ciampa, Karl Marx, Dagoberto José Fonseca, Tais Pereira de Freitas, Lucília de Almeida Neves Delgado, Teresinha Bernardo, Jacques Le Goff, Luis Silva (Cuti), Lélia Gonzales, Sergio Luiz de Souza, Valquíria Pereira Tenório, Muniz Sodré, Milton Santos, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Carlos de Assumpção, entre outras/os.

Destaca-se que tais categorias são preliminares, após a pesquisa de campo as mesmas serão redefinidas diante as

narrativas das/os participantes, que também serão as referências para esse trabalho, assim como as/os autoras/res supracitados.

Para o tratamento e a interpretação das narrativas, utilizar-se-á a Análise de Discurso que:

[...] pressupõe o discurso enquanto situado em um contexto sócio histórico e considera que ele só pode ser compreendido se relacionado com o processo cultural, socioeconômico e político nos quais o discurso acontece, crivado pelas relações ideológicas e de poder. Importa, nesse sentido, o processo, o ato da fala, o sentido elaborado no momento da produção do discurso, com todas as injunções subjetivas – desejos, instintos -, determinações sociais – ideologias, contradições e formas linguísticas -, incoerências, repetições, omissões (CHIZZOTTI, 2006, p.121).

Nessa perspectiva, a Análise de Discurso propiciará que seja interpretado o dito e o não dito, as emoções, os sentimentos, os silêncios e a forma como as/os participantes da pesquisa compreendem o momento atual, as situações vividas em outros contextos históricos e sociais. Bem como, permitirá que as memórias registradas durante as entrevistas dialoguem com outros referenciais teóricos.

Eni Orlandi (2015, p. 26) explicita a riqueza da Análise de Discurso devido possibilitar que os resultados do estudo sejam interpretados a partir dos “[...] diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de que partiu”. A autora destaca que:

[...] não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação. (ORLANDI, 2015, p. 58-59).

Por fim, as narrativas serão divididas de acordo com as categorias supracitadas, sendo interpretadas inicialmente aquelas que mais se repetirem nas falas das/os participantes da pesquisa e também as que dialogarem com os objetivos do estudo.

Compreende-se que a metodologia poderá se alterar no decorrer do estudo de acordo com as necessidades do mesmo. Assim, todos os caminhos traçados e de fato percorridos serão registrados na tese para que se possa compreender os resultados obtidos.

Todavia, espera-se que a metodologia acima descrita possibilite atingir os objetivos propostos, em que o registro das memórias de negras e negros quanto as suas vivencias de luta, resistências e existências na cidade de Franca (SP), contribuam para o processo de construção e fortalecimento da identidade da população negra. Torna-se primordial que desde criança, as referências negras estejam em evidência e se conheça a cultura, a arte, a sabedoria, a força e a verdadeira história das/os antepassadas/os e ancestrais, pois os escravismos e racismos não podem ser as únicas formas de se produzir as identidades negras no Brasil ou em qualquer parte da sexta região da África.

Referências

BRASIL. **Portaria Nº188, de 03 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov). Poder Executivo, Publicado em 04/02/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 24 nov. 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. *In*: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serie assistente social no combate ao preconceito: racismo - caderno 3.** Brasília: CFESS, 2016.

DINIZ, Rodrigo. CATEGORIAS E PESQUISA: algumas linhas introdutórias. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia et al (Org.). **A História oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019. Cap. 2. p. 41-59.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, cap. 2, p. 31-60.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRA. **ABDIAS Nascimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359885/abdias-nascimento>. Acesso em: 22 nov. 2021.

FRANCA. Prefeitura de Franca. Secretaria de Ação Social. **COMDECON**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/acao-social/comdecon>. Acesso em: 21 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GOMES, Francisco Wellington Borges. **Grupos focais como estratégia de coleta de dados em pesquisas qualitativas on-line**. Revista Querubim [online], v.5. p. 41-47, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

LITERAFRO (Belo Horizonte - Mg). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. **Carlos de Assumpção**. 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/180-carlos-de-assumpcao>. Acesso em: 22 nov. 2021.

LITERAFRO (Belo Horizonte - Mg). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. **Carolina Maria de Jesus**.

2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 14 out. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. *In*: Martinelli, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras editora, 1999. Série Núcleo de Pesquisa.

MARTINELLI, Maria Lúcia. História Oral: exercício democrático da palavra. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia et al (Org.). **A História oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019. Cap. 1. p. 27-39.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, cap. 1. p. 9-29.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2003. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 31 out. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PIZZINATO, Adolfo. et. al. SUAS na COVID-19: Proteção Social a Grupos Vulnerabilizados. **Cartilha, Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ-Ministério da Saúde: Brasília, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2020/07/cartilha_grupos_vulnerabilizados.pdf. Acesso em 08: out. 2021.

REIS, Maira. **Dicionário LGBT+**. Disponível em: <https://mairareis.com/materiais/lp-dicionario-lgbt/>. Acesso em: 03 out. 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Tradução de: Lólio Lorenço de Oliveira.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**. [S. l.], v. 5, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 3 out. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas – Revista de pós-graduandos em ciências sociais da Unicamp**. Campinas, n. 44, ano 22, 2014. ISSN 1413-2486. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>. Acesso em: 03 out. 2021.

CAPÍTULO VI

O CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL FORJADO NO SISTEMA DE TRABALHO ES CRAVO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INICÍO DO XX: OS IMPACTOS PARA A POPULAÇÃO NEGRA HOJE - UMA ANÁLISE NA CIDADE DE FRANCA/SP

Marley de Fátima Morais Borges
Dagoberto José Fonseca

Introdução

Pretende-se, através deste trabalho, promover discussão e reflexão sobre como ocorreu o tráfico interno dos escravizados negros na região de Franca/SP, no final do século XIX e início do século XX. E aquelas que passaram, mas foram para outras localidades e retornaram. Discussão esta que permitirá identificar as motivações que trouxeram estas populações para a cidade de Franca e região, no período citado, bem como quais são os impactos sociais e assistenciais para as famílias negras. Pensando em uma investigação na área das Ciências Humanas e como esta pode ser sustentada pelo rigor científico, busca-se através de análise crítica e reflexiva combinar métodos¹ possíveis de dialogar

¹ A palavra método vem do grego meta (por, através de, ao longo de) e hódos (caminho). Significa uma série de procedimentos fundamentados na razão e em regras que buscam atingir determinado objetivo. VIEIRA, Wilson José. Filosofia: ensino fundamental, 8º ano-volume 1, Curitiba: Expoente: 2014.

e se complementar em uma abordagem qualitativa e quantitativa, que Cecília de Souza Minayo, (2002) pesquisadora, professora na Escola Nacional de Saúde Pública - RJ, na introdução do trabalho *Entre Vãos de Águia e Passos de Elefante: caminhos da investigação na atualidade*, define métodos como o caminho a ser construído pelo pesquisador

[...] e ele próprio vai construir caminhos de aproximação do tema. E estes caminhos de aproximação sempre são estradas por onde passam as linhas teóricas e as abordagens da realidade, seja pela experimentação, seja pela observação: são os métodos (MINAYO, 2002, p. 17).

Pretende-se através deste estudo bibliográfico, encontrar diferentes métodos, ou seja, caminhos diversos: documentos primários, entrevistas, questionários e a observação, que alcance os objetivos da tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que ora se inicia. Nesta perspectiva busca-se através do caminho multidisciplinar a análise por triangulação de métodos, que Minayo, Assis e Souza (2005, p. 137) nos afirmam que:

O conhecimento dos fenômenos socio-históricos se faz por aproximação, e neste processo, é preciso que o pesquisador exercite a capacidade de analisá-los sob vários aspectos. A triangulação de métodos é uma abordagem que permite avançar no trato interdisciplinar desses fenômenos.

Observando que a análise por triangulação de dados fortalece a importância do diálogo entre os dados empíricos. Os estudos qualitativos e quantitativos não se excluem e sim se completam, segundo o pesquisador em metodologia José Luís Neves (1996, p.2)

Combinar técnicas quantitativas e qualitativas torna uma pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos: por outro lado, a omissão no emprego de métodos qualitativos, num estudo em que se faz possível e útil empregá-los, empobrece a visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorre o fenômeno.

Com objetivo de conhecer a formação das famílias negras, suas relações políticas, culturais, socioeconômicas e identitárias que se formaram em Franca/SP, se faz necessário desvelar a história dos negros/as escravizados/as e seus/suas descendentes, contribuindo assim com o reconhecimento identitário desta população, visto que as histórias oficiais das famílias francanas não são as negras, mas as brancas que vieram muito tempo depois quando a ferrovia já chegava até Ribeirão Preto em 1883 e Franca em 1887. Para compreender estas relações que atravessam e movimentam esta população, serão necessárias, também, entrevistas realizadas com os descendentes de famílias negras que vieram para esta região, observando a importância das fontes orais e tradições, como um repositório de memórias, pelos povos sem escrita em que conhecimento e cultura são transmitidos de geração em geração como o condutor do capital de criações socioculturais acumuladas. Nesta perspectiva a triangulação como recurso metodológico permitirá a realização de diferentes formas de coleta de dados como entrevistas, questionários, observações, pesquisas documentais, balizados por uma pesquisa qualitativa importante, mas também propiciando a constituição de dados quantitativos necessários para a realização de uma análise consistente das realidades que envolvem o cotidiano social, cultural, econômico e político da cidade de Franca. Como afirma as pesquisadoras sociais: Bourguignon, Ferreira e Schimanski, (2012, p. 141.)

Neste sentido, a triangulação fornece e fortalece a confiabilidade e a validade dos dados obtidos. Isso quer dizer que os instrumentos de coleta de dados permitem construir uma cadeia de evidências, (GILLHAM; YIN, 1994) dando destaque ao que as pessoas dizem (entrevistas), ao que se vê as pessoas fazendo (observações), e ao que elas fazem ou produzem (questionários), dentre outras possibilidades.

O caminho metodológico que será direcionado a luz de teóricos como: Amadou Hampaté-Bâ, Boni, Brandão, Deslandes, Fonseca, Jan Vansina, Quaresma, Cecília Minayo, Neves, entre

outros. Professores/as universitários, pesquisadores/as nesta área de conhecimento.

Este estudo justifica-se ao propor contribuir na reconstrução da história da população negra que foi deslocada compulsoriamente, viveu e permanece até os dias atuais na cidade de Franca/SP, pois pesquisas desta conotação contribuirão para que a comunidade negra possa resgatar sua identidade, por meio de uma ancestralidade que lhe foi negada, marginalizada ou contada de maneira estereotipada pelo dominador branco europeu ou mesmo pelo historiador ligado à hegemonia de classe social e de etnia-raça dominante na esfera político-econômica.

Fica evidente, portanto, a importância desta investigação ao constatar que o negro africano que foi deportado de África para o Brasil como escravo por mais de 300 anos, e aqui trabalhou, construindo a economia nacional, até os dias atuais vive em constante luta por direitos e equidade. Como afirma o historiador Clovis Moura em sua obra “História do Negro no Brasil”. (1989, p.7).

Trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza.

Situação esta descrita na citação acima, e que não foi diferente na região proposta para esta pesquisa. Havendo assim, a necessidade imperativa de um trabalho científico bem fundamentado do ponto de vista teórico e metodológico.

Tema que a historiadora Mariana Castro Teixeira, (2017, p.267) em artigo: Alteridade & identidade em para entender o negro no Brasil de hoje, de Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes. Que nos aborda o tema da seguinte forma:

É interessante a reflexão sobre o momento em que o Eu – europeu, homem, branco, civilizado – encontra o Outro – não-europeu, negro, incivilizado. A construção da identidade desse Eu começa a ser forjada a partir da

estereotipação do Outro, indicados por adjetivos que ainda hoje encontram-se no imaginário da dita sociedade ocidental: selvagem, analfabeto, atrasado, primitivo, irracional. A construção dessa identidade gera um discurso de poder que, se por um lado define o Outro, por outro, também delinea o parâmetro do normal, do educado, do racional, do civilizado, do bom.

Circunstâncias estas de racismo, preconceito e exclusão social, econômica, política e cultural que os negros africanos e seus descendentes sofrem, seja de forma estrutural ou institucional, vêm-se construindo ao longo de nossa história, perpassando o período escravista e perpetuando na sociedade pós abolição. Como afirma o sociólogo Florestan Fernandes na sua obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classe* (2008, p.29).

A desagregação do Regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.

Consequências estas que vêm até os dias atuais impactando na vida dos brasileiros negros que sofrem com o racismo, faltam de oportunidade de trabalho e exclusão socioeconômica, cultural e política. Históricos estes que apontam a necessidade de trabalhos empenhados em estudos de valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, para que haja mudanças nos discursos, na maneira de pensar e nas práticas antirracistas.

O Contexto histórico nacional forjado no sistema de trabalho escravo e os impactos na população negra hoje

O Brasil é um país constituído socialmente e economicamente por grandes desigualdades, uma das consequências do sistema capitalista praticado em regiões periféricas. Estas desigualdades têm fatores socioeconômicos e culturais de tempos remotos, com a

chegada dos portugueses aqui em terras tupiniquins em 1500. Para compreender o Brasil hoje é necessário olhar como se construiu a nossa sociedade colonial, com base no escravismo do nativo e do africano. É analisar uma nova forma de exploração dos seres humanos, em que a escravidão é integrada ao processo de acumulação primitiva do capital, construída através do chamado “pacto colonial” para sustentar o sistema mercantilista, que teve como base o tráfico de africanos deportados de suas origens em África para o Brasil e toda América, comércio este altamente lucrativo.

Para compreender o impacto da escravidão na vida dos descendentes dos cativos na atualidade é necessário um olhar atento, crítico e reflexivo sobre o contexto histórico-social o qual a população negra veio e viveu escravizadas no Brasil, suas lutas e resistências. E assim produzir conhecimento que colabore na reconstrução da memória e identidade destas famílias que teve negada a sua história e visibilidade.

A relação de trabalho no Brasil colonial entre 1500 a 1822, e que perpassa todo período monárquico até 1888, quando ocorre a Lei Áurea colocando em liberdade todos cativos/as, foi marcada pela exploração da mão de obra dos escravizados, principalmente negros africanos, que teve apoio da Igreja Cristã Católica e que todas as atrocidades praticadas contra estes eram justificadas por teorias oriundas das Ciências Naturais, que legitimava as relações de dominação europeia sobre o mundo. Análises biológicas permitiram que critérios morfológicos como: cabelo, formato de nariz, lábios, cor de pele e mesmo algumas doenças que acometem determinadas etnias, fossem fatores para classificarem centenas de povos em “raças” superiores e inferiores em uma relação sociocultural desigual na forma mais perversa que é o racismo, permeado por elementos conceituais. Perspectivas estas abordadas por Munanga (2004, p.25) da seguinte forma:

Insisto no fato de que o racismo nasce quando se faz intervir caracteres biológicos como justificativas de tal ou tal comportamento. É justamente o

estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores.

Na contemporaneidade, mesmo após pesquisas concluírem que raça não é uma realidade biológica, e sim um conceito, o racismo se mantém perpetuando no tecido social das mais variadas maneiras seja através dos racismos estrutural ou institucional.

Todo este contexto socio-histórico de violência e exploração que permeia a construção brasileira enquanto nação vem ao longo do tempo forjando identidades excluídas e naturalizando as mais cruéis formas de hostilidades e bestialidades, contra os mais vulneráveis como afirma as pesquisadoras sociais Assumpção e Baieri (2020, p.116).

A violência configurou-se como parte da própria sociabilidade brasileira: é traduzida nos elementos políticos, institucionais, econômicos, culturais que a sustentam, como também é reiterada no cotidiano pelas relações sociais. Essa dinâmica, pautada na violência, passou a ser concebida como naturalmente vigente.

Violência esta a qual a população negra é uma das maiores vítimas, conforme se pode observar através das estatísticas:

➤ “O Brasil possui a segunda maior nação negra do mundo, cerca de 56,2% da população é constituída por negros e pardos.” (fonte: IBGE, 2019)

➤ De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras (fonte: IPEA, 2017)

➤ Taxa de homicídio subiu 18,2% entre negros e caiu 12,2% entre habitantes não-negros, segundo estudo do (IPEA, 2016)

➤ A estimativa é que os cidadãos negros tenham um risco 23,5% maior de sofrer assassinato em relação a outros grupos. (Fonte, IPEA, 2017)

➤ 23 mil negros morrem anualmente no Brasil. (Fonte: IPEA, 2017)

De acordo com os dados de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras (fonte: IPEA, 2017)

➤ Índice de desemprego do negro é de dois pontos percentuais maior que do branco; cerca de 60,9% dos desempregados são negros;

➤ O número de negros que vivem em domicílios sem infraestrutura é de 13,4%, e da população branca de 4,9%;

➤ Entre a população mais pobre, (10%) que vive com cerca de R\$ 130 por pessoa, de cada 04 pessoas, 03 são negras;

➤ Os negros representam apenas 17,8% entre os 1% mais ricos. E 75% entre os 10% mais pobres.

➤ Em 2016, 7,5% dos pretos e pardos concluíram um curso universitário, enquanto 1/5 dos brancos (exatos 20%) já eram graduados. (IBGE, 2017))

Gomes, Marli e Mello, (2018 s/p) nos apresenta através da Revista Retratos, importantes dados estatísticos de analfabetismo e desemprego entre a população negra em relação a branca.

Taxa de analfabetismo em 2016

PNAD CONTÍNUA 2016

Brancos

4,2%

Pretos ou pardos

9,9%

Rendimento médio de todos os trabalhos

PNAD CONTÍNUA 2017

Brancos

R\$ 2814

Pardos

R\$ 1606

Pretos

R\$ 1570

Em 2016, 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam

PNAD CONTÍNUA 2016

Brancas

35,8%

Pretas ou pardas

63,8%

Taxa de desocupação

PNAD CONTÍNUA - 4º TRI 2017

Brancos

9,5%

Pardos

14,5%

Pretos

13,6%

Dados estes que nos indicam a necessidade de políticas públicas de ações afirmativas que viabilize práticas de acesso da população negra ao ensino formal e ao mercado de trabalho com cargos de maior poder de decisão nas empresas e que de fato rompam com os pactos narcísicos da branquitude no mundo empresarial e negocial, bem como no universo dos empregos públicos (Bento, 2002).

A violência institucional e cotidiana do racismo, na sociedade civil e nos órgãos de e do Estado Brasileiro nos aponta a necessária ação de denunciar os crimes perpetrados por diversos homens e mulheres situados nas casas de leis, mas também nos poderes constituídos e, ainda, nas empresas da iniciativa privada em todo o Brasil. No entanto, é relevante para este momento da pesquisa vislumbrarmos e nos atermos a realidade social da cidade de Franca, situada no nordeste do interior paulista e na divisa da região sul do Estado de Minas Gerais.

O trânsito de escravizados na passagem do século XIX para o XX na cidade de Franca SP: impactos sociais e assistenciais para a população negra na atualidade

Franca situa-se no interior do estado de São Paulo, compondo a 14ª Região Administrativa de São Paulo, sendo a 74ª maior cidade brasileira. Localiza-se a 20°32'19 de latitude sul e 47°24'03 de longitude oeste, fica a 401 km da capital estadual São Paulo e a 676 km de Brasília, dados obtidos da dissertação de mestrado (BORGES, 2016). Sua população segundo o IBGE é estimada em 358.539 em 2021. Franca é conhecida nacionalmente como a capital do calçado masculino, do basquete e do café.

A cidade de Franca localizada na região nordeste do estado de São Paulo foi concebida na passagem do século XVIII para o XIX, local de passagem de negros e brancos, cativos e livres, por ser rota e parada de tropeiros, os quais transportavam os mais variados produtos entre Minas Gerais, e a região central do Brasil, Goiás e

Mato Grosso, no período da mineração, como afirma a pesquisadora da UNICAMP/NEPO, Máisa Faleiros Cunha, (2002, p. 2)

Nesse período, o município de Franca, localizado na rota de tropeiros vindos de Minas Gerais e da Província de São Paulo que se dirigiam a Goiás e Mato Grosso, apresentou uma população considerável, tanto de livres quanto de escravos. Mesmo não estando inserido diretamente na grande lavoura de exportação, possuía uma economia dinâmica de produção de bens para o mercado interno, o que justifica um crescimento razoável da população escrava.

Neste período de início do século XIX, em 1804, esta região recebeu o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca e Rio Pardo, que mais tarde no ano de 1821 foi mudado para Villa Franca d'El Rey. Esta região era composta pela freguesia de Batatais e um conjunto de pequenas localidades que se formaram em torno do Rio Pardo. Em 1824, dois anos após a Independência brasileira em 1822, o nome deste território foi alterado para Vila Franca do Imperador. E somente em 1856 foi denominada Franca, com a lei Provincial nº 21 de 24-04 de 1856.

Na primeira metade do século XIX, Franca e região tinham como atividades econômicas a pecuária e a produção de gêneros alimentícios como: arroz, milho, feijão, mamona, cana, algodão, etc. (Muller, 1923), também produziam manufaturados têxtil de algodão e o comércio do sal.

Nas últimas décadas do século XIX, segundo afirma a pesquisadora da UNICAMP/NEPO, Máisa Faleiros Cunha, (2002, p.5) em relação à população escravizada, Franca estava entre as cidades paulistas que tinham mais de 3.000 cativos em 1836. Além disso, um fator importante a ser considerado para os estudos sobre a identidade das famílias negras, na região de Franca, foi a chegada de garimpeiros, em 1830, em Patrocínio Paulista/SP² em busca de pedras preciosas, bem como o fato de que em 1864 foi

² Dados obtidos através do Almanaque Patrocínio Paulista “127 anos de História”, 2020, organizado pela Prof.^a Surlene Maria Devós Faleiros, Diretora Adjunta de Cultura do município.

encontrado diamantes no município de Claraval/MG³. É importante destacar que as duas cidades são fronteiriças de Franca, mas uma do lado paulista e outra do lado mineiro. O que demonstra que a atividade mineradora tanto na então Província de São Paulo e nas Minas Gerais tiveram um impacto importante na cidade de Franca neste final de século XIX, fazendo com que houvesse, portanto, uma grande população de negros/as presentes nesta região entre garimpeiros que migravam para o sul de Minas e Nordeste Paulista devido à decadência da mineração nas demais regiões das chamadas Minas Gerais.

Ainda segundo a pesquisadora Cunha (2002. p.5) a população desta região que compreendia as cidades não apenas de Franca, mas também de Batatais e Cajuru, teve um aumento populacional acelerado nos 36 anos seguintes, embora em números absolutos o de escravizados tenham diminuído.

A população total do território de Franca em 1836 (que correspondia em 1872 aos territórios de Franca mais Batatais e Cajuru) cresceu cerca de quatro vezes em 36 anos, passando de 10.664 habitantes em 1836 a 40.227 em 1872. Consequentemente, as populações livre e escrava também cresceram, mas em ritmos desiguais. A população escrava no território de Franca dobrou de tamanho entre 1836 e 1872, passando de 3.440 escravos para 6.461, enquanto a livre quase quadruplicou aumentando de 7.224 habitantes para 33.816 (Tabela 2). No entanto, a participação dos cativos no conjunto da população total decaiu para 16% em 1872.

Entre os fatores que influenciaram no menor número de escravizados nas cidades do extremo nordeste do estado de São Paulo inclusive Franca, pode-se identificar questões como: a proibição do tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, o fato da expansão cafeeira que já era o principal produto econômico de exportação do Brasil ter chegado nesta região, e que muitos fazendeiros produtores de café, passaram admitir o

³ Dados obtidos do site oficial da Prefeitura de Claraval MG. “De garimpo das canoas à Claraval: uma história de diamantes e monges”. Departamento de Comunicação Postado em 03/06/2019.

imigrante europeu, principalmente o italiano para o trabalho livre nas lavouras. Momento este em que incentivar a migração europeia passa a ser política de Estado. Podemos inferir também que muitos escravizados puderam conquistar sua alforria, além de que muitos puderam ter fugido para outras regiões da Província de São Paulo, de Minas Gerais e de Goiás, como, por exemplo, se pode verificar nas lutas abolicionistas do período (Souza, 2010), Reis e Silva (1989), Reis e Gomes (1996).

Nesse processo a pesquisa realizada por Cunha intitulada *A População Escrava no Município de Franca 1836-1888* (UNICAMP/IFCH/NEPO, 2002, p. 3-4):

A malha ferroviária da Mogiana atingiu primeiro Batatais em 1886 e, um ano depois, Franca (1887). A chegada da ferrovia e da nova ordem econômica agroexportadora, com a formação das grandes lavouras de café nos municípios do território de Franca contribuiu para o declínio do comércio de sal e da pecuária na região no final do século XIX. O ritmo de vida alterou-se, tornando-se mais dinâmico. A passagem do trabalho escravo para o livre, a chegada de imigrantes nacionais e estrangeiros (na maioria italianos) para atender as necessidades de mão de obra nas lavouras de café, a expansão do setor de comércio e serviços na região modificaram o quadro tradicional da sociedade francana no último quartel do século XIX e na passagem para o XX. O crescimento populacional de Franca nas primeiras décadas do século XIX deveu-se muito aos mineiros que migraram em busca de novas terras na Província de São Paulo.

Em 1887, as vésperas da Lei Áurea que liberta de forma definitiva os escravizados no Brasil, Franca tinha em seu município uma população de 10.043, sendo 1.283 cativos, conforme pesquisa realizada por CUNHA (2002, p. 7): “A Matrícula de Escravos de 1887 apontava a existência de 3.912 escravos no conjunto do território e 1.283 no município de Franca.”

Pensando Franca com dados da primeira década do século XXI, que o número, de habitantes era de 318.640 segundo (IBGE, 2010) podemos observar através do quadro abaixo a porcentagem, segundo a cor/raça de seus habitantes.

Porcentagem cor/raça, dos habitantes francanos em 2010.

| Cor/Raça | Branços | Negros | Pardos | Amarelos | Indígenas |
|-------------|---------|--------|--------|----------|-----------|
| Porcentagem | 69,15% | 6,30% | 23,84% | 0,58% | 0,12% |

Fonte: IBGE, 2010

Segundo os assistentes sociais que trabalham nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) Franca SP, em conversas informais afirmam que, recebem em seus locais de trabalho grande número de pessoas negras e pardas que se declaram branca ao realizarem as fichas para atendimentos. Fato este que retrata a dificuldade que estas pessoas têm na atualidade de se identificarem como negras, pois enquanto em 2010 a população francana que se declara negra ou parda é de 30,14%, no Brasil é de aproximadamente 49% e em 2018 de 54, 06%, segundo dados do IBGE 2018.

A pesquisa mais recente realizada pelo Observatório de Desigualdades da UNESP/Franca, do ano de 2021, divulgou que a expectativa de vida da população negra em Franca e região é oito anos menor que das pessoas brancas. Segundo o pesquisador, sociólogo e professor da UNESP/ Franca Agnaldo de Sousa Barbosa, coordenador da pesquisa, explica a Heloísa Taveira redatora do jornal GCN/ Franca em 26/09/2021

“É uma explicação social. Ela não se vincula a nenhuma perspectiva fisiológica, genética, é, sobretudo, social. A população negra, por ter condições de vida em patamares inferiores à população branca, tem acesso mais restrito a cuidados de saúde, inclusive, uma pesquisa recente demonstrou que 80% da população negra não tem plano de saúde.

A análise dos resultados em uma pesquisa, seja quantitativa, seja qualitativa, está totalmente ligada ao problema que deu origem a hipótese a ser investigada, pois será através da formulação correta das perguntas que se escolhe as técnicas para se chegar nas respostas incontestáveis. Sendo assim, o método é o caminho a ser percorrido para se chegar ao resultado esperado,

como afirma os professores/as, pesquisadores/as Cavalcante, Calisto e Pinheiro, (2014, p.15)

Ou seja, o homem está aberto ao infinito na busca constante por respostas que emergem a partir do encontro com o problema. Essa situação é uma condição fundamental para a promoção humana, pois o estímulo à pergunta potencializa a interação com o problema na tentativa de respostas que promovam a evolução do homem no meio.

Nesta perspectiva os dados sobre a população negra vêm nos mostrar, que no decorrer de mais de um século da abolição da escravidão no Brasil, ainda hoje grande número destas pessoas continua em situação de vulnerabilidade socioeconômica bem maior que das pessoas não negras e que esta situação não é diferente na cidade de Franca/SP.

Embora o presente trabalho esteja em fase inicial é possível verificar através de fontes bibliográficas utilizadas que, mesmo com uma historiografia que avança no sentido de contar a história de África e do seu povo por outras narrativas e não mais pela fala eurocêntrica do branco conquistador, é necessário desvelar a história dos negros/as escravizados/as e seus descendentes para contribuir com o reconhecimento identitário desta população.

Importante refletir que a população negra, com a Lei Áurea de 1888 tornou se “livre”, sem ser indenizado, sem ter moradia e na sua maioria analfabetos, sem alternativas, foram para as periferias dos centros urbanos em busca de sobrevivência. Aspectos estes que somado a sua história negada e atravessada por uma invisibilidade social vem enfrentando um racismo sistêmico (estrutural e institucional). Ficando evidente que a população negra tem menor índice de conhecimento através da educação formal, são em maior número de desempregados, tem uma expectativa de vida menor que a do não negro, e são os que mais morrem por homicídios. Dados estes que precisam ser base para elaboração de políticas públicas que contribua na promoção de ações de reconhecimento, valorização e afirmação de direitos sociais, econômicos, culturais e assistenciais da

população negra brasileira em especial na cidade de Franca/SP, lócus desta pesquisa.

Referências

- ASSUMPÇÃO, Raiane, Patrícia Severino; Baieri. Reflexões sobre a violência na sociedade brasileira em tempos de covid-19. (Orgs). In: CARVALHO, D. B. B. de; SANTANA, J. V; SILVA, M. L. de O; ESTAMPA. **I. Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo, Editora, Cortez, 2020. P.113-123.
- BENTO, Maria Aparecida S. Pactos narcísicos no racismo: **branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público, São Paulo**: Tese de doutoramento, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; 2002, p. 169.
- BORGES, Marley de Fátima Moraes. **O Ensino de História, Cultura Africana e Afro-Brasileira na Perspectiva da Lei Nº 10.639/2003**: análise de políticas públicas na EE. Prof. Hélio Palermo, cidade de Franca SP. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Unesp/Franca, 2016.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres; FERREIRA, Aparecida de Jesus e SCHIMANSKI, Edina. In: BOURGUIGNON, J. A.; JUNIOR, C. R. O (ORG.). **A Triangulação como Recurso Metodológico na Pesquisa Social**. Pesquisa em Ciências Sociais, Interfaces, Debates e Metodologias. Toda palavra editora, 2012.
- CALISTO, Pedro. CAVALCANTE, Ricardo Bezerra. PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **ANÁLISE DO CONTEÚDO: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.24, n. 1, p. 13-18, jan/abr. 2014
- CUNHA, Máisa Faleiros. **A população escrava no município de Franca 1836-1888**. UNICAMP/IFCH/ NEPO, 2002. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicações/index.php/anais/article/view/1154/1117>. Acesso 12 de dez. 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira & MINAYO, Cecília de Souza. (org.) Entre Vãos de Águia e Passos de Elefante: caminhos da investigação na atualidade. In: **Caminhos do Pensamento: epistemologia e métodos** (online). Editora Fiocruz, Rio de Janeiro 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IM57AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA17&dq=artigo+sobre++que+%C3%A9+metodo&ots=HSYCh0sRO3&sig=ibigEY4r2nDzZGtbj2Z2bkHO1o#v=onepage&q=arti>. Acesso em 10 de nov. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classe**. V.I, Ensaio de Interpretação Sociológica. Ed. Globo. São Paulo, 2008.

GARCIA, Dirceu. **Negros vivem em média 8 anos menos que brancos na região de Franca**. GCN.net.br, reportagem do dia 26/09/2021. Disponível em: <https://gen.net.br/noticias/423980/franca/2021/09/negros-vivem-em-media-8-anos-amenos-que-brancos-na-região-de-franca>. Acesso em 27 de ago. 2021.

GOMES, Irene.; MARLI, Monica e MELLO, Simone. **IBGE, Mostra as Cores da Desigualdade**. **Revista Retratos**. 11/05/2018. disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>: acesso em: 10 de agosto de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Cidades, ibge**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA), 2016. Taxa de **homicídios no Brasil atingiu recorde em 2014**.

Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27412. Acesso em: 10 de nov. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA) **Atlas da violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**, 2017.

Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253. Acesso em: 10 de nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução. In: MINAYO, M. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E.R. (ORG.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MOURA, Clóvis. **História do Negro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática AS, 1989.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Brasil, o que afinal?** In: _____. Para entender o negro no Brasil: história, realidades e caminhos. São Paulo: Global, 2004.

NEVES, José Luís. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2019.

REIS, João José; Gomes, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; Silva, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1989.

TEXEIRA, Mariana Castro. Alteridade & identidade em para entender o negro no Brasil de hoje, de Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes. **Dossiê: Democracia e (Des) Governo Análise do Brasil Contemporâneo**. Revive - Revista de Ciências do Estado UFEMG, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 266-300, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revive/article/view/5055>. Acesso em: 10 out. 2021.

VIEIRA, Wilson José. **Filosofia: ensino fundamental**, 8º ano-volume 1, Curitiba: Expoente: 2014.

CAPÍTULO VII

ORALIDADE E NARRATIVAS EM SAÚDE: A CONSTRUÇÃO DE ABORDAGENS DECOLONIAIS

Elaine Teixeira Alves dos Santos
Fernanda de Oliveira Sarreta

Introdução

O presente texto aborda a utilização da técnica de Construção de Narrativas na pesquisa em Serviço Social na área da saúde e os caminhos possíveis para uma pesquisa decolonial, cujo percurso dialético propõe o desvelamento das realidades e suas mediações. Recorreremos à revisão de literatura sobre a temática proposta, para embasar os questionamentos acerca do eurocentrismo nos referenciais das produções nas Ciências Sociais e Humanas.

Entendemos a narrativa enquanto o relato permeado de significados, que por meio da fala, permite a organização dos processos que constroem as experiências. O ato de narrar viabiliza aos interlocutores a elaboração das vivências, seus percursos, os marcos históricos, que são fundamentais para a compreensão das relações sociais, culturais, econômicas, políticas, que circundam determinadas realidades.

Ao entrar em contato com as produções acerca das teorias e experiências sobre as narrativas em saúde, identificamos nessa técnica a possibilidade da construção de um percurso metodológico capaz de dar visibilidade aos saberes ancestrais que se constituem por meio da oralidade.

Através do levantamento da bibliografia sobre narrativas, foi possível realizar uma aproximação com as abordagens experienciadas pelos povos em África na produção de conhecimento por meio da tradição oral, que contempla a história que é contada e recontada, atribuindo sentidos às relações que permeiam as realidades e vivências de quem narra, de quem ouve, de quem troca. Portanto, iremos realizar o diálogo entre os conceitos de Construção de Narrativas e as produções acerca do resgate da oralidade, como processo de investigação e significação das vivências na saúde coletiva, em especial nesta pesquisa, sobre as experiências da população em situação de rua (PSR) no que se refere à produção de cuidado e promoção de saúde.

Tradição oral, pesquisa e decolonialidade.

A Construção de Narrativas, enquanto técnica de pesquisa, tem sido utilizada na apreensão da realidade na saúde coletiva (CASTELLANOS, 2014; DAMASCENO, 2018; ONOCKO-CAMPOS, 2008), e se trata de um recurso extremamente potente, pois possibilita ao pesquisador e aos outros sujeitos envolvidos na pesquisa, a construção de uma análise aprofundada, pois, a partir do espaço de escuta e do relato desses sujeitos, podemos compreender como a fala permite a elaboração e a captação de questões que não se fazem perceptíveis ao nível das aparências. Ao realizar estudos acerca da produção de conhecimento dos povos em África, que tem em sua base a oralidade, pudemos traçar o paralelo entre a técnica de Construção de Narrativas e as formas ancestrais de partilhar saber.

O objetivo desse manuscrito é promover uma reflexão acerca da apropriação das técnicas e abordagens nas pesquisas em Serviço Social na área da saúde, por meio de uma perspectiva decolonial, ou seja, pensarmos o processo de investigação como uma ferramenta para questionar a própria pesquisa e suas bases coloniais. O pensamento crítico decolonial é também uma forma de oferecermos resistência ao processo de colonização, que se deu

pela exploração de nações e povos subalternizados, compreendendo que este é um processo cujos desdobramentos vivenciamos na contemporaneidade.

Decolonizar o pensamento crítico é conceber a produção de conhecimento para além de uma ciência eurocentrada, e questionar o epistemicídio sofrido pelos povos colonizados (CARNEIRO, 2005). Oliveira e Lucini (2021), trazem o conceito de “giro decolonial”, com a proposta de que o processo investigativo esteja inserido em um movimento de mudança paradigmática acerca das nossas referências e perspectivas. Este “giro decolonial”, somente é possível, a partir da compreensão de que a produção de conhecimento é atravessada pela colonialidade que: “se estabelece como uma hierarquia política e sociocultural e, mesmo com a independência dos países colonizados, ela continua presente até os dias atuais” (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 4).

Vivenciamos o que as autoras denominam de “colonialidade do saber”: “significa o condicionamento do ser na perspectiva de que não há outras epistemes, ou seja, é a impossibilidade de ver a episteme, a filosofia e a ciência além do modo universal” (2021, p. 9). Portanto, o desafio proposto é provocar a reflexão acerca do conhecimento produzido pelos povos colonizados, conhecimento este, que foi invisibilizado, expropriado, subalternizado, criminalizado, silenciado por uma ciência estabelecida pela colonialidade, pela branquitude, que historicamente perpetua o pensamento eurocêntrico.

Ora, se partimos da compreensão de que as ciências têm suas bases atravessadas e estabelecidas pela colonialidade, enquanto pesquisadores, é nosso dever realizar o exercício de pensar a pesquisa para além dos constructos que são, direta ou indiretamente, impostos. Portanto, faremos uma breve análise da técnica de construção de narrativas, enquanto uma ferramenta potente para o processo de ruptura com o eurocentrismo, promovendo a aproximação com a produção de conhecimento por meio da tradição oral.

Entendemos a tradição oral como o meio de se produzir determinados saberes, culturas, histórias, cuja disseminação não se encontra baseada na escrita alfabética. É por meio da oralidade que as comunidades afrodiásporas mantêm vivas as memórias de seu povo. São as narrativas das mulheres e homens inseridos nos espaços das religiões de matrizes africanas, das periferias, dos povos originários, que permitem com que consigamos nos manter conectados com a ancestralidade desses povos, cujos saberes foram dizimados e desqualificados.

A história dos povos ágrafos, é a base para a compreensão dos valores éticos, pedagógicos e didáticos, contidos na sabedoria que as mulheres pretas e indígenas carregam sobre o poder de cura das ervas e da benzeção, sobre o uso dos recursos naturais para a promoção da saúde, entre outros. Todo este acervo científico e cultural desprezado e suprimido pela colonialidade, tem sido alvo de um processo que pretende dar continuidade aos saberes que fomos impedidos de produzir, onde pesquisadoras e pesquisadores buscam uma reflexão e uma atitude decolonial. Pensar a produção de conhecimento reconhecendo a importância da oralidade, é compreender que:

A tradição oral reúne capital sociocultural acumulado e expresso por meio do corpus da memória coletiva que se perpetua e transmite de geração a geração. É não só uma forma de expressão, mas aquela que provê a preservação da existência do próprio grupo em que se desenvolve. A literatura oral, pautada na criatividade e na memória dos narradores e poetas da oralidade, utiliza da licença poética e a natureza privilegiada do discurso poético para trazer à tona partes adormecidas do passado das comunidades. (SCHIFFLER, 2016, p. 6-7)

A construção de narrativas enquanto técnica de apreensão da realidade, tem em suas fundamentações teóricas, um grande potencial para promover a pesquisa sob a perspectiva decolonial. O pensamento crítico implica um olhar igualmente crítico para as bases teóricas, e pensar nas formas com que nos apropriarmos desses referenciais, pode fazer da pesquisa a

própria ferramenta de questionamento e resistência frente ao “perigo de uma história única”¹.

Apresentaremos a seguir a pesquisa de doutoramento que encontra-se em andamento junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, acerca da saúde da população em situação de rua (PSR). Pretendemos, por meio da Construção de Narrativas, resgatar as vivências sobre a produção de cuidado e promoção da saúde que permeiam a rua enquanto território plural, diverso, vivo.

Dez anos de Consultório na Rua e as histórias vividas, contadas e recontadas.

O Consultório na Rua foi criado pela Portaria n. 122 de 2012, que define o serviço como: “[...] um componente da atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial e desenvolvem ações de Atenção Básica, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes definidos na Política Nacional de Atenção Básica” (BRASIL, 2012). Ou seja, é um equipamento de atenção primária itinerante, que tem por objetivo ofertar uma atenção à saúde que contemple as demandas da PSR de forma integral.

Em 2022, o Consultório na Rua completa 10 anos de implantação. Compreendemos que a primeira década é um marco temporal muito simbólico, portanto, é fundamental a sistematização e o registro dos conhecimentos produzidos no cotidiano profissional das equipes e, em especial, da(o) assistente social, a fim de contribuir para a qualificação dos serviços e seus trabalhadores. Para tanto, estamos investigando a trajetória da política nos diversos territórios do país, o que permitirá observar o desenvolvimento desta estratégia e o caminho percorrido desde 2012.

¹ Faço referência à obra da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), que trata justamente sobre o epistemicídio sofrido pelos povos africanos e a necessidade de pensarmos as histórias, as ciências e as filosofias para além das fronteiras européias.

Pretendemos trazer a vivência, a experiência e o olhar da pessoa em situação de rua em relação às políticas das quais faz parte. Para compor este cenário é fundamental que as suas impressões estejam presentes no constructo da pesquisa e que sejam contempladas neste estudo. Sobretudo, pretendemos que o processo investigativo seja construído para e com a população usuária. Portanto, é fundamental que as suas vivências sejam a base que sustentam as nossas reflexões. As narrativas registradas, têm função de promover espaços onde as histórias sejam (re)contadas a partir da perspectiva da pessoa em situação de rua, e não mais a partir das lentes de uma sociedade profundamente desigual, racista e higienista. Ainda, sendo necessário que o processo investigativo dê visibilidade aos desafios e transformações que a população e as(os) trabalhadoras(es) vivenciaram no contexto da pandemia de COVID-19.

Todos os questionamentos servem de mola propulsora para o nosso fazer investigativo, e para a construção de um conhecimento que se pretende orgânico. A PSR enfrenta em seu cotidiano toda as formas de violência possíveis, além de ter suas vontades, crenças, decisões, vozes silenciadas, anuladas e invisibilizadas (HALLAIS, 2015); de forma semelhante, as(os) trabalhadoras(es) que atuam junto a esta população também são alvos de hostilidade e preconceito por parte da população e instituições. Portanto, é imperioso dar visibilidade às especificidades presentes nessa realidade, buscando desvendar as refrações da questão social nas relações de subalternidade, discriminação, racismo e violação de direitos presentes na vivência de rua.

A pesquisa em andamento se debruça sobre o trabalho do assistente social nos Consultórios na Rua, para que os achados do processo de investigação possam estar a serviço das equipes de saúde, subsidiando e contribuindo para a qualificação do trabalho profissional. Neste contexto, não podemos deixar de citar as ações genocidas lideradas pelo governo federal no (não) enfrentamento à pandemia de COVID-19, o desmantelamento, desfinanciamento

e desarticulação do Sistema Único de Saúde (SUS) e de políticas públicas mais progressistas, como o Consultório na Rua, e os seus impactos para a população.

O estudo almeja contribuir para o fortalecimento do trabalho profissional da(o) assistente social, como uma forma de oferecermos resistência e de nos posicionarmos na defesa intransigente dos direitos dos usuários, na busca de um SUS que continue sendo público, devidamente financiado e para todos. Um SUS que seja acolhedor, integral, universal e de qualidade, reafirmando, desta forma, o compromisso ético-político da profissão com a classe trabalhadora e as populações vulnerabilizadas.

Construção de narrativas junto a população em situação de rua: a oralidade promovendo saber

O estudo está sendo desenvolvido para proporcionar a reflexão de posições e preocupações frente a uma determinada realidade social, denominada por Minayo (2012) de pesquisa social, para captar a realidade, sua dinâmica e história. O materialismo histórico-dialético, enquanto método investigativo, viabiliza uma interpretação crítica, e permite conhecer a realidade impactada pelas políticas públicas, mas também faz o trajeto inverso, pois é a realidade experienciada que nos dá pistas dos rumos destas políticas.

Para isso, utilizaremos as abordagens qualitativa e quantitativa, já que os dados levantados são complementares e dialogam com a realidade a ser observada:

[...] é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais 'ecológicos' e 'concretos' e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO,1993, p. 247)

O conteúdo produzido será analisado à luz do desenho hermenêutico-dialético, ou seja, por meio de uma interpretação crítica dos dados, que também nos permita ser propositivos. (MINAYO, 2005).

Para o tratamento dos dados utilizaremos a triangulação de métodos, que consiste na combinação e no cruzamento de múltiplas técnicas e pontos de vista projetados para o mesmo objetivo: “[...] os diferentes métodos, técnicas e estratégias são vistos aqui como ‘grades’ por meio das quais se pode observar e compreender a realidade” (MINAYO, 2005, p. 99).

Os dados a serem triangulados serão coletados por meio das técnicas de entrevista estruturada, entrevista semiestruturada e construção de narrativas e, é justamente acerca desta última que desenvolvemos a reflexão nesse manuscrito.

O percurso do processo investigativo da construção de narrativas, permite ao narrador trazer aspectos de sua realidade que extrapolam os meios de coleta de dados estruturados. Trata-se de um método investigativo que possibilita o resgate das experiências dos sujeitos e se configura como: “o estudo das diferentes maneiras como os seres humanos experienciam o mundo” (GALVÃO, 2005, p. 328).

Entendemos que, para trazermos a vivência da PSR o método eleito vem exatamente ao encontro do que propomos realizar, pois consiste em estabelecer um diálogo que permite ao participante expor suas vivências com o mínimo de intervenção do pesquisador. Para isso utilizaremos um roteiro norteador para promover um espaço de escuta com a amplitude necessária para que os relatos expressem as vivências dessa população de forma aprofundada.

Nesta etapa, registraremos o relato das PSR em relação à produção de cuidado, acesso e não acesso à saúde, e como isto se dá no contexto da pandemia; os vínculos estabelecidos com as equipes de Consultório na Rua, e se essa relação teve algum impacto sobre a promoção de saúde, além de conhecermos os aspectos sociais que envolvem as relações estabelecidas no

“território rua”. Esta etapa poderá acontecer de forma remota ou presencial, observando todas as normas de biossegurança, distanciamento e prevenção ao novo coronavírus, uma vez que a maioria das pessoas em situação de rua não possuem condições para participar da pesquisa por meio eletrônico.

Por se tratar de um processo bastante complexo, iremos fazer o registro da narrativa de um número mais restrito de pessoas, observando os seguintes critérios de elegibilidade das(os) participantes: 1) idade acima de 18 anos; 2) tenha pelo menos 6 meses de vivência de rua; 3) que seja acompanhado(a) por uma equipe de Consultório na Rua há pelo menos 1 ano.

Por meio do levantamento bibliográfico, já é possível constatar que a Construção de Narrativas é uma técnica ainda pouco utilizada em pesquisas qualitativas na área da saúde pública. Assim, compreendemos que o Serviço Social, enquanto profissão tradicionalmente inserida na saúde, tem o compromisso ético de promover atuações e pesquisas que viabilizem o protagonismo dos usuários dos serviços. Por esta razão, a Construção de Narrativas foi eleita, para permitir uma apreensão mais aprofundada da realidade.

Fazer uma imersão decolonial acerca do método requer repensarmos os nossos referenciais, e analisarmos as referências das nossas referências. Tomamos como exemplo o texto de Onocko-Campos (2008), que apresenta uma pesquisa cujo método utilizado foi a Construção de Narrativas, ao buscar a história da oralidade, o autor recorre à filosofia greco-romana, mesmo a tradição oral sendo, historicamente, ainda mais antiga nas culturas africanas (BINJA, 2020). Fica evidente que estamos condicionados, historicamente, às bases europeias, o que demonstra que a produção do conhecimento para além dos muros coloniais, não é tarefa simples, porém, é extremamente necessária para provocar a comunidade epistêmica para a urgência de lançarmos um olhar crítico para os nossos referenciais.

A pesquisa em andamento tem abordado os marcadores de raça no contexto da rua. Os dados censitários são fundamentais

para a elaboração, implantação e implementação de políticas públicas, pois são os indicadores sociais e os marcadores de classe, raça e gênero que embasam e direcionam as ações necessárias. No entanto, em se tratando de População em Situação de Rua, a falta de informações é um fator que dificulta ainda mais o processo de pensar a atenção de que esta população necessita. Entendemos que a falta de dados é, do mesmo modo, um dado que evidencia justamente a invisibilidade desta população. Porém, mesmo sendo poucos os dados acerca do perfil desta população, nota-se que as informações (BRASIL, 2009; RIO DE JANEIRO, 2020; SÃO PAULO, 2019) convergem no dado de que a população em situação de rua é composta por mais de 70% de pessoas negras. Este é um dado que não pode ser ignorado, portanto é fundamental pensar em um percurso investigativo que gere identificação, que faça sentido para os participantes, ou seja, é preciso pensar em métodos, abordagens, técnicas, que se aproximem da realidade da população atendida. Um exemplo expressivo é a pesquisa desenvolvida por Guillen (2013), que apresentou a narrativa sobre a história e memória do Movimento Negro em Recife, e apresentou as bases da tradição oral para abordar a questão da negritude, ou seja, a pesquisa se apropriou de uma ferramenta que confluía com a realidade em que a investigação estava inserida.

Ora, se a população que vive nas ruas é formada, em sua grande maioria, por pessoas negras, realizar uma pesquisa que promova o contato desses sujeitos com a tradição oral, é também fazer justiça à sua história e de seus ancestrais. É reconhecer que a sabedoria das ruas remonta à história, à memória e ao protagonismo dos povos africanos.

A pretensão de realizar esse movimento, ao fazer a crítica sob a perspectiva decolonial, é pensar o processo investigativo para além das bases epistemológicas até então estabelecidas pela branquitude. Se trata de um desafio expressivo que procura romper com o pensamento eurocentrado, pois há séculos pessoas brancas se perpetuam na academia, tendo como referência outras

pessoas brancas que seguem se referenciando. Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada, reconhece que se trata de um grande desafio se posicionar contra um referencial hegemônico, mas compreendemos também, que o pensamento crítico nos garante as ferramentas necessárias para que as provocações aqui expostas, venham a compor mudanças por meio de um processo potencialmente transformador.

Considerações Finais

A ruptura com a lógica epistemicida de uma ciência única, é um exercício que pretendemos realizar de forma processual, buscando desvendar as bases decoloniais nas nossas referências clássicas, dialogando com diferentes autores, problematizando, por meio do pensamento crítico, este círculo vicioso que continua impedindo que pessoas pretas estejam ocupando os postos de decisão, que continua perpetuando um corpo docente formado apenas por professoras e professores brancos, que silencia as vozes dos povos indígenas e quilombolas. Todas estas questões atravessam esta pesquisa/pesquisadora, e pretendemos assim, engrossar as filas de um movimento que propõe trazer outras vozes e olhares para a pesquisa e conseqüentemente, para a academia.

Procuramos apresentar a pesquisa em andamento, pautando a escolha do método enquanto uma escolha política. Ao fazermos uma análise do método e suas bases coloniais, estamos também construindo uma pesquisa potencialmente questionadora, reflexiva e transformadora. A saúde pública vive um momento histórico definitivamente central, pois o Sistema Único de Saúde, no enfrentamento à pandemia no novo Coronavírus, é resistência frente à política privatista, ao anticientificismo, ao desmonte de diversas políticas, portanto desenvolver pesquisas na área da saúde pública é fundamental, e o percurso metodológico apresentado visa captar como estas lutas e resistências se fizeram presentes na vida da população em situação de rua.

Obviamente, que as nossas pretensões se limitam às especificidades da realidade estudada, mas compreendemos que compomos um coletivo de pesquisadores cujo objetivo é, fazer do processo investigativo um espaço de justiça à história dos povos colonizados. A pesquisa apresentada, reconhece a ancestralidade que vive nas ruas e nas histórias nunca contadas, nunca ouvidas. É um movimento que se gesta potente e que fará das nossas pesquisas um instrumento que contemple, interprete, analise e atue na realidade por meio da memória e das narrativas de quem de fato protagoniza a história, valorizando as bases e as vivências do povo preto, pobre e periférico.

Referências

ADICHIE. C. N. **O perigo de uma história única**. 1ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

BINJA. E. J. B. Tradição Oral em África: valores, movimentos e resistência. In: Seminário Nacional de Sociologia, 3., 2020, São Cristóvão. **Anais**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13866/2/TradicaoOralAfrica.pdf>. Acesso em 10 nov 2021.

BRASIL. **Rua, aprendendo a contar**: pesquisa nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

_____. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para o População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**: Diário Oficial da União, 24 dez. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 07 fev. 2021.

_____. Portaria nº 122 de 25 de janeiro 2012. **Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na**

Rua: Diário Oficial da União, 1º fev. 2012. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. Acesso em: 07 de fev. 2021.

CARNEIRO, A. S. (2005). **A Construção do Outro como Não-Ser e como fundamento do Ser**. São Paulo, 2005. (Tese de doutorado – FEUSP/USP). Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em 15 set 2021.

CASTELLANOS, M. E. P. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. **Revista Ciência e Saude Coletiva**. 2014; 19(4):1065-76. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tDJvXSYtqN9jBYXb9ZPCK9z/?lang=pt>. Acesso em 09 jul 2021.

DAMASCENO, N. F. P.; MALVEZZI, E.; SALES, C. M.; SALES, A. A narrativa como alternativa na pesquisa em saúde. **Interface**. Botucatu, 2018; 22(64):133-40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fv5mzJCJWrSZKWxJHbNjv9s/?lang=pt>. Acesso em 09 jul 2021.

FERNANDEZ, J. C. A.; MENDES, R. **Promoção da saúde e gestão local**. HUCITEC, São Paulo, 2007.

FONSECA, A. P. O trabalho do assistente social no Consultório na Rua. In: **Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social**. Vitória, 2020.

GALVÃO, C. Narrativas em Educação. In **Revista Saúde e Educação**, v.11, n.2, p. 327-345, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n2/12.pdf>. Acesso em 14 out. 2013.

GUILLEN, I. C. M. Ancestralidade e oralidade nos movimentos negros de Pernambuco. **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simosios/pdf/2019-01/1548874919_cfb1d291e8094609577ae5b6e646080a.pdf. Acesso em: 15 set 2021.

GROSSMAN, E.; CARDOSO, M. H. C. A. As narrativas em medicina: contribuição à prática clínica e ao ensino médico. In **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.30, p. 6-14. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v30n1/v30n1a02.pdf>>. Acesso em 14 out. 2013.

HALLAIS, J. A. S.; BARROS, N. F. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidades. In: **Caderno de Saúde Pública**, v. 31, n.7, p. 1479-1504. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00143114>>. Acesso em 7 fev. 2021.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, trabalho e questão social**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MEYER, D. E. E et al. “Você aprende. Agente ensina? ”: interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. Rio de Janeiro: **Cad. Saúde Pública**, 2006.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O., **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade: Caderno de Saúde Pública**. v. 9, p.239-262, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em 8 fev 2021.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 Ed. São Paulo: HUCITEC, 2004

_____. (org). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

_____. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31 Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**. UFS, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>. Acesso em: 15 set 2021.

ONOCKO-CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P.; Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. **Rev Saude Publica**. São Paulo, 2018; 42(6):1090-6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/WPXw77VZ5zdVzWbqKX9V6mm/?lang=pt>. Acesso em 09 jul 2021.

RIO DE JANEIRO. **População em Situação de Rua no Rio de Janeiro: Censo 2020**. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>. Acesso em 10 nov 2021.

SÃO PAULO. Pesquisa censitária da População em Situação de Rua, caracterização socioeconômica da População em Situação de Rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf. Acesso em 10 nov 2021.

SCHIFFLER, M. F. Tradição, Oralidade e Ancestralidade. **Feira Literária Brasil - África de Vitória -ES.** UFES, Vitória, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/flibav/article/view/14039>. Acesso em: 15 set 2021.

TEIXEIRA, S. F. (org). **Reforma Sanitária:** em busca de uma teoria. São Paulo: Cortês, 2006.

CAPÍTULO VIII

PERCURSOS TEÓRICO E METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA QUANTIQUALITATIVA

Marusa Fernandes da Silva
Josiani Julião Alves de Oliveira

Introdução

O estudo sobre a formação profissional deu-se a partir da inserção da pesquisadora na área da docência em 2014, sendo esse o tema abordado no mestrado e, agora, no doutorado.

A proposta de pesquisa no processo de doutoramento parte da realidade vivenciada pela pesquisadora em março de 2020, quando houve a necessidade da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) a fim de realizar aulas no modo remoto, devido à pandemia do novo Coronavírus – Covid-19, em decorrência da necessidade de isolamento social.

O objeto refere-se à intensificação da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação na formação em Serviço Social. Busca-se compreender as plataformas utilizadas e os impactos na formação e no trabalho docente.

Metodologia

Para que a pesquisa seja realizada, é importante que o percurso metodológico esteja descrito de forma minuciosa, evidenciando os detalhes da pesquisa, para que possibilite

interpretar e conhecer a realidade a partir do movimento do real. Para Minayo (2012, p. 16), “[...] é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza ante a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação [...]”.

O método que será utilizado para a realização da pesquisa será o Materialismo Histórico-Dialético, uma vez que viabiliza conhecer a realidade na sua totalidade e na sua essência, a partir de aspectos históricos, sociais e culturais que envolvem o objeto, ultrapassando a aparência, conforme assevera Netto (2011, p. 22):

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

É na realidade concreta, a partir da investigação, que se chega à essência do objeto pesquisado e à forma como ele se apresenta. Netto (2011, p. 53) afirma que “[...] o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”, sendo possível compreender o objeto a partir da perspectiva dos participantes.

O método utilizado sustenta-se em paradigmas epistemológicos necessários à produção do conhecimento, baseado em categorias filosóficas.

Para Prates, as categorias

[...] podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. (PRATES, 2016, p. 117).

Isso possibilita compreender o objeto de pesquisa na sua totalidade. Totalidade, historicidade, complexidade, dialeticidade, concreticidade, praxidade, entre outras, são as categorias filosóficas que amparam o método. As categorias que sustentarão essa pesquisa são: historicidade, totalidade, mediação, praxidade e contradição, cruciais para o entendimento da realidade pesquisada, como evidencia a historicidade.

Nas palavras de Marx e Engels (2010, p. 65):

[...] baseia-se no processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e concebe a forma de troca conectada a esse modo de produção e por ele gerada (isto é, a sociedade civil em suas várias fases) como o fundamento de toda história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. – e seguindo seu processo de nascimento a partir dessas produções; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também analisar a ação recíproca entre os diferentes aspectos).

A categoria historicidade possibilitará compreender como se deu a criação do curso de Serviço Social e as transformações que foram ocorrendo na formação profissional ao longo das décadas. A categoria totalidade articula-se a partir da realidade concreta e dinâmica, sendo efetivada pelas mediações, conforme Kosik (1989, p. 120): “[...] a realidade concreta só é alcançada quando compreendida para além de sua aparência”.

A mediação possibilita compreender os aspectos históricos e identificar a contradição que permeia o objeto pesquisado, através da “tríade singular-universal-particular”, conforme Pontes (1999, p. 8):

A dialética entre o universal e o singular processa-se através da particularidade, que no dizer de Lukács é um campo de mediações. É neste campo de mediações que os fatos singulares se vitalizam com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular.

Para tanto, a categoria da praxidade soma-se à metodologia para apreender o objeto, uma vez que essa categoria se refere a

uma área do conhecimento a que se destinam os estudos teórico-práticos, contudo, ultrapassa a prática cotidiana, de acordo com Kosik (1976, p. 225):

[...] Na práxis se realiza a abertura do homem para a realidade em geral. No processo ontocriativo da práxis humana se baseiam as possibilidades de uma ontologia, isto é, de uma compreensão do ser. A criação da realidade (humano-social) constitui o pressuposto da abertura e da compreensão da realidade em geral. A práxis como criação da realidade humana é ao mesmo tempo o processo no qual se revelam em sua essência, o universo e a realidade.

A abordagem utilizada para a realização da pesquisa é a quantiquantitativa ou mista, uma vez que há uma complementaridade entre ambas e a possibilidade de enfatizar mais uma que a outra, a depender do objeto de estudo.

Esta abordagem busca e propicia uma melhor aproximação e leitura da realidade, com o que há uma interação entre pesquisador, campo, participantes da pesquisa e dados estatísticos referentes ao objeto de estudo. Pretende-se avaliar e compreender as relações sociais determinadas no contexto histórico.

Segundo Prates (2016, p. 120),

[...] a caracterização de uma pesquisa como quantiquantitativa ou mista difere dos estudos quantitativos e dos qualitativos e não só pode como deve valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como um outro tipo de estudo, com particularidades específicas que emanam de ambos os outros tipos, mas que os flexibilizam.

Para a realização do estudo ora proposto, será realizada pesquisa documental, bibliográfica e de campo.

A pesquisa documental será elaborada a partir das legislações vigentes referente ao Ensino Remoto, Ensino a Distância, Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), Resoluções e documentos realizados pelo conjunto CFESS/Cress e ABEPSS que convergem com o objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica possibilita mergulhar no conhecimento teórico produzido. Assim, serão estudadas e analisadas obras relacionadas ao Ensino Superior no Brasil, Formação em Serviço Social, Implantação das Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Superior, Ensino a Distância e Ensino Remoto, a exemplo de: Yamamoto (2015), Antunes (2009), Veloso (2011), Silva Junior e Sguissardi (2001), Oliveira e Rizek (2007), Abramides (2019), Braga (2013), entre outros.

A pesquisa de campo tem como objetivo conhecer a realidade estudada, conforme aponta Minayo (2016, p. 40): “Concebemos o campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Dessa forma, a pesquisa de campo possibilitará o conhecimento da realidade através do olhar dos/as participantes da pesquisa.

O universo a ser pesquisado são os Cursos de Serviço Social das IES públicas e privadas que possuem pós-graduação e que são pertencentes à Regional Sul II da ABEPSS. Num primeiro momento, será realizado contato com o/a coordenador/a do curso para a apresentação do projeto e a solicitação de autorização institucional visando à sua efetivação.

Os/as participantes da pesquisa serão o/a coordenador/a, os docentes assistentes sociais e os discentes que cursam o terceiro e quarto ano do curso. A técnica que será utilizada é a entrevista.

Segundo Minayo (2012, p. 64):

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Dessa maneira, será possível realizar o aprofundamento do objeto pesquisado a partir da concepção dos/as participantes da pesquisadora. A entrevista será realizada a partir de um roteiro

semiestruturado, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa, pois “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2012, p. 64). Será utilizado o recurso de gravador de voz e, posteriormente, far-se-á a transcrição das entrevistas.

O projeto de pesquisa será submetido na Plataforma Brasil para a análise por parte do Comitê de Ética em Pesquisa da Unesp/Franca, sendo observados os princípios éticos da pesquisa científica e observados os procedimentos de sigilo e discrição, conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa – Conep, assim como a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, o que se dará no segundo semestre de 2021.

O procedimento de análise e interpretação dos dados ocorrerá a partir das categorias empíricas, mediante a realização das pesquisas documental, bibliográfica e de campo, bem como a partir das categorias do materialismo histórico-dialético acima citadas: historicidade, totalidade, contradição, praxidade e mediação.

A análise e a interpretação dos dados ocorrerão a partir da tabulação dos dados coletados. Dessa forma, será possível entender o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21), o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, das vivências e percepções dos participantes da pesquisa.

A pesquisa procura contribuir com uma análise da formação em Serviço Social na modalidade remota e a distância, levantando dados que possam colaborar com o desenvolvimento dos cursos de Serviço Social no ensino público e privado, auxiliando, também, o Conjunto CFESS/Cress e ABEPSS, bem como toda a categoria profissional.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, novembro, 1996.

ABRAMIDES, M. B.; BEATRIZ, C. **O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BRAGA, Denise Bértoli. **Ambientes digitais: reflexões teóricas e práticas**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Poços de Caldas, 5 out. 2003. *In: Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da Anped*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução: Celia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação**

profissional. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

PINTO, M. B. Precarização do trabalho docente: competitividade e fim do trabalho coletivo. *In: Serviço Social e educação*. (Org.). Larissa Dahmer Pereira e Ney Luiz Teixeira de Almeida. Coordenadores da série: Valeria Forti e Yolanda Guerra. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

PONTES, R. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social**. Universidad de Costa Rica. Boletim Eletrônico n. 31. Fev. 1999. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/sura/sura-0031.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2018.

PONTES, R. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2003.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. **Diversidade e Estética em Marx**. Campinas: Papel Social, 2016.

RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco. **A era da indeterminação**. Boitempo Editorial, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JR., João dos Reis. **As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. São Paulo: Cortez, 2001.

VELOSO, Renato. **Serviço social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CAPÍTULO IX

ERA UMA VEZ... LITERATURA A ARTE QUE TRANSFORMA E LEVA A CRIANÇA AO PROTAGONISMO

Rita Marta Mozetti Silva
Maria Cristina Piana

Introdução

O presente estudo objetiva apresentar a Metodologia de Pesquisa da Tese de Doutorado “Era uma vez... Literatura a arte que transforma e leva a criança ao protagonismo” em andamento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP – Faculdade de Ciências Humanas - Franca/SP.

O objetivo geral da Tese de Doutorado A presente pesquisa tem como objetivo conhecer o trabalho com a leitura literária no contexto escolar desempenhado pelas salas de leitura da Rede Municipal de Ensino de Franca/SP, identificando se o trabalho realizado atende ao desenvolvimento de uma literatura enquanto arte da palavra que transforma e leva a criança ao protagonismo estudantil e societário. Em vista disso, possui como objetivos específicos: conhecer os referenciais teóricos que trazem a literatura enquanto arte e o contexto histórico ao longo dos anos; identificar a realidade do trabalho com a literatura realizado em escolas da rede municipal de ensino; analisar se as ações literárias desenvolvidas promovem a formação de leitores e leitoras e

verificar se os estudantes envolvidos nas ações percebem que estão se tornando protagonistas da vida escolar e em sociedade.

A intenção de realizar tal pesquisa se deu diante da inquietude e descontentamento com as práticas literárias nas instituições escolares, identificadas pela pesquisadora. Durante a atuação profissional da pesquisadora em ambientes escolares com diversas realidades, percebe-se que a leitura muitas vezes tem caráter meramente pedagógico, as crianças leem para responderem perguntas referentes à história ou realização de fichas técnicas e resumos.

O objetivo da educação literária é, em primeiro lugar, de acordo com Colomer (2007, p. 31) o de contribuir para a formação da pessoa, uma formação que aparece ligada indissociavelmente à construção da sociabilidade. Assim,

Toda literatura, seja lida ou contada, nos empresta recursos para que imaginemos o potencial humano. No seu melhor sentido, a literatura é intelectualmente provocativa, bem como humanizadora, permitindo que utilizemos vários pontos de vista para examinar pensamentos, crenças e ações (LANGER, 2005, p. 17).

A literatura é a arte das palavras, mas tudo que ela representa, simboliza e configura vai muito além da arte. Ela é um instrumento universal de comunicação e contribui para o crescimento intelectual de todos os seres humanos e a eles é garantido o direito ao acesso a essa manifestação artística.

De acordo com Coutinho (1978), a leitura literária auxilia o aluno no descobrimento do mundo e, conseqüentemente, em sua atuação na sociedade em questão:

Em primeiro lugar, deve servir para ensinar a leitura: leitura expressiva, leitura interpretativa, leitura dialogada. Pondo, desde o início, o aluno em contato direto com o texto literário, fazê-lo adquirir a familiaridade com a língua e a coisa literária, levando-o a adquirir o gosto da literatura, a justa compreensão de seu valor e significado. [...] A leitura inteligente, e inteligentemente conduzida, tem por função justamente abrir o véu sobre esse mundo (COUTINHO, 1978, p. 14).

A leitura e a literatura são meios extremamente relevantes para a construção de conhecimentos, possibilitam o desenvolvimento intelectual, social, emocional, afetivo e cognitivo do ser humano. A literatura infantil é indispensável e deve ser utilizada pela escola de diversas formas para o desenvolvimento humano em todos os aspectos e sentidos.

De acordo com Amarilha (2012), a literatura possibilita o treinamento simbólico em dois níveis: um nível é o da palavra — quando chama a atenção sobre si mesma, pois a literatura é produto da linguagem em que a palavra é o elemento mais importante; o outro nível em que atua é o da identificação com os personagens de uma narrativa que dá ao leitor ou ouvinte a possibilidade de suspender, transitoriamente, a relação com o cotidiano e viver outras vidas.

A literatura faz suscitar o imaginário. Ter a curiosidade respondida é encontrar outras ideias para solucionar outras questões (como os personagens fizeram). É uma possibilidade de descobrir o mundo imenso dos conflitos, dos impasses, das soluções que todos vivemos e atravessamos, de um jeito ou de outro — através dos problemas que vão sendo defrontados, enfrentados (ou não), resolvidos (ou não) pelas personagens de cada história (FARIAS, 2020, p. 1).

A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) é uma Lei publicada originalmente no portal da Câmara dos Deputados, que instituiu a Política Nacional da Leitura e Escrita e tem como objetivo a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil. Foi instituída a partir da sanção da Lei nº 13.696/2018 em 13 de julho de 2018 e é resultante de discussões realizadas ao longo de 10 anos por meio das atividades do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Dentre suas diretrizes está o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, promovendo as demais políticas de estímulo à leitura e ao conhecimento.

No artigo. 2º da PNLE, está explícita a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. A Lei reconhece a leitura e a escrita como direito de todos. Também trata da criação de políticas de estímulo à leitura a fim de possibilitar o exercício pleno da cidadania e promover a construção de uma sociedade mais justa.

Já no art. 3º estão claros os objetivos dessa publicação, que são:

I - Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade.

II - Fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais.

III - Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas (BRASIL, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular, quando descreve os objetivos dos campos que devem ser explorados no ensino de Língua Portuguesa, o campo artístico-literário prevê que:

(...) Trata-se assim, de ampliar e diversificar as práticas relativas à leitura, a compreensão, a fruição e ao compartilhamento das manifestações artístico-literárias, representativas da diversidade cultural, linguística e semiótica por meio da compreensão das finalidades e dos interesses que movem a esfera artística literária, bem como das linguagens e mídias que dão forma e sustentação às suas manifestações e da experimentação da arte e da literatura como expedientes que permitem (re)conhecer diferentes maneiras de ser, pensar, (re)agir, sentir e, pelo confronto com o que é diverso, desenvolver uma atitude de valorização e de respeito pela diversidade. (BRASIL, 2017).

Diante disso, apesar de seu reconhecimento no Legislativo, acredita-se que o direito à leitura também precisa ser uma

responsabilidade social e deve ser colocado em prática desde os princípios da socialização da criança em casa e na escola.

Assim, percebe-se que a literatura nas escolas não deve se tornar um espaço de didatização, pois literatura de qualidade não visa apresentar regras de comportamento ou apresentar mensagens. Ao contrário, acredita-se que ela, cria um espaço para reflexão, crítica dos problemas, sentimentos, emoções, situações vivenciadas no cotidiano das pessoas.

Metodologia: Caminhos a Trilhar

A Metodologia é a parte mais intrigante e fascinante de um trabalho, pois materializa os estudos em palavras, significados, ações, reflexões e proporciona dinamismo à pesquisa. Representa toda trajetória traçada para a obtenção de resultados. Um olhar criterioso e cuidadoso para a metodologia, faz com que a pesquisa tome forma.

A partir do percurso metodológico o objeto de pesquisa se revela, ganha maior intencionalidade, pois observa-se não somente o alcance ou não dos objetivos, mas principalmente, olhares se voltam para as participantes, que com suas contribuições, experiências e vivências comprovam o que a pesquisadora deseja revelar.

O tema da pesquisa é a importância da literatura enquanto arte no contexto escolar, se tornando relevante e trazendo reflexões importantes acerca do poder que a leitura literária exerce na vida dos leitores e que a partir de ações significativas, possa trazer a todos os estudantes protagonismo estudantil e na vida social.

A problematização da pesquisa está embasada na superação de práticas pedagógicas equivocadas no cotidiano escolar, práticas de mediação inerentes à formação do leitor no processo de humanização da educação. Acredita-se que o trabalho com a literatura deve romper as barreiras do simples fazer pedagógico de atividades descontextualizadas. Diante disso, faz-se necessário

um olhar criterioso sobre a pedagogia crítica, pois a pedagogia tradicional insiste em escolarizar a literatura. Nota-se que os estudantes não são considerados no centro do processo educativo, inviabilizando o desenvolvimento do seu protagonismo.

Os estudos baseiam-se na pedagogia crítica fundamentada no materialismo histórico dialético, corrente que surge no Brasil na década de 1980. Trata-se de uma teórica preocupada com as demandas educacionais, em especial com problemas que emergem na sociedade brasileira no período. A partir desse momento, a educação brasileira passa a contar com os estudos centrados nas propostas de Paulo Freire e na pedagogia histórico crítica com encaminhamento marxista, tendo como principais expoentes José Carlos Libâneo (Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos) e Demerval Saviani (Pedagogia Histórico-Crítica). Pedagogias que confrontam com outras tendências tradicionais de ensino, oportunizando a promoção humana dos educandos, isto é, rompe-se com uma concepção que entende o ensino como reprodução de comportamentos.

Saviani (2012) propõe que,

A pedagogia tradicional é não-crítica, a-histórica ou simplesmente crítica-reprodutivista na medida em que esses modelos deixam o educando em uma situação de conforto e passividade, o que forma homens e mulheres submissos, somente capazes de reproduzir as relações sociais (SAVIANI, 2012, p. 79).

Os estudos buscam também a concepção de uma pedagogia crítica do educador e filósofo Paulo Freire, uma vez que propõe o desenvolvimento da consciência crítica e participativa dos sujeitos, que leva à emancipação e libertação, portanto, parte-se do pressuposto que a literatura seja grande aliada neste processo de desenvolvimento humano, pois ao se deparar com uma obra literária a criança tem a possibilidade de se humanizar no momento em que se identifica com personagens, épocas e ações. Ao se humanizar, humaniza também outras pessoas.

Diante disso o indivíduo é colocado em seu contexto social, histórico, cultural e econômico. A partir das contribuições teóricas de Paulo Freire, o método revela-se mediante o desenvolvimento de diálogos que levarão à conscientização de professores e estudantes diante do trabalho com a literatura não escolarizada, mas humanizada. Assim entre diálogos e conscientização, pressupõe-se uma ação transformadora que leva crianças além da competência leitora, mas agentes de transformação social e protagonistas. Acredita-se que a literatura enquanto arte humanizadora na escola, tenha papel fundamental no desenvolvimento societário e leva às crianças ao protagonismo.

Assim, se faz necessário olhar para a literatura desenvolvida nas escolas de maneira crítica e atenciosa. Ela leva a criança ao protagonismo estudantil e societário? É uma literatura que promove conversas e reflexões sobre a obra ou que simplesmente está apenas a serviço de atividades com propósitos pedagógicos? A literatura no contexto escolar possui um olhar atento às necessidades e desejos das crianças? A literatura escolar promove a formação de leitores?

Assim, constata-se que,

Definir o objeto sob a forma de uma pergunta ou de uma sentença problematizadora e teorizá-lo. A indagação inicial norteia o investigador durante todo o percurso de seu trabalho. Sua reflexão analítica, neste momento, orienta-se para o delineamento adequado do objeto no tempo e no espaço: que não deve ser tão amplo que permita apenas uma visão superficial e nem tão restrito que dificulte a compreensão de suas interconexões. A definição de um objeto não reside na indagação em si, mas no seu esclarecimento e contextualização por meio da teorização que o torna um fato científico construído. É óbvio que a clareza sobre o objeto – que nunca será total e definitiva – só se alcança ao final de uma pesquisa. Qualquer investigação nada mais é do que a busca de responder à indagação inicial (MINAYO, 2012, p. 3).

Conforme artigo 2º, inciso XVI da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016:

Art. 2º. XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (BRASIL, 2016).

Para José Filho (2006, p. 64), “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica canalizador de momentos criativos”.

A experiência de apreciar qualquer acontecimento constituinte dessa realidade busca uma aproximação e um reconhecimento, visto sua dinâmica dialética e sua complexidade. Nesse sentido, a pesquisa necessita de um apoio de técnicas e instrumentos metodológicos adequados, para a permissão de uma aproximação do objeto de estudo:

Em termos cotidianos, pesquisa não é um ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem (...) Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação (DEMO, 2006, p. 16).

A pesquisa científica, inicia-se com uma revisão bibliográfica, exploratória, com abordagem qualitativa, que se preocupa com a compreensão de pensamentos, percepções e sentimentos dos participantes.

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa, opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos, recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que, o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1999, p. 10).

A pesquisa bibliográfica será realizada a partir de referências teóricas já publicadas por meio escrito e eletrônico com ênfase na literatura infantojuvenil tendo como referencial teórico, principalmente, os estudos de Abed, Abramovich, Coelho, Cosson, Freire, Kaufman, Rinaldi, Rodrigues, Sant'ana, Silva, Zilberman e Leis do Brasil e traz os estudos do educador Paulo Freire visando uma pedagogia crítica, libertadora e emancipadora.

A pesquisa bibliográfica, coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço, em discutir ideias e pressupostos, tem como lugar privilegiado de levantamento, as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais, que estão vivendo uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social (MINAYO, 2010, p. 20).

Definir as fontes de pesquisa, a leitura de cada artigo e as referências nos remete a novos caminhos e ideias. O olhar reflexivo diante dos dados pesquisados, serão fundamentais para que a literatura se una ao contexto das entrevistas.

Faz-se necessário, nessa linha de pensamento, exibir as questões teóricas-metodológicas que permeiam a pesquisa e a partir delas, será construído um referencial teórico, que subsidiará a interpretação da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com o objetivo de conhecer o trabalho com a literatura no contexto escolar e refletir se as ações realizadas levam a uma leitura literária trabalhada intencionalmente para humanizar por meio de uma formação cultural e de uma práxis transformadora.

Sobre abordagem qualitativa, Minayo (2010) ressalta que,

As abordagens qualitativas exigem teoria e métodos próprios e se prestam a fins de natureza diferenciada: visam aprofundar a história: capturar a dinâmica relacional de cunho hierárquico entre os pares ou com a população a compreender as representações e os símbolos e dar atenção, também aos sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais. (MINAYO, 2010, p. 369).

Este tipo de abordagem tem o intuito de entender e compreender com mais profundidade a problemática proposta. Minayo (2001), afirma que, a pesquisa qualitativa, é desenvolvida por meio da busca dos significados, crenças, atitudes, valores e motivos, correspondendo à profundidade das relações e às operacionalidades de variáveis.

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados (MINAYO, 2012, p. 16).

A abordagem qualitativa direciona o olhar da pesquisadora diante da subjetividade das respostas obtidas pelos participantes. Na abordagem qualitativa Martinelli (2011) ressalta que:

Os pressupostos da pesquisa qualitativa são contrários ao modelo experimental e adoram métodos e técnicas de pesquisa próprios (...) deixaram a verificação das regularidades para se dedicarem a análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no espaço que constroem as suas vidas e suas relações, ou seja, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais, assim como os vínculos das ações particulares com o contexto social mais amplo em que estas se dão. Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (MARTINELLI, 2011, p. 35).

A pesquisa de campo será realizada em uma escola do município de Franca-SP, na rede municipal de ensino que atualmente, conta com 43 escolas de Ensino Fundamental, ciclo I. As escolas da rede municipal, possuem 28 salas de leitura, espaço da biblioteca escolar em que as ações literárias são executadas por professores readaptados do quadro efetivo do magistério da rede. São professores do quadro efetivo, PEB I, que foram afastados da sala de aula regular, devido a limitações funcionais. Assim, continuam trabalhando em escolas, mas não podem assumir uma sala de aula regular e ficam designados para as ações literárias nas salas de leitura. Atualmente, a rede municipal conta com 53

professores na condição de readaptados e que se encontram responsáveis pelas ações literárias da escola em que está lotado.

Assim, para a realização da pesquisa de campo, será escolhida uma escola de ensino fundamental, ciclo I, que tenha salas de 5º ano, o ano final do ciclo I e a professora da sala de leitura da escola escolhida será a participante desta pesquisa.

A escolha da escola e da professora participantes acontecerá mediante a leitura dos questionários que serão aplicados a todos os 53 professores das salas de leitura com o objetivo de conhecer melhor o perfil destes profissionais e o qual concepção possuem sobre a literatura e como a realizam nas escolas em que trabalham como mediadores da leitura literária.

A escolha da professora será mediante a análise das respostas do questionário aplicado. Espera-se que a professora escolhida tenha as seguintes características: desenvolva ações de leitura literária na escola, esteja aberta ao diálogo, a receber feedbacks com sugestões elaboradas pela pesquisadora, tenha disponibilidade de repensar e mudar práticas profissionais, tenha interesse em participar de formações continuadas e que tenha interesse em contribuir com a pesquisa.

Assim, a partir da escolha da professora, esta será a responsável por escolher uma sala de estudantes de 5º ano para participarem da pesquisa. Acredita-se que a professora tenha mais assertividade na escolha, por conhecer melhor a escola e a realidade das turmas. A professora fará a escolha pelo grau de envolvimento dos estudantes nas ações de leitura, pelo interesse e frequência nas aulas e pela leitura dos livros escolhidos pelas crianças na biblioteca.

A escolha dos estudantes de 5º ano, se deu pelo motivo de ser o ano final do ciclo I, são os estudantes mais velhos da escola e muitos, estão na mesma escola desde a educação infantil e com os mesmos colegas de sala e no ano seguinte, irão para uma outra escola de ciclo II, portanto, ao pesquisar estudantes de 5º ano será possível evidenciar como a leitura literária foi trabalhada e o que eles levarão do aprendizado para a nova escola de 6º ano, ciclo II.

A rede municipal conta com 28 salas de leitura em funcionamento, os 53 professores, distribuídos nas 43 escolas da rede municipal, atendem 17 mil estudantes nos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A Sala de Leitura é um espaço destinado à Educação Literária, na qual há oportunidade de alunos/as, professores, gestores escolares e funcionários usufruírem de ações pedagógicas, literárias e didáticas, que visam o desenvolvimento de habilidades e utilização de diferentes estratégias e procedimento de leitura, em que a literatura se torna interdisciplinar diante das práticas educativas, além das ações desenvolvidas, há o empréstimo semanal de livros para os alunos/as.

Seguindo um Plano de Ação em consonância com a proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino e integrado ao Programa Ler e Escrever e EMAL, as ações desenvolvidas nas Salas de Leitura estabelecem interfaces com o trabalho voltado às temáticas literárias alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

São públicos das Salas de Leitura: alunos, professores, gestores, monitores, estagiários, funcionários da escola e familiares de alunos/as.

Pelo Processo 8766/2014 houve a exclusão dos livros do patrimônio das Unidades Escolares, com embasamento na Lei 10753/2003 que institui a Política Nacional do Livro em seu artigo 18, afirmando que: “Com finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente”. E também pelo Projeto de uso, conservação e controle das Salas de Leitura das Escolas Municipais de Franca, de 2 de junho de 2014, que trata dos critérios para uso, conservação e controle dos livros.

Ainda, pelo Projeto de Lei nº 6.763, de 11 de dezembro de 2006, de autoria do vereador Marcelo Rodrigues Alves Caleiro, que instituiu o Programa “Leitura de Jornais e Periódicos nas Escolas Municipais de Franca”, mais uma justificativa da importância do comportamento leitor desde a tenra idade.

Ainda para fundamentar o trabalho realizado pelas salas de leitura, a Secretaria Municipal de Educação, Gabinete da Secretária, estabelece em comunicado as funções e atribuições das salas de leitura e dos professores que trabalham diretamente com o projeto.

De acordo com o comunicado SME/GAB 027/2021, a “Educação Literária” tem como objetivo contribuir com a formação leitora de todos os estudantes visando a formação de um leitor competente e de uma comunidade de leitores. O estudo da BNCC e o Currículo Paulista serão apoio ao desenvolvimento das ações das salas de leitura. Para o desenvolvimento das ações e formação de uma comunidade leitora, se faz necessário que o trabalho seja em equipe e que a biblioteca seja vista como espaço vivo, dinâmico e interativo.

A biblioteca escolar deve ser visitada constantemente pelos estudantes, familiares e equipe escolar. Durante a pandemia, com a ausência das aulas presenciais, as visitas devem obedecer ao protocolo sanitário em relação às visitas e ao uso dos livros. Para tanto, professores das salas de leitura deverão estar conectados aos demais professores, equipe gestora e comunidade escolar. Assim, considerando a necessidade de garantir a continuidade do trabalho com a educação literária nas salas de leitura, esclarecemos:

1. Os professores, na ausência de aulas não presenciais, continuarão ministrando as aulas remotamente, uma vez por semana para cada sala de aula, dentro do seu período de trabalho (considerar o período da manhã ou período tarde para os que fazem 30 horas ou menos, se for o caso e os 2 períodos para os de 40 horas.

2. O professor juntamente com seus pares e gestores escolares deverão estabelecer um cronograma com dia e horário de atendimento para cada sala de aula. Poderá participar dos grupos de alunos e ministrar suas aulas juntamente com o professor da sala; poderá estabelecer o contato direto com os alunos e receber as devolutivas ou ter o professor titular como intermediário, se ambos entenderem que essa é a melhor alternativa para o momento. Neste caso, o professor da sala de leitura repassará a sua aula no dia e horário combinado ao professor titular da sala e este a

disponibilizará junto aos alunos. As devolutivas dos alunos deverão ser encaminhadas ao professor da sala de leitura para os feedbacks.

3. Após o planejamento os professores deverão iniciar as aulas remotas, utilizando os recursos digitais disponíveis, com contações de histórias, rodas de leituras, conversas apreciativas e indicações literárias, entre outras atividades. Os professores permanecerão com o ensino remoto até que seja possível o retorno dos alunos.

4. As formações específicas dos professores da educação literária acontecerão inicialmente toda 2ª terça-feira do mês; no período da manhã (8h às 10h) para o grupo da manhã, no período da tarde (13h30 às 15h30) para o grupo da tarde. Em breve será disponibilizado o cronograma com os horários dos professores para a formação.

5. Para que os professores possam participar das Reuniões de Estudos Pedagógicos (REP), reuniões administrativas semanais e formação continuada mensal da rede, a carga horária deverá ser ajustada para que não haja prejuízos.

Sendo assim, se faz necessário verificar as horas atividades do professor. Se a carga horária do professor garante as horas atividades, não serão necessários ajustes. No entanto, se o professor cumpre a carga horária cheia (inclusas as horas atividades), os ajustes (descontos dessas horas) deverão ser realizados para que ele possa participar dessas formações e ter o seu horário de trabalho respeitado. Este procedimento também será adotado quando ocorrer a volta presencial.

Após o comunicado, assina a Secretária Municipal de Educação (2021-2024) a professora Márcia de Carvalho Gatti e segue para conhecimento e execução de todas as Unidades Escolares do município.

Diante do comunicado, as salas de leitura são organizadas para que as ações sejam realizadas no âmbito da escola e reafirma os direitos adquiridos dos profissionais responsáveis pelo projeto literário nas unidades escolares juntamente com os demais professores e equipe gestora.

Diante disto, para conhecer melhor a realidade das salas de leitura e o trabalho realizado com a literária, o percurso metodológico será dividido em quatro etapas:

- Etapa 1: aplicação de um questionário
- Etapa 2: observação da pesquisadora em uma sala de leitura mediante uma aula de leitura literária realizada pela professora regente da sala e com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, ciclo I.
- Etapa 3: mediação da pesquisadora em uma aula de leitura literária: Diálogos Literários junto a professora e os estudantes participantes da pesquisa.

A seguir, as etapas serão detalhadas.

Na etapa 1: o questionário aplicado terá como objetivo traçar um perfil destes profissionais e conhecer como as ações literárias são realizadas.

O uso do questionário consiste,

Em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada (CHIZZOTTI, 2001, p. 55).

Os questionários serão lidos, analisados e refletidos a partir de uma concepção voltada para a pedagogia crítica e diante da literatura vista enquanto arte e não meramente reprodutora de atividades descontextualizadas após a leitura das obras literárias pelos alunos ou através de contações de histórias ou leitura realizadas pelos professores.

A pesquisadora apresentará a pesquisa, os objetivos e as ações a serem realizadas para a gestão escolar e a professora que atua na sala de leitura. A partir do conhecimento e consentimento, será escolhido pela professora, uma sala de 5º ano para participar das ações que serão propostas pela pesquisadora.

A etapa 2, inicia-se com a pesquisa de campo, será agendado um encontro, presencial, para a **observação** com o objetivo de

conhecer como a professora realiza junto aos estudantes a leitura de uma obra literária. A observação contemplará a prática docente e o desempenho dos estudantes antes, durante e depois da leitura.

O uso da observação direta ou participante, é obtida:

Por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista. A observação direta pode visar uma descrição "fina" dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade (CHIZZOTTI, 2001, p. 90).

Após a observação, a pesquisadora realizará um feedback para a professora sobre as observações realizadas, visando contribuir com a prática da professora e ampliar olhares sobre o trabalho com a literatura enquanto arte e que promova momentos de trocas de saberes, compartilhamento de ideias, sentimentos, emoções e reflexões mediante os diálogos envolvendo as histórias lidas num momento de interação entre professora e estudantes.

Na etapa 3 da pesquisa da pesquisa de campo, a pesquisadora, junto a professora, realizará uma aula de leitura literária com os estudantes, propondo um momento de diálogo literário. De acordo, com as sugestões elaboradas pela pesquisadora e apresentadas para a professora, será agendado, obedecendo a rotina da professora, um momento em que a pesquisadora se propõe a executar as sugestões na prática. Os estudantes serão convidados a escolherem uma obra de preferência e interesse na biblioteca. Obras do acervo da escola e previamente selecionadas pela pesquisadora com rigor na escolha quanto a qualidade literária, design gráfico, ilustrações e que fujam dos estereótipos.

Os estudantes serão convidados a escolher uma obra e terão sete dias para realizarem a leitura. No dia agendado pela professora, a pesquisadora realizará com os estudantes uma roda

de leitura, aberta ao debate, as reflexões e diálogos sobre a obra lida. Momento em que os estudantes terão a oportunidade de se colocarem e tecerem comentários e reflexões sobre a leitura.

Com o objetivo de ampliar e atingir um número maior de profissionais, a pesquisadora se propõe a realizar um pelo Google Meet, um encontro formativo com todos os professores das salas de leitura da rede municipal, construindo junto a eles, um novo olhar sobre a leitura literária.

A formação de leitores de literatura, uma literatura trabalhada enquanto arte da palavra e não para práticas de perguntas e respostas, resumos e fichas técnicas ou “o que aprendeu com a história”, mas para que promova “conversas literárias” e transformação na criticidade e protagonismo dos estudantes. Que a literatura se torne um hábito, uma atitude de vida. De acordo com Colomer (2000 p. 124):

O acesso à língua escrita também tem consequências no desenvolvimento intelectual dos indivíduos, pois as mensagens escritas podem ser analisadas e confrontadas com nossas ideias ou com as de outros textos. Isso favorece a apropriação da experiência e do conhecimento humano, pois permite transformar as interpretações da realidade feitas por outros, ou mesmo por nós, em algo material e articulado que pode ser desfrutado, contrastado, conceitualizado e integrado em nosso conhecimento do mundo (COLOMER, 2000, p. 124).

Nesta pesquisa, os participantes serão identificados por pseudônimos. A escolha dos pseudônimos será a partir das respostas dos participantes mediante a obra e ou o personagem preferido. Durante as ações realizadas de observação a pesquisadora, diante das falas das crianças e professora, relacionará os comentários aos personagens e obras preferidas ou mais comentadas e assim, será capaz de atribuir um pseudônimo aos participantes. Pseudônimos construídos com nomes de personagens das obras em estudo ou comentadas.

Todos os encontros serão filmados com o consentimento de todos e com assinaturas prévias. A pesquisadora também

registrará, na íntegra todos os comentários, depoimentos e observações realizados pelos participantes.

De acordo com artigo 2º, inciso XXII da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016:

Art. 2º. XXII - registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas (BRASIL, 2016).

Portanto, no início da pesquisa, os participantes serão informados sobre os objetivos da pesquisa, sobre o compromisso com o sigilo e será solicitada autorização para a filmagem. Serão informados também sobre o Termo de Consentimento Livre e esclarecido, modelo fornecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unesp Franca-SP.

Percebe-se que a Educação Literária está vinculada à sociedade em que se origina, assim, como todo tipo de arte, não é indiferente à realidade, uma vez que a obra literária é resultado das relações dinâmicas entre escritor, público e sociedade, pois transmite sentimentos e ideias do mundo, o que propicia ao leitor de literatura reflexão e até mesmo a mudança de posição perante a realidade, o que pode resultar no processo de transformação social. Assim,

A ação (humana e social) pode ser definida como o exercício dos indivíduos, dos grupos e das instituições para construir suas vidas e os artefatos culturais, a partir das condições que eles encontram na realidade. O conceito de ação está vinculado à noção de liberdade para agir e transformar o mundo que, para Heidegger, não constitui um lugar e sim um complexo formado pela significação das experiências que fazem do ser humano um ser histórico (MINAYO, 2012, p. 21).

De acordo com Minayo (2012) o pesquisador pode articular as informações que recebe como num quebra-cabeças, e para enriquecê-las, buscar novos interlocutores e fazer novas observações.

Num trabalho de campo profícuo, o pesquisador vai construindo um relato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivas dos interlocutores, em que as falas de uns se acrescentam às dos outros e se compõem com ou se contrapõem às observações (MINAYO, 2012, p. 23).

A análise dos dados será realizada através de Análise de Conteúdo. Conforme proposta por Minayo (2010), é necessário que se faça leitura dos questionários respondidos pelos professores das salas de leitura, análise das filmagens dos conteúdos e das observações. Para uma análise mais profunda destes conteúdos, será transcrito os fragmentos de maior relevância das falas, e formulando os resultados da pesquisa conforme os objetivos propostos.

Análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento (CHIZZOTTI, 2001, p. 98).

Para a análise das transcrições, será utilizada uma análise de conteúdo que consiste em técnicas de análise das comunicações, com o intuito de obter indicadores que permitam a dedução de conhecimentos relacionados às condições de produção/recepção desses conteúdos.

Para Minayo (2010), a categorização, consta como um método de redução de textos transcritos em expressões, frases, temas e palavras de maior relevância. Após o pesquisador propor inferências e interpretações, realizando uma inter-relação com o quadro referencial teórico desenhado inicialmente ou desencadeia novas pistas, em torno de outras dimensões teóricas e interpretações, sugeridas pela leitura do material.

Portanto o uso das categorias,

Podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém ressaltar, no entanto, que sua interconexão com os demais

elementos que conformam o fenômeno, na perspectiva dialéticocrítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética sem reduzir-lhe o sentido (PRATES, 2016, p.117).

Diante disso, através da análise e estudo das respostas, serão elencadas categorias de análise para interpretação e melhor compreensão dos diálogos. Importante apontar que o ponto de partida para a análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental, encontrada no empírico.

De acordo com Minayo (2012),

é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. Toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a do nosso entrevistado, que tem um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos. Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses. Interpretar é um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido (MINAYO, 2012, p. 22).

A partir dos estudos realizados, espera-se que o trabalho com a literatura no âmbito escolar promova a formação de leitores de literatura. Uma literatura pautada para além dos equívocos cometidos, tais como a realização pelo estudante de intermináveis resumos, preenchimento de fichas técnicas e respostas vazias a perguntas como “O que aprendeu com a história?”, sem significado para o desenvolvimento integral do estudante, colocando-o no lugar de protagonista na escola e na sociedade. A relevância desta pesquisa pressupõe o trabalho com a literatura como arte das palavras, em que se promova o encontro do

estudante com ele mesmo, com o outro e com o mundo através de conversas literárias sobre as obras, uma vez que obras literárias não tem caráter moralizante, mas humanizador.

Referências

AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas? Literatura infantil e prática pedagógica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Diário Oficial Da União. Ministério Da Saúde/Conselho Nacional De Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 5. ed. 2001.

COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, Ensinar a compreender**. São Paulo: Artmed, 2002.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução: Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COUTINHO, Afrânio. **Que é literatura e como ensiná-la**. Notas de teoria literária. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 8 -15.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FARIAS, Christiane Gleice Barbosa de. **A importância da literatura infantil na ação pedagógica**. Construir Notícias, 2020.

Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/a-importancia-da-literatura-infantil-na-acao-pedagogica/#:~:text=Nessa%20perspectiva%2C%20%C3%A9%20atrav%C3%A9s%20da,a%20que%20a%20literatura%20permite>. Acesso em: 1 out. 2021.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

LANGER, Judith A. **Pensamento e experiência literários**: compreendendo o ensino da literatura. Tradução: Luciana Lhullier Rosa e Maria Lúcia Bandeira Vargas. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teorias, métodos e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva. 2012. p. 621-626.

PRATES, Jane Cruz. **A Pesquisa Social do Paradigma Dialético-Crítico**: do Projeto à Análise do Dado. In: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane Cruz (orgs.). Diversidade e estética em Marx e Engels. Papel Social: Campinas, 2016.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **Marxismo e pedagogia**. In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM), III, Salvador, 2007.

SAVIANI, D. **A Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

CAPÍTULO X

REFLEXÕES ACERCA DA PESQUISA: INDAGAÇÕES SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO NO DOUTORADO

Ana Joice da Silva Peraro
Josiani Julião Alves de Oliveira

Introdução

O estudo de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS na UNESP, campus de Franca terá como objetivo estudar os Conselhos Gestores como espaços de participação social no processo de garantia de direitos da pessoa idosa. A proposição deste estudo é pesquisar sobre o percurso histórico da participação social como mecanismo de concretização das políticas públicas sociais, amparado nas legislações vigentes: Constituição Federal (1988), da Lei Orgânica de Assistência Social (1993), e da Política Nacional de Assistência Social (2004).

Debater sobre a efetivação das políticas públicas sociais, se faz fundamental, principalmente em uma sociedade que demonstra uma tendência à regressão de todos os direitos que foram conquistados a partir da Constituição Federal de 1988.

Para uma melhor compreensão sobre a participação social, nortearemos nossos estudos contextualizando os movimentos sociais, grupos e indivíduos que construíram a identidade da luta da classe trabalhadora e que abriram a possibilidade da sociedade civil participar nestes espaços, numa perspectiva democrática.

Cabe salientar, que somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que a participação social nas decisões começou a ser afirmada como processo fundamental democrático, assim, nos foi garantido o acesso aos direitos conquistados pela sociedade. Desta forma, as políticas públicas passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira.

As conquistas democráticas abriram possibilidades da participação da sociedade civil das decisões exercidas de duas maneiras: democrática participativa (conselhos, conferências, audiências públicas, etc.) e pela democracia representativa: eleições. Formas estas de controle social sobre as ações públicas.

Diante desse contexto e com a temática apresentada, a finalidade desse artigo é explicar a metodologia empregada ao projeto de pesquisa apresentado e aceito pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca, sobre os Conselhos Gestores como espaços de participação social no processo de garantia da pessoa idosa.

Para uma melhor compreensão acerca do projeto em questão, nos faz necessário um breve relato o processo de construção e de definição do objeto de estudo, que teve seu início no mestrado culminado na Dissertação: “A participação social nos espaços democráticos de direito da pessoa idosa”.

A princípio, o projeto de doutorado estava voltado à pesquisa sobre a participação social, envelhecimento e velhice humana, porém, como a pesquisa é um movimento constante, estávamos sempre avançando, retrocedendo e avançando novamente. Desta forma, os rumos foram seguindo na perspectiva crítica e percebemos que poderíamos a dar continuidade e resolvemos que um estudo sobre as três formas de participação social seria pertinente para aquele momento, sendo elas: Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa, Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e as Audiências Públicas. Entretanto, delimitarmos os espaços de participação no projeto atual, voltando nossas atenções aos Conselhos Gestores no processo de

garantia de direito da pessoa idosa no Distrito Federal e no RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

O percurso metodológico utilizado para nortear a pesquisa tem como método o materialismo histórico dialético em Marx, onde a reflexão crítica proporciona o ir e vir constante, nos levando a compreensão para além do aparente e aprofundando a realidade na sua totalidade.

Triviños (1987. p. 51) assinala que: “o critério de verdade no materialismo dialético é a prática social e deve se estabelecer o relativismo uma vez que as verdades científicas não são definitivas, mas graus do conhecimento que, por sua vez, são limitados pela história”.

Para compreender como os espaços de participação social voltados às pessoas idosas se caracterizavam e analisar o que de fato ocorreu historicamente, optamos por um recorte histórico a partir da década de 1920 com a Lei Eloy Chaves (1923), passando pela promulgação da Constituição Federal de 1988 até o momento atual.

Assim, por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, como forma de nos apropriarmos do conhecimento e fundamentarmos todo o contexto em questão, buscaremos refletir sobre a participação em Conselhos Gestores como mecanismo de concretização das políticas públicas sociais para a pessoa idosa visto que, construir um percurso metodológico com etapas bem definidas e uma perspectiva crítica é essencial para alcançarmos os objetivos propostos.

Como mencionamos anteriormente, da Dissertação até o projeto de pesquisa para o doutorado, existiram muitas reflexões e indagações a respeito da delimitação do objeto bem como do próprio percurso metodológico a ser seguido. Constatamos nesse caminho que é no método materialismo histórico dialético que continuamos na busca constante e que somente no movimento da dialética podemos seguir com a pesquisa em questão e avançar nas descobertas que não temos a pretensão de findar com a Tese.

Diante disso, seguiremos esse artigo apontando o percurso metodológico a ser trilhado durante o doutorado, nos apoiando

na pesquisa social com a abordagem qualitativa, concordando com Severino (2017, p. 32) que afirma que as pesquisas devem empreender discussões críticas que evidenciem “compromissos sociais e políticos com a compreensão e busca de soluções para os problemas cruciais enfrentados pela sociedade brasileira em cada área do conhecimento especificamente”.

Neste sentido, com tal proposta de investigação, acreditamos ser relevante na contribuição do aprofundamento do objeto de estudo em questão, sendo que a maior contribuição será na construção da pesquisa e sua devolutiva aos grupos e pessoas que fazem parte desse contexto.

Metodologia

O método que conduzirá a presente pesquisa, será o materialismo histórico dialético em Marx, onde, as reflexões por sua vez, por meio da crítica, nos levarão a análises por meio de subsídios teóricos e metodológicos. O método manifestado será fundamentado no pensamento de Marx, apontado por Prates (2016).

[...] materialismo dialético, a realidade existe independente da consciência. Consiste na tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos humanos da natureza, sociedade e pensamento. Constitui-se por uma concepção científica da realidade, pelo conhecimento da interconexão universal e enriquecida pela prática social da humanidade. Daí recorre o reconhecimento de que a prática social é critério de verdade e que os graus de conhecimento são limitados pela história. [...] materialismo histórico estuda as leis que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução a partir da prática social dos homens. Supera a visão idealista e cronológica de história e desenvolvimento humano, ressaltando que a gênese dos fenômenos estão a forçadas ideias, os agrupamentos humanos, as formações socioeconômicas e as relações de produção (p.78-79).

A proposta do percurso metodológico na perspectiva do materialismo histórico dialético para estudar a participação nos Conselhos Gestores na efetivação dos direitos da pessoa idosa trata de uma abordagem possível para contribuir na interpretação

dessa realidade e apresenta como possibilidade teórica por meio da materialidade histórica e de compreensão os mais diversos e contraditórios aspectos sobre a temática.

Desta forma, os estudos e desdobramentos apontam com suas peculiaridades, na observância da totalidade de acordo com Prates (2016, p. 90): "A totalidade mais do que a junção de fatores diversos é sua interconexão porque a unidade dos diversos muda o sentido do todo e da parte[...]”, perspectiva que nos acompanha durante todo o percurso na construção dessa pesquisa, categoria esta, que é de grande relevância na compreensão do objetos em que, as barreiras do aparente nos limite.

Prates (2016, p. 84) pontua ainda que, a “lógica dialética, ou lógica concreta não rompe com a lógica formal, a apreende e supera, articulando os dois movimentos de indução e dedução de modo interconectado”, em um processo de movimento e contraposição expressiva.

A dialética é tão expressiva para a investigação do objeto estudado, que Marx faz uma comparação contrária ao método de Hegel apropriando criticamente da dialética, assim:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, *o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado* (MARX, 1968, p. 16; itálicos não originais, apud NETTO, 2011, p.21).

Para estudar sobre os Conselhos Gestores voltados às pessoas idosas e como se dá a participação social na garantia desses direitos, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, como já foi mencionado, com objetivo de analisar como está ocorrendo a participação societária diante das legislações brasileira após a Constituição de 1988 e qual o papel do Estado na efetivação de direitos em relação à proteção social. São esses pressupostos que nos impulsionaram na construção do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica contribuirá na reflexão sobre o envelhecimento humano, analisando a partir do referencial teórico publicados, as contribuições culturais e científicas sobre o contexto em questão.

A pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do *estado da arte* sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Os alunos de todos os níveis, acadêmicos devem, portanto, ser iniciados nos métodos e nas técnicas da pesquisa bibliográfica. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.61).

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009, p.6).

A pesquisa será apoiada na pesquisa social, onde, em Minayo, Deslandes e Gomes (2016): “Resumimos as várias respostas, dizendo que as ciências sociais hoje, como no passado continuam gerando conhecimento”. Esse é o objetivo, através de inquietações na contínua busca de respostas na tentativa de minimizar os problemas acerca da realidade que envolve a sociedade.

Alguns autores de fundamental contribuição deste projeto de pesquisa como: Teixeira e Oliveira (2016); Camargo (1995); Berzins (2003); Silva e Yasbek (2014); Gohn (2011); Behring e Boschetti (2011); Liporoni (2017); Netto (2011); Haddad (2016); Paiva (2014); Teixeira (2008); Prates (2016); Bouguignon (2006), além dos aportes legais como Constituição de 1988, Estatuto da Pessoa Idosa de 2003, LOAS de 1993, PNI de 1994, IBGE (2010), dentre outros decretos e leis complementares.

As questões motivadoras da investigação estão, portanto, relacionadas aos interesses do pesquisador e a contextos socialmente determinados. É fruto da inserção do pesquisador no real que, dado a sua complexidade, instiga a busca, o novo, a superação, o original, a possibilidade de recriação. Não é casual, portanto, a definição do objeto de pesquisa: é sempre expressão de uma dada experiência pessoal e profissional. (BOURGUIGNON, 2006, p.42).

De acordo com Bourguignon (2006), no horizonte sobre a construção do conhecimento e sua particularidade em relação à investigação, está a realidade posta no cotidiano do pesquisador que, de acordo com o enredamento de sua temática, é provocado às experiências pessoais e profissionais.

A abordagem será qualitativa que segundo Chizzotti (2013, p.28): “[...] termo genérico para designar a pesquisa que usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento”. Podemos considerar também que esse tipo de abordagem contribui significativamente para a compreensão do objeto, pois apresentam dados relevantes em campos temáticos que se manifestam em longos intervalos de tempo

Portanto, a análise da pesquisa, será em relação à participação social nos Conselhos Gestores da pessoa idosa como espaços democráticos de forma efetiva, paritária, deliberativa na formulação e controle de políticas públicas voltadas à população idosa, onde, a priori, inferimos a importância da pesquisa como base da ciência nas indagações, reflexões e obtenção de respostas às determinadas dúvidas, pois as respostas ao movimento do pensamento estão vinculadas aos conhecimentos anteriores e a elaboração e criação dos novos, na pretensão de ser válida a contribuição em que a pesquisa em questão perpassa por temática do envelhecimento, relevante para uma análise crítica da realidade pesquisada.

Sabemos que as conquistas sociais se deram diante de lutas e movimentos sociais no decorrer da história da humanidade e no Brasil não foi diferente e que os direitos sociais estão embricatos à classe trabalhadora, e que as pessoas idosas fazem parte dessa classe.

Assim, justifica-se com a sinalização da ideologia da velhice diante da categoria trabalho, sendo esta, parte da sociedade capitalista:

[...] Compreendendo a ideologia da velhice é elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas. Na medida em que a produção das relações capitalistas implica a reprodução das ideias, valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sobre a etapa final da vida humana é organizada segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção. As sociedades capitalistas, transformando as pessoas em mercadorias, condenando o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. [...] (HADDAD, 2016, p. 60).

Como já vínhamos presenciando, esses mesmos direitos conquistados com a participação social no decorrer da história estão sendo desmontados dia após dia.

No que diz respeito à pessoa idosa, de acordo com TEIXEIRA (2017, p. 49) “esses problemas sociais que afetam o envelhecimento não atingem todos os grupos de idosos da mesma forma nem com a mesma intensidade e promovem uma situação de vulnerabilidade social”.

Nesse contexto e diante de uma realidade de pobreza, desigualdade e exclusão social que o Brasil enfrenta, acreditamos na pertinência em pesquisar por meio de referências teóricas, legislações e *sites* oficiais a participação em Conselhos Gestores na efetivação e garantia dos direitos da pessoa idosa com destaque nos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa do Distrito Federal e RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

Os Conselhos Gestores estão ameaçados a acabar diante dessa conjuntura de pobreza e desigualdade social e desenvolver uma problematização sobre esses espaços e sua centralidade mostra-se necessário e urgente.

A intensionalidade está bem definida no projeto proposto pelo atual governo de Bolsonaro e seus ministros, pontuando que, em 2019, o então Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, assinou

um decreto revogando o Decreto nº. 8.243/2014, firmando que os mais de 700 (setecentos) conselhos terão 60 (sessenta) dias para continuar ou ser excluído, estimando que menos de 50 (cinquenta) conselhos permaneceram. E constemos também outro dado importante, sobre o qual apenas 51% dos municípios brasileiros tem o Conselho da Pessoa Idosa. Esses são dados apontados na pesquisa de Gohn (2011), em sua análise sobre os conselhos, pontua que os mesmos “carregam contradições e contradições”.

Existem documentos referentes ao Orçamento Geral da União e Fundo Nacional do Idoso, que evidenciam a importância dos Conselhos Gestores como espaços nas tomadas de decisões, espaços de diálogos entre o poder público e a sociedade civil, sendo eles deliberativos, com a finalidade de formular e controlar a execução das políticas públicas.

Diante da necessidade de continuar a pesquisa na intenção de avançar na garantia dos direitos sociais com a participação social, construindo “com” a sociedade civil.

[...] A questão que se coloca hoje é que os procedimentos metodológicos de pesquisa preservem a centralidade do sujeito, bem como que o assistente social trabalhe com o conjunto das informações colhidas na realidade, de forma a potencializar em sua intervenção as alternativas que garantam a consolidação dos direitos fundamentais do cidadão. (BOURGUIGNON, 2007, p. 52).

Assim, com a contribuição de autores(as), legislação pertinente e os dados apreendidos, o presente estudo tem como objetivo fazer a análise e os apontamentos em relação ao objeto no contexto de participação das pessoas idosas em Conselhos Gestores para que se fortaleça coletivamente, como pautada no Projeto-Ético-Político da profissão, fortalecendo-se sobre o cunho crítico mesmo em tempos de barbarie, com tantos cortes de recursos e o negacionismo da humanidade em relação à ciência e construir o percurso metodológico com coerência e compromisso é fundamental no processo de construção do conhecimento.

Por conseguinte, se faz necessário pontuar que escrever e refletir sobre o desenvolvimento do percurso metodológico na construção da Tese se faz extremamente pertinente para que possamos seguir os estudos durante o doutorado em Serviço Social na UNESP/Franca e contribuirá sobremaneira para melhor conhecer o processo histórico da participação social como mecanismo de concretização das políticas públicas sociais, amparado nas legislações vigentes: Constituição Federal (1988), da Lei Orgânica de Assistência Social (1993), e da Política Nacional de Assistência Social (2004), pautados na perspectiva dialética, que tem como principal característica o constante movimento na busca do novo diante da realidade apresentada, em acordo com Lefebvre (1991) citado por Prates (2016, p. 85): “ela não se basta e não basta”.

Construir conhecimentos novos é também conhecer as condições metodológicas que foram desenvolvidas durante o processo e como foram realizadas as escolhas da fundamentação teórica, as perspectivas da pesquisa, as reflexões diante das leituras das obras e documentos bem como contribuir no avanço da ciência na área do tema pesquisado.

Referências

BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico- metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, n. 1, v. 6, p. 41-52, 2006.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. Esp., p. 46-54, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientação Acerca dos Conselhos e do Controle Social da Política Pública de Assistência Social**. SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, E. G. M. **A ideologia da velhice**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRATES, J. C. O método e a teoria marxiana. **Marx hoje e a transformação social**. v.1. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I n. 1, p. 1-15, jul., 2009. Disponível em: <https://rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 10 nov.2018.

SEVERINO, A. J. A pesquisa na pós-graduação em educação. **Revista Eletrônica de Educação**. Vol. 1 nº 1, p. 31-49. São Carlos: UFSCar, 2007.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO XI

A INVESTIGAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DURANTE 10 ANOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Miriam Maria Coelho
Maria Cristina Piana

Introdução

O presente trabalho apresenta um enfoque da Pesquisa de Campo de abordagem qualitativa na investigação da Política de Ações Afirmativas nas Universidades Federais brasileiras, cuja trajetória possibilitará a avaliação dos 10 anos de sua implantação e os caminhos a serem percorridos para sua efetiva materialização.

Essa investigação é fruto do projeto de pesquisa de doutoramento que se encontra em andamento junto Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, intitulada: “Ações Afirmativas, 10 anos. Desafios e perspectivas da democratização do acesso às Universidades Federais e a atuação do profissional de Serviço Social nesse contexto”.

Para construção do estudo, nos propusemos a estabelecer uma aproximação com o Método¹ que se fundamenta no

¹ O Método, pontuado na teoria social de Marx, é resultado de uma longa elaboração teórico-científica, que vai amadurecer por meio de sucessivas aproximações ao seu objeto. Obtida da análise da realidade histórica e categoricamente materialista, é a determinação das relações entre o ser e a

Materialismo Histórico Dialético. Esse caminho nos proporcionará uma interpretação da realidade em sua totalidade por meio das determinações históricas, econômicas, políticas e sociais e suas contradições. Logo, elencamos as categorias² que irão estabelecer as conexões necessárias para interpretação da realidade e a fundamentação teórica inicial para reflexão crítica e compreensão do objeto de estudo.

Afim de ter uma perspectiva inicial da pesquisa, levantamos os pressupostos e identificamos elementos a partir da experiência empírica da autora como Assistente Social em duas Instituições Federais de Ensino na execução da Política de Ações Afirmativas desde sua implantação, no ano de 2012. Essa orientação dará suporte para compreensão do objeto de estudo e um olhar crítico para a apropriação dos referencias teóricos.

Um olhar sob o objeto de estudo

A forma como historicamente se constituiu a trajetória da educação superior no Brasil demonstra que esses espaços têm sido ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural. Uma parcela menor e mais rica da população (branca) é a que tem se utilizado dessa instituição desde a

consciência dos homens em sociedade que proporcionará sua análise da sociedade burguesa. O método parte da realidade social para captar as múltiplas determinações, relacionando particularidade, singularidade e totalidade, apreendendo a essência e a aparência do objeto, tendo como propósito final apresentar uma crítica às relações opressivas na sociedade e propor a transformação das relações sociais (NETTO, 2011).

² Por categoria compreende-se os elementos implicados na análise e intervenção da realidade e, de acordo com Jane Prates (2012), Marx utiliza das categorias para definição dos fenômenos por meio de sucessivas aproximações da realidade e de uma totalidade provisória, passível de mudança posterior, já que são determinadas pela historicidade, dando visibilidade às contradições que permeiam essa realidade, o que resulta numa análise ampliada, que possibilitará trazer sentido e desvelar a realidade, condição necessária para sua transformação.

implementação de instituições desse porte no país para legitimar sua posição social. O acesso à universidade significa um obstáculo, especialmente para estudantes negros e estudantes oriundos de classes menos favorecidas.

A Política de Ações Afirmativas foi implantada nas Instituições Federais de Ensino brasileiras após anos de articulação dos movimentos sociais, notadamente o movimento negro, justificada pela falta de acesso de estudantes negros à educação superior. Apesar da luta para garantia da reserva de vagas para grupos raciais, como aconteceu em outros países como Estados Unidos e Índia, o formato da Política de Ações Afirmativas implantada nas Universidades brasileiras tem como critério principal a origem de escolas públicas, ou seja, os estudantes que concorrerem às vagas deverão ter cursado o ensino médio integralmente em escolas fornecidas pelo governo municipal, estadual ou federal.

Para Damiani (2006), a escolha por cotas sociais deve-se aos aspectos estruturais do sistema de educação básica pública, que não permite iguais condições de competição a estudantes de escolas públicas e escolas particulares, conhecidamente, de maior qualidade educacional. Para o autor, essa situação, aliada a outros fatores sociais e econômicos, nega aos estudantes de escolas públicas o acesso à educação superior pública.

Compreendemos que o direcionamento da Política por esse caminho possivelmente se deve, sobretudo, por uma relutância de alguns setores da sociedade em aceitar ações afirmativas de cunho puramente racial e pela falta de compreensão de questões estruturais da nossa sociedade.

As “cotas”, como é popularmente conhecida a reserva de vagas da Política de Ações Afirmativas, não era um assunto recém-chegado ao Brasil e não representava uma novidade para algumas Instituições de Ensino, já que alguns modelos já vinham sendo implantados, como era o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade de Brasília. Entretanto, com a

sanção da Lei 12.711 de 2012³, o ingresso por meio da reserva de vagas tornou-se obrigatório para todas as Instituições Federais de Ensino Superior.

Tal medida estabeleceu a obrigatoriedade da reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino, utilizando critérios sociais e raciais. A partir daí, foram reservadas 50% das vagas nos cursos dessas Instituições a estudantes prioritariamente egressos de escolas públicas subdivididas entre - estudantes com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio - estudantes com renda familiar per capita superior a um salário mínimo e meio. Nessa subdivisão, uma porcentagem é direcionada a candidatos pretos, pardos e indígenas, de acordo com dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Essa pesquisa tem como objeto as condições de acesso e permanência de discentes oriundos de escolas públicas que ingressaram nas Universidades Federais por meio da Política de Ações Afirmativas, o trabalho do profissional de Serviço Social

³ Lei 12.711 de 2012, Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

frente à execução dessa política e sua contribuição para efetivação do direito desses grupos ao acesso à educação superior.

O caminho a partir dos pressupostos

Partindo da experiência empírica da autora, como pressuposto da pesquisa compreendemos que a implantação dessa medida colaborou expressivamente no ingresso de estudantes de escolas públicas no ensino superior público entretanto, alguns elementos ainda são destacados como entrave para ingresso e permanência desse estudante, como destacaremos a seguir:

A porcentagem de vagas para estudantes de escolas públicas contabiliza 50% das vagas totais dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019, mais de 80% dos estudantes do ensino fundamental e médio frequentam escolas públicas e menos de 20% estudam na rede particular. Consideramos que a proporção definida na reserva das vagas não condiz com a realidade educacional e social brasileira e continua atendendo, majoritariamente, os filhos das elites econômicas do país.

No que se refere ao processo seletivo, identificamos que o candidato faz a opção por um dos grupos de reserva de vagas e não tem a possibilidade de alterar posteriormente, mesmo se sua nota permitir a entrada pela ampla concorrência. Essa configuração não contribui com o acesso democrático, já que muitas vezes o estudante tem nota suficiente para ingresso pela ampla concorrência e não necessitaria de ocupar uma vaga reservada.

Quanto ao critério de procedência escolar o candidato deve ser proveniente de escola pública, justificado, além da condição econômica e social dos candidatos e a falta de acesso aos espaços culturais, pela baixa qualidade do ensino fundamental e médio público (dados pelo baixo investimento nessas modalidades de ensino). No contexto de estudantes que cursaram seu ensino médio em escolas federais, reconhecidamente com ensino de maior qualidade se comparadas às escolas estaduais e municipais

(com investimentos superiores tanto em espaços físicos quanto em incentivos à qualificação do corpo docente), compreendemos que aqueles provenientes de escolas federais terão chances muito superiores de ingresso pois o estudante de uma escola pública municipal e estadual dificilmente terá condições de concorrer com ele. Tornando esse critério um obstáculo para o acesso democrático mais uma vez.

Em relação à reserva de vagas para candidatos pretos e pardos, a legislação previa inicialmente apenas uma declaração do candidato, o que permitiu fraudes e posteriores denúncias, que culminaram na implantação de comissões de heteroidentificação em algumas Instituições com a delimitação de critérios a serem levados em consideração para ingresso desse público. Essas comissões ainda não foram implantadas em todas as Instituições e é um tema polêmico tanto dentro das Universidades como para os movimentos sociais. Entretanto, foi um meio para impedir que fraudes continuassem sendo praticadas e garantindo o acesso de estudantes pretos e pardos.

Outro fator importante a se destacar é a falta de fomento nos programas de Assistência Estudantil que, apesar da implantação da Política, sabendo-se de um grupo vulnerável ingressando na Universidade, viu uma diminuição expressiva e gradativa do orçamento nesses programas, afetando diretamente o ingresso e permanência do público de baixa renda nas Instituições.

Entendemos também que a falta de apoio pedagógico e o despreparo de parte do corpo docente para recepção dos estudantes de diferentes níveis educacionais, é um fator extremamente relevante no que se refere à permanência e pode ser um fator fundamental para evasão e desistência.

Compreendemos que o ingresso de um novo público, ou melhor dizendo, de uma quantidade mais expressiva desse público à Universidade acabou por gerar situações de preconceito social e racial, especialmente por parte de outros alunos e de professores, sobretudo nos primeiros anos de implantação da lei. E ainda um preconceito por entender que aqueles estudantes

havia sido de alguma forma beneficiados com vagas que, supostamente, facilitariam seu ingresso. Esses são fatores que afetam diretamente o desempenho do estudante e sua permanência.

A falta de projetos institucionais e de recepção e apoio a esse estudante no meio acadêmico é outro fator que pode prejudicar a permanência e conseqüente garantia do direito de frequentar esse espaço e promover as mudanças sociais que almejamos.

Por fim, adentramos na esfera onde muitos assistentes sociais foram convidados ou impostos a atuar: as avaliações das condições de renda dos candidatos. Nesse espaço identificamos diversas dificuldades, desde a falta de suporte técnico à falta de referencial legal, além de quantidade insuficiente de profissionais para exercer o trabalho que se apresenta de forma burocrática e em quantidade excessiva para o grupo de profissionais assistentes sociais da Instituição.

Após análise dos pressupostos, identificamos a necessidade de compreender: após 10 anos de implantação, quais mudanças ainda são necessárias para garantir que a Política de Ações Afirmativas promova a democratização do acesso e a permanência ao Ensino Superior no Brasil e qual a perspectiva da atribuição do Serviço Social frente à execução dessa política?

Como Objetivo Geral da pesquisa, procuramos identificar quais os fatores que ainda oferecem obstáculos para o ingresso e permanência de estudantes oriundos de escolas públicas à Universidade, quais ações as Universidades vêm implantando para garantir acesso e permanência desse público e qual a atribuição do profissional de Serviço Social frente à execução dessa política.

E ainda, definimos como objetivos específicos: Conhecer a realidade do jovem que ingressa na Universidade por meio da Política de Ações Afirmativas; identificar os obstáculos que o processo seletivo oferece para esses grupos; investigar os desafios que esses estudantes encontram para permanecer na Universidade após seu ingresso; reconhecer as ações implantadas

pelas Universidades para acesso e permanência desse público; compreender como se dá a atuação do assistente social na execução dessa política nas universidades, os desafios encontrados e as perspectivas de atuação com essa política.

A aproximação com o Método

Para desenvolvimento dessa pesquisa estabeleceremos uma aproximação com o Método, que se fundamenta no Materialismo Histórico Dialético. Essa teoria traz uma interpretação da realidade por meio da condição material da existência humana e da forma de organização do homem em sociedade na história e, por meio da dialética, propicia uma interpretação de totalidade da realidade, contraditória e em permanente transformação, considerando que os fatos sociais não podem ser compreendidos de forma isolada e fora do seu contexto social, político, cultural e econômico. Segundo Jussara Bourguignon (2006) “O método dialético é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações sucessivas sem a pretensão de esgotar a complexidade e dinamicidade do real.”

Consideramos que a abordagem qualitativa será mais apropriada para a compreensão do objeto de estudo por permitir uma investigação sob a perspectiva histórica que apresentará as contradições, os conflitos e os interesses que permeiam a Política de Ações Afirmativas e, ainda, por permitir que a relação entre o estudante, a Política e o trabalho da/o Assistente Social na execução dessa política sejam compreendidos em sua totalidade por meio da análise das determinações históricas, econômicas, políticas e sociais que compreendem o acesso à política de educação no Brasil, em especial a política de educação superior e seu papel na reprodução da ideologia dominante.

De acordo com Netto, a condução da pesquisa pelo pesquisador a partir do método dialético crítico, requer “apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz

parte, identificando inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere". (NETTO, 2011, p. 25).

Por intermédio do Método, pretendemos analisar o acesso à educação superior e identificar as contradições, os conflitos, as bases teóricas e ideológicas que fundaram historicamente a Política de Educação, o acesso das classes pobres à essa política e a correlação de forças que alicerçaram a implantação da Política de Ações Afirmativas para acesso à educação superior no Brasil.

O percurso metodológico

Utilizaremos como procedimento a pesquisa bibliográfica, que dará suporte para maior conhecimento teórico do nosso estudo e se apresenta como parte fundamental da construção do conhecimento. A respeito desse momento da pesquisa, Bourguignon (2006, p. 46) destaca:

Neste processo, a teoria assume papel fundamental, o de reproduzir idealmente o movimento do real apreendido, seus processos constitutivos, sua lógica de estruturação, de forma processual e continuada, já que a teoria não esgota a complexidade do real, apenas busca compreendê-la através de aproximações sucessivas.

Compreendemos que nesse percurso, apesar da importância da pesquisa bibliográfica para análise do objeto, a teoria não se esgota na análise, mas somente parte dela para uma compreensão mais aprofundada.

O Materialismo Histórico Dialético, do qual estabeleceremos uma aproximação, determina categorias filosóficas que servem como instrumentos de análise da realidade social, dentre elas elencamos as categorias historicidade, totalidade, contradição e mediação, para subsidiar a pesquisa, estabelecer conexões entre as múltiplas determinações e permitir atravessar a realidade imediata (aparente) e analisar o objeto a partir do real (concreto), se aproximando de sua essência.

Essas categorias se constituem de forma articulada. A historicidade se expressa na transformação do homem por meio do trabalho, a totalidade conduz o pesquisador na compreensão da dimensão histórica e particular do objeto, a contradição aliada à dialética representa o movimento dinâmico da realidade, a categoria mediação se expressa nas conexões contraditórias entre os fenômenos para a compreensão da realidade (BORGUIGNON, 2006). As categoria estabelecidas facilitarão a compreensão do objeto de estudo em sua totalidade à medida que auxiliam na compreensão do estudante como ser social e resultado das transformações sociais e ainda, na concepção da Política de Ações Afirmativas inserida na política de educação superior brasileira como produto do capitalismo e resultado de determinações econômicas, políticas e sociais, que desempenha um papel fundamental na reprodução da ideologia dominante e de reprodução das contradições existentes.

Partindo por esse caminho, elencamos algumas categorias teóricas essenciais na construção do estudo proposto: questão social; Serviço Social; acesso e permanência à educação superior; Ações Afirmativas.

Para fundamentação inicial acerca das categorias teóricas, utilizaremos autores críticos da teoria social, sendo eles: Marilda Iamamoto e Maria Carmelita Yazbek, que abordam a categoria questão social; Marilda Iamamoto, Yolanda Guerra e José Paulo Neto, para tratar de formação profissional, projeto profissional do Serviço Social e construção do projeto ético político; Ney Luiz Teixeira Almeida e Eliana Bolorino, para discutir Serviço Social na educação e suas atribuições; João Ferez Junior e Sabrina Moehlecke, que abordam a questão das Ações Afirmativas nas universidades brasileiras, entre outros.

A pesquisa terá abordagem qualitativa que permite uma investigação de questões da realidade social mais particulares, não quantificáveis, mais profundas e subjetivas. Segundo Minayo (2004, p.22) a pesquisa qualitativa “aprofunda-se no mundo dos

significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Seguindo essa orientação, para a construção da investigação optou-se por realizar a Pesquisa de Campo que abrange o estudo dos diversos aspectos de uma mesma realidade e se caracteriza pela consulta direta aos sujeitos da pesquisa acerca do elemento desejado. Para Franco (1985, p.35), a Pesquisa de Campo “procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. ”

Para delimitar o universo realizamos uma pesquisa por meio de dados apresentados no site da Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior⁴, e verificamos que o Brasil conta hoje com 66⁵ Universidades Federais divididas nos 26 estados da Federação e Distrito Federal. A região Centro Oeste conta com 7 Universidades; A região Norte com 10; A região sul com 11; a região Nordeste com 19 e a região Sudeste com 19 Universidades. Estas contam ainda com seus *campi* que se espalham por diversas cidades dos respectivos Estados.

O propósito é analisar o objeto de forma mais equânime possível, assim sendo, estabelecemos como universo de pesquisa uma (1) Universidade Federal da capital de cada estado brasileiro e do Distrito Federal, totalizando 27 Instituições, visto que essas Instituições possuem *campi* em outras cidades do estado e poderão representar a realidade da capital e de cidades do interior, através de seus *campi*. Compreendemos a importância de realizar essa

⁴ <https://www.andifes.org.br/>

⁵ Do total de Universidades constantes no site da Andifes, para fins dessa pesquisa, contabilizamos apenas as denominadas Universidades Federais, excluindo instituições que possuem cursos especiais para atendimento a especificidades locais, como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira e a Universidade Federal da Integração Latino Americana.

pesquisa demonstrando as realidades de capital e interior por compreender as diferentes dinâmicas e realidades dos estudantes e familiares que vivem nessas localidades no que se refere a oportunidades de emprego, transporte, custo de vida e outros.

Como nossa investigação inicial mostrou que alguns Estados brasileiros possuem mais de uma Instituição Universitária em suas capitais, como é o caso do Pará (2), Paraná (2), Rio Grande do Sul (2), Pernambuco (2) e o Estado do Rio de Janeiro (3), partiremos da escolha da Instituição mais antiga em ano de criação, por contar com sua experiência nos processos seletivos.

Para sujeitos da pesquisa elegeremos um/a assistente social e um profissional administrativo que trabalhe direta ou indiretamente com o setor responsável pelo ingresso da Política de Ações Afirmativas na Universidade e 2 estudantes que ingressaram por meio desse sistema na Instituição. A escolha dos profissionais será através de pedido de indicação da Instituição.

O contato com profissionais será feito via telefone, quando também solicitaremos a indicação de 2 estudantes para participação na pesquisa, que serão contatados por e-mail. Teremos um total de 108 sujeitos de pesquisa, 54 servidores e 54 estudantes de todos os Estados do país.

A investigação proposta utilizará como instrumental da pesquisa o questionário estruturado, com questões abertas e fechadas, enviado por *email* aos estudantes e aos servidores administrativos.

Como suporte à apreensão de dados utilizaremos a entrevista com roteiro semiestruturado, realizada por meio da plataforma zoom, e direcionada aos profissionais assistentes sociais com o objetivo de compreender como se dá a atuação do assistente social na execução dessa política nas universidades, os desafios encontrados e as perspectivas de atuação diante do cenário de análise dos 10 anos de Implantação da Política das Universidades Federais.

A opção pela entrevista semiestruturada justifica-se pela necessidade de compreender as diferentes realidades de atuação desse profissional em cada universidade diante de um trabalho

novo para a profissão e ainda não sistematizado dentro dessas Instituições, e servirá de subsídios para a reflexão da pesquisadora. Para Ludke e André (1986, p34) a entrevista semiestruturada “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

Os dados obtidos nos questionários e nas entrevistas serão gravados e transcritos com o propósito de facilitar a apreensão da pesquisadora dos elementos contidos nas falas e organização dos dados em conjunto de categorias, que auxiliarão na análise e interpretação.

Para Gil (2002, p. 134):

A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa.

A organização dos dados em categorias é importante à medida que, por meio da leitura minuciosa do material organizado a pesquisadora possa confrontá-lo com o referencial teórico pesquisado e então seguir para a análise e interpretação dos dados. Gil (2008, p.176) aponta ainda que:

[...] a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de resposta ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

A análise dos dados se configura no encontro das respostas que buscamos no princípio da pesquisa, é o resultado dos questionamentos que nos levaram a iniciar o estudo proposto, ao tempo que a interpretação dos dados busca ampliar nosso conhecimento do objeto por meio dos conhecimentos adquiridos com as categorias teóricas e filosóficas.

Para fornecer uma análise crítica do objeto pesquisado faz-se necessário um estudo articulado e reflexivo dos elementos, relacionando-os com o contexto histórico, social, econômico, político e cultural, para que se apresentem as contradições inerentes ao fenômeno, e possamos compreendê-lo em sua essência.

Compreendemos que a pesquisa auxiliará no aperfeiçoamento e na avaliação dessa política em âmbito nacional logo, a devolutiva dessa investigação ocorrerá através da socialização por meio de apresentação em espaços acadêmicos, publicações em eventos científicos e apresentação em espaços destinados à discussão do tema em âmbito regional e nacional.

Considerações finais

Buscamos apresentar o projeto de pesquisa em andamento delineado através da Pesquisa de Campo tendo como suporte o Método, fundamentado no Materialismo Histórico Dialético.

Compreendemos que a Política de Ações Afirmativas nas Universidades representa uma medida capaz de proporcionar o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas à educação superior e se traduz como oportunidade de mudança social e econômica, entretanto, encontra barreiras à sua materialização.

O percurso metodológico se propõe a contribuir com a avaliação dos 10 anos de implantação dessa Política através de elementos que possam trazer a compreensão dos aspectos que se colocam como obstáculos para ingresso e permanência dos candidatos, apresentar ações que vem sendo desenvolvidas pelas Universidades como apoio à essa política e desvelar a atuação de profissionais de Serviço Social diante desse espaço sócio ocupacional novo e tão contraditório.

Referências

BOURGUIGNON, J. A. **O processo da pesquisa e suas implicações teórico- metodológicas e sociais.** Revista Emancipação. UEPG, 2006.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE; 2020 [acessado 2020 Jun24]. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_PNAD

CARVALHO, E. **A produção dialética do conhecimento.** São Paulo: Xamã, 2008.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição.** São Paulo: Cortez, 1986.

DAMIANI, M. F. **Discurso pedagógico e fracasso escolar.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: v. 14, 2006.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T.; CAMPOS, L. A. de S. C. de. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro** (2011). Rio de Janeiro: Iesp/Uerj, 2011. (Levantamento das políticas de ação afirmativa– Gemaa).

FERES JUNIOR, J. *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2018

FRANCO, M.L.P.B. Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. **Caderno de Pesquisa**, n.66, p.35, 1985.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: Fazenda, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, 2. ed., ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.;

ALBUQUERQUE, V. (org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. p. 66-87.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LUDKE, M & ANDRÉ, M.E.D. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2004

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002.

NETTO, J. P. **Relendo a Teoria Marxista da História**. *In*: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). História e História da Educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual. Campinas – SP: Autores Associados, 2000.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

PRATES, J. C. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Temporalis**. Brasília, ABEPSS, n. 9, 2006.

PRATES, J. C. **A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado**. *In*: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane Cruz. (Org.).

RAICHELIS, R. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018b. p. 25-65.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed. São Paulo; Atlas, 2011.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

AUTORAS E AUTORES

Adriana Giaqueto Jacinto

Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2019). Doutorado (2004) em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Franca. Mestrado (1998), Graduada em Letras pela Universidade de Franca (1989); possui graduação (1989), e Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Franca (1990-2005). Docente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/ Campus de Franca, na graduação e pós-graduação. Coordenadora do Conselho de Curso em Serviço Social da Unesp de Franca (2006 a 2009) e Supervisora da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (2016 a 2019).

Aires Muecália Julião Caneca

Assistente Social graduado pelo Instituto Superior João Paulo-II (ISUP-JP-II), da Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, Angola. Mestre em Serviço Social. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil. Membro do Grupo QUAVISS-Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social.

Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

Docente do curso de graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/campus de Franca. Possui graduação em

Serviço Social pela Unesp/Franca (1992). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP (2004) e Doutorado em Serviço Social pela Unesp Franca (2010). Realizou Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. É líder do GEPAPÓS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais).

Agnaldo de Sousa Barbosa

Livre-Docente em Sociologia pela UNESP. Atualmente é Professor Associado (MS5-1) do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Câmpus de Franca, instituição na qual ingressou em setembro de 2009. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, do qual foi coordenador de out/2013 a jul/2021, e também do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Foi pesquisador visitante do Centro de Estudos Sociais-CES da Universidade de Coimbra em 2018/2019, com bolsa BEP/FAPESP. Desde junho de 2014 coordena o DeMuS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Mudança Social. Em pesquisa possui atuação multidisciplinar, orientando trabalhos de diversas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, da iniciação científica ao pós-doutorado.

Ana Joice da Silva Peraro

Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Franca. Pós-Graduada em Centralidade da família na execução de políticas sociais - UNIFEV/SOMAY. Licenciada em Ciências Sociais - UNIMES. Graduada em Serviço Social - UNIFEV. Membro do Grupo de Pesquisa PRAPES - Práticas de Pesquisa: perspectiva contemporânea - UNESP - Franca/SP - CNPQ. Assistente Social da Comunidade Assistencial Irmãos de Emaús, população em situação de rua. Professora e Tutora da Faculdade

FORS/Votuporanga nos cursos de Graduação em Serviço Social, Pedagogia e Artes e dos cursos de Pós-Graduação. Conselheira representante do CRESS no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social – Votuporanga/SP. Bolsista CAPES/DS.

Dagoberto José Fonseca

Livre Docente em Antropologia Brasileira pela Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, campus de Araraquara. Docente do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, campus de Araraquara. Membro do Programa de Pós-Graduação Dottorato in Scienze Umane da IUniversità degli Studi di Perugia (Itália) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca. Supervisor do Grupo de Trabalho do NUPE da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Líder do Grupo de Trabalho do NUPE-CLADIN-LEAD da Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara (CNPq).

Elaine Teixeira Alves dos Santos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UNESP. Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (2014). Graduação em Serviço Social pela UNESP - Franca (2009). Assistente Social do Consultório na Rua, Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de Franca (2013-Atual). Membro do Grupo Quaviss – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social da UNESP (2006-Atual). Tem experiência na área de Serviço Social no campo da Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, políticas públicas, SUS, IST/AIDS, educação em saúde, dependência química, população em situação de rua, relações étnico-raciais.

Erika Leite Ramos de Luzia

Doutoranda em Serviço Social pela UNESP Franca/SP. Possui graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino - ITE (2006). Especialização em Educação Infantil pela Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal/SP (2012). Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/ Franca (2018). É membro do grupo de pesquisa GEPAPOS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Participação nas Políticas Sociais). Trabalha na Política de Assistência Social com atuação no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Fernanda de Oliveira Sarreta

Possui graduação (1987), mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) , Câmpus de Franca-SP. Atualmente é docente permanente nessa instituição (2012-Atual) e coordenadora do Grupo QUAVISSS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social (2012-Atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (2017-2019). Apresenta experiência em Serviço Social, com produção que integra ensino-pesquisa-extensão do Serviço Social e Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, políticas públicas, saúde, formação e trabalho, SUS, atenção interdisciplinar na saúde, educação permanente em saúde, impactos sociais da pandemia na saúde, populações vulnerabilizadas - pessoas em situação de rua.

Josiani Julião Alves de Oliveira

Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP de Franca em Serviço Social. Pós-Doutorado pela Universidade de Aveiro-Portugal (2013-2014). Professora Assistente Doutora, no conjunto das disciplinas de Pesquisa em Serviço Social do Departamento de Serviço Social e Professora da Disciplina de

Seminário de Dissertação e Seminário de Pesquisa I e II no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Campus de Franca. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Educação, Pesquisa e Envelhecimento. Linhas de pesquisa em que atua: Envelhecimento Humano e Políticas Públicas, Pesquisa em Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional. Desenvolve pesquisa em parceria com Universidades Nacionais e Internacionais, participando efetivamente dos convênios entre o ISOSP da Universidade de Lisboa, em Portugal, da Universidade de Genebra, na Suíça e Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha. Atua nos Grupos de Pesquisa: PRAPES- Práticas de Pesquisa: perspectivas contemporâneas- (líder).

Josiene Camelo Ferreira Antunes

Doutoranda em Serviço Social pela UNESP-SP, é mestra em Serviço Social pela PUC-GO. Além disso, é especialista em Direitos Humanos (UFG), Educação Especial e Inclusão (INTERVALE), Urgência e Emergência (ISEAT), Políticas Públicas e Elaboração de Projetos Sociais (FALBE) e em Docência do Ensino Superior (FABEC). É bacharel em: Serviço Social (UNOPAR) e em Administração (UNIFAJ). É licenciada em Pedagogia (ISEAT). Membro do grupo de pesquisa GEDUCA-UNESP.

Leonardo Carvalho de Souza

É doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - campus de Franca. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD/UNESPAR (2019). Especialista em Gestão Social: Políticas Públicas e Rede de defesa de Direitos pela UNOPAR. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela UNIFCV. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR (2017). Bacharel em Serviço Social pela Faculdade União de Campo Mourão - UNICAMPO. Atuou como assistente social na equipe de medidas

socioeducativas do CREAS de Cianorte/PR. Colaborador do Projeto de Pesquisa: Sistemas de Proteção e Garantia dos Direitos Humanos voltados à Infância e Juventude em Portugal, Angola, Moçambique e Brasil (2020/2022). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência (GEPPIA). Dedicase aos temas das juventudes e políticas públicas juvenis. Atua como Professor Colaborador no curso de Serviço Social da Unespar/campus de Paranavaí.

Márcia Maria Cunha

Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru - ITE (2009), mestre em Serviço Social (2020) e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós- Graduação da UNESP de Franca (PPGSS). Atualmente é coordenadora da Seccional de Bauru - SP do Conselho Regional de Serviço Social - SP (Gestão ECUSS - 2020 a 2023) e bolsista Capes. Membro titular do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Bauru - CMDH e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bauru - COMUDE. Como pesquisadora estuda principalmente os seguintes temas: Habitação de Interesse Social, Serviço Social, Direito à Cidade, Mobilidade Urbana e Assistência Social.

Maria Cristina Piana

Pós-doutorado pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2020). Doutora e Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - campus Franca. Graduação em Serviço Social e Licenciatura em Pedagogia. Atualmente, é docente do Departamento de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado e Doutorado da mesma Universidade. Foi Tutora do Grupo PETSS - Programa de Educação Tutorial de Serviço Social, por meio de convênio da PROGRAD-Pró-Reitoria de Graduação da Unesp com o MEC, de 2016-2022. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPIA) Unesp/Franca - SP. É membro pesquisadora do Grupo de Estudos

e Pesquisas do Serviço Social na área da Educação (GEPESSE) Unesp/Franca - SP e do Grupo de Estudos e Pesquisas "Sociologia, Trabalho e Educação" da UFSCAR. Atua como professora, pesquisadora e orientadora, principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas para a Infância e Adolescência, Política de Educação, Famílias, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Conselho Tutelar, Trabalho Social, Serviço Social, Pesquisa Social.

Marley de Fátima Morais Borges

Mestra em Planejamento e Análise de Políticas Públicas e graduada em História pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho- Unesp/Franca; licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos- UFSCar/; Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de São João d'Rey; Professora na rede particular de ensino; Especialista em Estudos Afro-Brasileiros e Africanidades.

Marusa Fernandes da Silva

Doutoranda e Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual de São Paulo, Unesp, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais; especialista em Psicossociologia da Juventude e Políticas Públicas pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e em Metodologia para o Enfrentamento à Violência Contra Criança e Adolescente pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté (Unitau). Pesquisadora do Grupo Práticas de Pesquisa: perspectivas contemporâneas, Unesp, Franca/SP. Foi professora Substituta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Setor Litoral. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) Demanda Social 04/2018, protocolo n. 1791668. Tem experiência na área da infância, adolescência, família e docência no Ensino Superior.

Miriam Maria Coelho

Doutoranda e Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Franca/SP. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Uberaba. Assistente Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Integrante do GEPESSE Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação. Integrante do GEPPIA Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência. Linhas de pesquisas e estudos com tema: Políticas de Ações Afirmativas nas instituições Federais de Ensino Superior; Assistência Estudantil; Serviço Social na Educação.

Rita Marta Mozetti Silva

Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP - Franca/SP. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal Uni-FACEF. Graduação em Pedagogia pela Universidade de Franca – UNIFRAN. Tutora de Graduação em Pedagogia pela Universidade Anhanguera-Franca/SP. Vencedora do Prêmio Educador Nota 10 – 2020.

Rosicler Lemos da Silva

Doutoranda em Serviço Social no programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca. Assistente Social da Prefeitura de Franca. Membro do Grupo de Estudos sobre Famílias (GEPEFA), do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE) e do Grupo de Estudos e Trabalhos Étnico-racial Luana Barbosa.

**OS FILÓSOFOS LIMITARAM-SE
A INTERPRETAR O MUNDO DE
DIVERSAS MANEIRAS; O QUE
IMPORTA É MODIFICÁ-LO".**

KARL MARX

